

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

NÍVEL MESTRADO

VIVENDO E PENSANDO O DIFERENTE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

SÃO LEOPOLDO

Março, 2004

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

VIVENDO E PENSANDO O DIFERENTE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
Para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Luiz Inácio Gaiger

São Leopoldo

2004

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

S237v Santos, Aline Mendonça dos
Vivendo e pensando o diferente : representações sociais dos
trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária / Aline
Mendonça dos Santos.– 2004.

194 f . ; enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale
do Rio dos Sinos, 2004.

Catálogo na Publicação :
Bibliotecária Fabiane Pacheco Martino - CRB 10/1256

BANCA EXAMINADORA

Luiz Inácio Gaiger (Orientador) – Unisinos

José Luiz Bica de Mélo – Unisinos

Nilton Bueno Fischer - UFRGS

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários do Rio Grande do Sul que, tendo pouco, tudo deram para consolidar seus respectivos projetos. A vocês, protagonistas da história da economia solidária nesse Estado, dedico todo o meu esforço, com a fervorosa esperança de que juntos iremos construir uma outra sociedade.

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho de mestrado para mim não foi tarefa fácil. Minha sorte é que sou rodeada de pessoas especiais, com quem divido a realização dessa conquista:

Aos meus pais, Jaime e Ezilda, que cederam aos meus impulsos, e mais uma vez não mediram esforços ao me apoiarem, que acreditam no meu trabalho e que se apropriam dos meus ideais. A vocês, meus fiéis amigos, por tudo que vocês representam na minha vida, o meu mais sincero agradecimento. Amo vocês!

Às tias Alva, Hercília, Clotilde e Enilsa. Obrigada pela atenção, carinho e dedicação nesses anos de mestrado e, principalmente, pelos inúmeros momentos de reflexão – eles espelham tudo o que mais valorizo na nossa família.

Às primas Fernanda e Milena, que dividiram comigo não só o apartamento, mas a ansiedade, a angústia, as dificuldades e as realizações. Obrigada pela paciência.

Aos primos Márcia e Cristiano. Obrigada pelo exemplo.

Ao professor Dr. Luiz Inácio Gaiger, meu atencioso orientador, que me apresentou ao grupo de pesquisa e viabilizou minha pesquisa, através da rede Unitrabalho. Obrigada por me ensinar a magnitude de ser um pesquisador.

Aos trabalhadores dos empreendimentos Coolabore, Cooperei e Univens. Obrigada por permitirem entrar em suas histórias e aprender com suas relações de trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação como
Grupo Ecosol CES - <http://www.ces.uc.pt/ecosol>

mestranda. Obrigada pelas leituras e reflexões.

Aos colegas de mestrado: Deva, Neuri, Henrique, Miguel, Centenário, Ângelo, Silvana, Cláudia, Núbia, Ton, João e Zé Raimundo. Obrigada pelo apoio e estímulo.

À secretária do PPG CSA, Maristela. Obrigada pela atenção, dedicação e paciência.

Aos integrantes do grupo de pesquisa ECOSOL: Prof. Dr. Gaiger, Prof^a. Ana, Prof. Benno, Rosana, Marcelo, Silvana e Gabriela. Obrigada por me acolherem – com vocês vivi uma gratificante experiência de equipe.

Aos companheiros da ANTEAG, INTECOOP – UCPel e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Pelotas. Com vocês vivenciei a luta na tentativa de construir concretamente uma nova sociedade. Obrigada pela força.

A todos meus amigos e familiares. Obrigada por fazerem parte da minha história.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com a finalidade de estudar as representações sociais nos empreendimentos de economia solidária. A economia solidária aparece com forte incidência, nos últimos tempos, em resposta à questão social, apresentando um caráter alternativo que promove uma outra relação de trabalho, suscitando análise e observação atenta de estudiosos, órgãos públicos e instituições de fomento a programas sociais. A subjetividade do trabalhador envolvido com a economia solidária ainda é pouco explorada pelos pesquisadores, mas existe a hipótese de que as mudanças ocorridas com a subjetividade dos trabalhadores são de suma importância para a consolidação do novo empreendimento. Assim, a pretensão do estudo desenvolvido neste trabalho é preencher essa lacuna, contribuindo para o debate em torno da economia solidária.

Para a realização deste, foi estabelecido um processo de práxis, em que contribuições teóricas estudadas, a realização da pesquisa de campo, unificadas à minha prática profissional comprometida com o tema configuram a construção aqui elaborada.

Inicialmente busquei contextualizar a situação da economia solidária no Brasil; após, fiz um apanhado da subjetividade, percorrendo as teorias de representações sociais e destacando o conceito de experiência social em Dubet; em seguida, apresento o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa e, na seqüência, a análise dos dados da mesma. Finalizei com uma breve discussão sobre os resultados da pesquisa sinalizando para outros problemas que devem ser considerados em estudos posteriores.

ABSTRACT

This work has been developed with the purpose to study the social representations of solidary economy. The solidary economy appears strongly lately as response to the social matter of the solidary economy. It presents an alternative character that promotes a new work relation. Analysis and observations of studios, public companies and institution of programs promotion. The subjectiveness of workers that are envolved with the solidary economy my is not much explored for researchers yet but there is a hypothesis that the changes ocured with a subjectiveness of workers are important for the consolidation of the new enterprise. Therefore the objective of this study is close this gap and promote a contribution for the debate about solidary economy.

For accomplishment of this work a pratical process was established, unifying the theoretical studied contributions, research with my compromised to this subject pratical professinal, which configure the structure of this work.

Initialy i searched about the solidary economy in Brazil; I underestood the subjectiveness, compassing the theories of social represetations and detaching the concept of social experienc in Dubet. Then i present the metodology used for this research and after that, the data analysis. In the end i did a discussion about the results and showing another problems of the research that must be considered in new studies.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM EVIDÊNCIA	
1.1 Contexto excludente.....	20
1.2 Surgimento e configuração da economia solidária.....	25
1.3 O caráter alternativo da economia solidária.....	34
2 ENTENDENDO A SUBJETIVIDADE.....	42
2.1 Teorias das representações sociais.....	44
2.1.1 As representações sociais em outras concepções teóricas.....	49
2.1.2 A contribuição das representações sociais no estudo da economia solidária.....	53
2.2 Experiência Social.....	55
3 ESTUDANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	61
3.1 O percurso metodológico.....	63
3.2 Percalços durante a elaboração dos procedimentos de pesquisa.....	71
3.3 Temas-indicadores.....	76
4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	

4.1 A seleção dos casos de estudo.....	87
4.2 Apresentação dos empreendimentos.....	94
4.3 Vivências de solidarismo e representações sociais.....	111
4.3.1 Ponderações sobre os caminhos utilizados.....	122
4.3.2 As mudanças de comportamento.....	125
4.4 As representações sociais em mudança.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	164
ANEXOS.....	172

APRESENTAÇÃO

Economia solidária é o tema de reflexão apontado por este trabalho. O percurso que me induziu ao estudo da economia solidária é traçado por uma relação teórico-prática existente na minha incursão pela vida, seja como acadêmica bolsista, seja como assistente social, seja como educadora.

A discussão sobre economia solidária me foi apresentada ainda quando era acadêmica de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, em meados de 1998 e 2000, onde trabalhava como bolsista do Núcleo Local Unitrabalho e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Junto com os professores pesquisadores que integravam estes órgãos, fui entendendo de que se tratava o fenômeno que chamavam de economia solidária. Acompanhando as discussões políticas, acadêmicas e o cotidiano dos empreendimentos que estavam se constituindo, fui me encantando pela dinâmica em que se desenvolvia o processo da economia solidária, o que me despertou um forte interesse pelo tema. A partir de 2001, já com a graduação concluída, desenvolvi atividades profissionais junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Pelotas, onde, no papel de assessora do secretário municipal, ajudei no fomento e execução de políticas de desenvolvimento, dentre as quais destaco a política de economia solidária. Depois, estive trabalhando na Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, instituição

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
contratada para realizar a política de economia solidária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde realizei atividades de formação para a autogestão com os trabalhadores de diferentes empreendimentos econômicos solidários, situados na macro região sul do Rio Grande do Sul.

Enfim, ao decidir que iria fazer uma pós-graduação, estava certa de que meu foco de estudo seria a economia solidária, não só para tentar entender um pouco mais sobre o fenômeno, mas para ajudar a consolidar um processo em que acredito.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de atender à demanda do Programa de Pós Graduação (PPG) em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para a obtenção do título de mestre. Vinculada ao PPG, a dissertação vem ao encontro de duas linhas de pesquisa: “Associativismo e cooperativismo” e “Trabalho: transformações e alternativas”.

Economia solidária é o tema deste trabalho. A economia solidária tem sido novo enfoque de estudo e pesquisa no atual contexto, uma vez que é articulada por diversos setores da sociedade como opção concreta, imediata e alternativa, de inserção e reinsertão no mercado de trabalho.

A discussão reflete-se também nas Ciências Sociais que, interessadas pelo comportamento social humano e suas várias formas de organização, preocupam-se com as questões que estão sendo apresentadas pelo mundo do trabalho e que estão norteando grande parte de seus estudos.

Apesar de possuir uma longa história, o fenômeno economia solidária ainda tem pouca visibilidade e importância econômica. No entanto, as organizações coletivas

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

vêm apresentando um significado cultural de grande importância, constituindo-se como processo de enfrentamento à precarização das condições e relações de trabalho. Tais organizações não estão se constituindo em simples paliativos à falta de empregos e sim, configurando-se como criadoras de uma “nova cultura do trabalho”, alicerçada nos pressupostos da solidariedade, da autogestão e da igualdade.

Pesquisadores estão dedicando esforços para essa questão, com a intenção de observar as maneiras como se constitui o processo, encontrar potencialidades e obstáculos, pois se trata de uma temática nova, que vem apresentando relevância social a partir dos acontecimentos dos últimos tempos.

Pode-se afirmar que são muitas as perguntas e poucas as respostas. Assim, as experiências de economia solidária suscitam ainda muitas questões, referentes à formação histórica, às relações com as entidades de apoio, às relações com o mercado, às formas de inserção dos trabalhadores, ao processo de organização da produção e do trabalho. Enfim, ainda pairam dúvidas quanto ao desenvolvimento da economia solidária.

No Brasil, a maioria dos pesquisadores que desenvolvem estudos sobre economia solidária tem-se interessado por uma abordagem macro do processo, ou seja, o que a economia solidária possa representar como movimento econômico e político. As questões referentes ao processo de desenvolvimento interno dos empreendimentos econômicos solidários são evidenciadas nesses estudos, mas não estão recebendo maior aprofundamento, o que sujeita a questionamentos o processo de trabalho e as relações entre os trabalhadores nos empreendimentos econômicos solidários (EES) . Eis a lacuna

que deu espaço ao objeto da pesquisa aqui discutida: estudar o que a economia solidária possa representar para os trabalhadores envolvidos como atores sociais é o interesse da pesquisa desenvolvida neste trabalho.

Consolidar um empreendimento econômico solidário é um processo bastante demorado e nem sempre é obtido o sucesso. Os trabalhadores passam por diversos momentos ao tentar organizar um empreendimento coletivo. As dificuldades são muitas, pois num EES os trabalhadores não se envolvem apenas na organização da produção, mas também com a administração do negócio. Este processo não é nada fácil: estudos (GAIGER, 1999 e 2000) afirmam que a economia solidária é uma proposta que deve buscar caminhar de forma equilibrada, ou seja, o econômico não deve sobrepor-se ao solidário, ao político e vice-versa. O fato é que muitas vezes nos empreendimentos privilegia-se o econômico ao solidário, reproduzindo a lógica capitalista vigente, na ânsia de viabilizar o empreendimento no mercado capitalista, ou sobrepõe-se o solidário ao econômico, configurando-se empreendimentos sem viabilidade econômica.

Diante desse processo, supõe-se que os trabalhadores experienciem uma outra relação de trabalho que promova mudanças não só no cotidiano da organização do trabalho, mas também na subjetividade dos trabalhadores. Os trabalhadores não estão acostumados a pensar sua relação de trabalho, pois herdaram uma cultura de trabalho do modo de produção capitalista, em que não devem fazer perguntas e sim mostrar produtividade. Ao assumirem um empreendimento solidário, os trabalhadores inserem-se numa outra relação de trabalho e, apresentam conflitos não só com os demais trabalhadores associados, mas com a sociedade vigente e principalmente com eles mesmos. No empreendimento econômico solidário, o trabalhador deve se preocupar com

Aline Mendonça dos Santos
o processo de trabalho e as relações que nele ocorrem, tarefa que antes desconheciam.

Para a efetivação do processo da economia solidária é necessário que os associados adquiram uma consciência coletiva, uma formação autogestionária, solidária, caso contrário, o empreendimento não se constitui ou se constitui de forma camuflada beneficiando-se dos preceitos legais que a organização associativa e cooperativa possibilitam. Sendo assim, tem-se claro que a maneira como os trabalhadores se posicionam frente ao empreendimento econômico e solidário é fundamental. Não há autogestão sem adesão.

A consciência coletiva, responsável pela organização solidária, é constituída por diferentes representações. A intenção foi a de investigar as percepções, os valores contidos nas representações sociais dos trabalhadores envolvidos com empreendimentos de economia solidária, e que desenvolvem tais consciências, configurando as relações no interior do empreendimento, possibilitando ou não o sucesso da iniciativa coletiva.

Nesta perspectiva, um coletivo de trabalhadores é condicionado por diversas representações sociais que influenciam e regem a economia solidária, portanto, entender a importância destas representações no processo pressupõe entender questões como: quais são as representações sociais que motivam as adesões iniciais dos trabalhadores ao empreendimento econômico solidário? Tais representações induzem a um aprofundamento das práticas solidárias e autogestionárias ou alimentam resistências a elas?

Tentar responder estas e outras questões, que dizem respeito à subjetividade dos trabalhadores é de suma importância, uma vez que se contribui para o debate, provocando maiores reflexões a respeito de um tema como a economia solidária, que está apresentando tamanha relevância social. Com este objetivo, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos, que apresento sinteticamente da seguinte forma:

No **primeiro capítulo**, sob o título “A economia solidária em evidência” abordei a economia solidária frente ao atual contexto histórico, destacando seu surgimento e concepções teóricas sobre o tema.

No **segundo capítulo**, intitulado “Entendendo a subjetividade”, procurei discutir a questão da subjetividade, fazendo um estudo do conceito de representações sociais e considerando o conceito de experiência de François Dubet.

No **terceiro capítulo** “Estudando representações sociais ” apresento o percurso metodológico elaborado para a realização da pesquisa. Por fim, no **quarto e último capítulo** “As representações sociais nas experiências de economia solidária”, apresento os resultados da pesquisa, considerando uma relação com a teoria tratada nos capítulos anteriores. Nesse capítulo, procurei extrair da pesquisa algumas questões importantes e definidoras que balizam a relação dos trabalhadores com o EES, consigo mesmos, com os demais trabalhadores e com o próprio trabalho. Dessa forma, esse capítulo tem a pretensão de contribuir para a compreensão da subjetividade no processo de economia solidária.

Aline Mendonça dos Santos

Nas considerações finais não tenho a pretensão de apresentar situações conclusivas a respeito do tema, mas sim, destacar alguns resultados significativos do estudo organizando alguns questionamentos que merecem a atenção dos pesquisadores.

Ao término deste trabalho, como anexos, coloco os conjuntos de procedimentos de organização e análise da pesquisa. Os anexos são importantes materiais de apoio que contribuem para uma leitura mais qualificada do trabalho.

1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM EVIDÊNCIA

1.1 Contexto excludente

Nas duas últimas décadas, houve uma adesão da sociedade a teorias neoliberais, permitindo ao sistema capitalista a expansão da globalização e a intensificação do processo de abertura da economia aos mercados internacionais. Privatizaram-se atividades sociais e econômicas, incrementou-se aceleradamente a reestruturação produtiva, o que trouxe uma maior concentração do poder econômico.

A indústria brasileira sofre uma perda de mercado e várias empresas fecham suas portas e reduzem o número de empregos. Com isso, milhões de trabalhadores estão sendo excluídos e ficam à margem do mercado de trabalho. A atual conjuntura se configura num campo de competitividade onde tudo é disputa: as empresas disputam o mercado, e em consequência disso, disputam a redução de custos de produção; por outro lado, as pessoas disputam espaços no mundo do trabalho, uma vez que as empresas, buscando reduzir custos e ampliar lucros, investem em tecnologia, e promovem a produção com menos pessoas trabalhando. Ocorre uma reestruturação nos meios de produção, menos trabalhadores são requeridos para produzir bens de consumo final. Com isso, temos um quadro de exclusão e desemprego que afeta todas as camadas da

sociedade, principalmente, a mais empobrecida, a menos qualificada.

O perfil dos trabalhadores mudou, mesmo aqueles que ainda ocupam um lugar no mundo do trabalho e, dele tiram renda, *status*, proteção e identidade, encontram-se abatidos por enfrentarem diferentes desafios. As exigências da concorrência e da competitividade têm deslocado o trabalho de sua posição central e, sobretudo, reduzido o preço da força de trabalho, com vistas à maximização da eficácia produtiva. A instabilidade do emprego por contrato de tempo determinado, alimenta o desemprego, deixando as pessoas mais frágeis e numa condição ainda mais vulnerável.

O SEADE¹ e o DIEESE² têm se preocupado em mapear o índice de desemprego no Brasil através de pesquisas sobre emprego e desemprego (PED) realizadas nas principais regiões metropolitanas do Brasil³.

Nas regiões metropolitanas em que a PED é realizada e cujos dados estão disponíveis, a taxa de desemprego apresentou variações negativas. (SEADE, 2003). A tabela abaixo exemplifica o quadro apresentado na argumentação anterior:

Taxas de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas 2002-2003

¹ Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos.

² Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

³ Mensalmente, são mensuradas taxas em diversos segmentos: pessoas de 40 anos e mais; crianças e adolescentes de 10 a 14 anos; pessoas sem experiência anterior de trabalho; jovens de 18 a 24 anos; mulheres; os não-chefes de domicílio; homens; pessoas de 25 a 39 anos; e os chefes de domicílio. Em pesquisa recente, o SEADE e o DIEESE cruzaram os dados de 2002 e 2003 e verificaram um significativo aumento do desemprego no Brasil.

Segundo a PED, os segmentos mais afetados pela expansão do desemprego foram os usualmente considerados responsáveis pela manutenção do domicílio: as pessoas de 40 anos e mais, os chefes de domicílio e os homens, além do crescimento verificado na referida taxa entre os jovens de 18 a 24 anos.

Regiões Metropolitanas	Jun-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03
	%	%	%	%	%	%	%
Distrito Federal	20,4	20,6	21,7	23,2	23,3	23,1	22,7
Belo Horizonte	18,4	18,0	19,2	20,6	20,2	19,3	19,1
Porto Alegre	15,9	14,3	14,8	15,3	16,3	16,6	17,6
Recife	21,6	20,1	20,5	22,3	23,5	23,9	23,9
Salvador	28,0	26,9	27,2	28,4	29,4	29,7	30,0
São Paulo	18,8	18,6	19,1	19,7	20,6	20,6	20,3

Fonte: [http:// www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

A repercussão do desemprego atinge os trabalhadores em todos os sentidos. São desempregados estruturais e enfrentam uma ruptura que causa uma fragilização dos laços e vínculos de amizade e solidariedade com os colegas de trabalho. Na família emergem conflitos e isolamento, provocando a diminuição da auto-estima e da afetividade.

Antunes (1995), ao refletir sobre esta temática, apresenta-nos as dificuldades de enfrentamento, os questionamentos da classe trabalhadora que visam a superar o desemprego estrutural:

Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um programa econômico alternativo que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria e da economia informal? Como é possível resgatar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a superexploração do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá iniciar a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho alternativo que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite a globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho? (...) Estes são, como se pode perceber, desafios enormes. (ANTUNES, 1995, p. 01)

Frente ao exposto, tem-se que a sociedade capitalista engendra uma dinâmica de transformações sociais as quais incidem diretamente no cotidiano dos trabalhadores. O desemprego estrutural surge como um dos maiores problemas sociais e, portanto, um grande desafio para os trabalhadores.

É clássica a afirmação de Marx de que a sociedade era constituída por classes, a capitalista e a operária. Hoje, tal situação se expandiu, a exploração do trabalho é abundante, ou seja, existem os que trabalham demais e os que não trabalham. “Marx escreveu certa vez, que pior do que ser explorado pelo capital é não ser explorado por ele, quer dizer, estar excluído do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p. 73). Assim, a exclusão e a exploração são relações paralelas, uma alimenta a outra.

Para os trabalhadores, esta exclusão social representa muito mais que estar fora do mercado de trabalho formal, representa uma descrença em si próprios. Esta situação possibilita uma baixa auto-estima em massa, e os trabalhadores não encontram mais perspectivas de superar esta situação. Gaiger (1998, p.49) afirma: “Estar incluído em alguma coisa tem sido o primeiro passo para a recuperação da autoconfiança, da dignidade e da autonomia”.

Desta forma, tem-se que a falta de emprego é a causa mais evidente do desajuste social. As transformações representam uma minimização do emprego, sobretudo se elas se somarem, como afirma Guimarães:

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos produtiva, somadas à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura, responsável por um quadro de desemprego com índices jamais vistos em nossa história.

Trabalhadores antes incluídos nos mercados formais vieram somar-se aos já historicamente excluídos, pertencentes ao mercado informal. A partir do momento que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira (GUIMARÃES, 1999, p.05).

Nesse contexto de mudança se visualiza um movimento de novas formas de organização do trabalho e da produção, bem como importantes formas de trabalho coletivo, pois esta situação está levando vários grupos de trabalhadores a se unirem para assumir o controle da organização do seu trabalho e de processos produtivos. Os trabalhadores se envolvem com a economia solidária motivados por aportes externos, entidades que acreditam na economia solidária como uma possível alternativa ao desemprego, que convidam os trabalhadores a participar de cursos, reuniões, feiras sensibilizando-os a se organizarem e aderirem ao processo.

É expressivo o número de experiências coletivas de trabalho e de produção que se configuram em todo o país. Os trabalhadores, impulsionados pela falta de alternativas e por convicções políticas, organizaram-se nas mais diversas formas como cooperativas de produção, de consumo, de crédito e de serviços, associações, empresas de autogestão, bancos comunitários e várias organizações populares, que no geral compreendem o que esta se chamando de economia solidária.

1.2 Surgimento e configuração da economia solidária

Paul Singer, estudioso que tem se dedicado ao tema no Brasil, em alguns

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
pronunciamentos costuma dizer que a economia solidária está ressurgindo (Seminário a Outra economia – Hotel Embaixador- Porto Alegre - RS), não se trata de uma simples herança do cooperativismo, mas uma revivência das lutas históricas dos trabalhadores. Trata-se de um movimento dos trabalhadores colocado em pauta frente a crise social do país, condicionado pela crise do capitalismo que abre espaço para novas formas de economia.

A economia solidária teve importante contribuição de alguns pensadores socialistas utópicos do século XVIII, entre eles Owen, Proudhon e Fourier. Eles imaginaram a constituição de organizações coletivas que não tivessem apenas um dono, mas vários deles, acreditavam na possibilidade de uma estrutura diferente de gestão e produção que estabelecesse uma nova relação da comunidade com a economia (ANTEAG, 2000).

Essas novas formas de gestão sempre surgiram na tentativa de superar a questão social da época. Independente do momento histórico em que são abordados, os empreendimentos solidários surgem sob o impulso de uma dinâmica socioeconômica condicionada por uma grande crise econômica.

Foi a partir de uma condição de crise que surgiu o cooperativismo, nasceu na Inglaterra quando teve início a Revolução Industrial. Na época, os trabalhadores (operários e artesãos) controlavam o seu exercício profissional. Com a introdução das máquinas, os trabalhadores perderam espaço na competição com as fábricas e, em pouco tempo, ficaram sem trabalho, assim, formaram sociedades de ajuda mútua.

Owen (segundo Singer) dizia que a fábrica deveria estar sob controle dos trabalhadores e que o resultado do trabalho deveria ser dividido pelos mesmos. Assim, propôs que ao redor das fábricas se formassem aldeias cooperativas geridas coletivamente por todos os trabalhadores. Levantando a bandeira do cooperativismo, Owen assumiu a liderança do movimento operário, orientando os trabalhadores a formarem cooperativas de produção cada vez que fizessem greves. (SINGER, 2003)

Conseqüência desse processo, mais tarde, em 1844, um pequeno número de trabalhadores, militantes operários, formaram Rochdale (situada na região de Manchester, Inglaterra), cooperativa de produção e consumo que eles chamaram de “A sociedade dos pioneiros eqüitativos”. Foi uma experiência que deu certo, com a adoção de oito princípios do cooperativismo que compreendem valores de autogestão, participação, autonomia e preocupação humana mútua dos membros da comunidade. Estes, até hoje são instituídos como princípios cooperativos e, embora existam muitos tipos de organizações, grande parte delas regem-se pelos mesmos princípios herdados de Rochdale.

Em 1848, a repressão desarticulou o trabalho cooperativo. Mais tarde, a crise estabelecida no período de 1870–95, com a implantação da indústria, provocou um conflito ambíguo e ferrenho entre capital e trabalho e os trabalhadores buscaram espaços através das cooperativas agropecuárias.

No Brasil, as cooperativas despontam durante o período após a Segunda

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

Guerra Mundial. Com a informatização, oriunda do que a história chama de Terceira Revolução Industrial, de 1980 até os dias de hoje, o mundo vive uma outra grande crise e os trabalhadores começam a apresentar estratégias de sobrevivência. Foi então que floresceu a economia solidária.

A economia solidária no Brasil passou a ter visibilidade com o processo de fechamento das fábricas, quando os trabalhadores reagiram assumindo a massas falidas e modificando as relações de trabalho a partir de uma prática coletiva, autogestionária e solidária. Foram situações deste caráter que deram início á ANTEAG⁴, que surge na perspectiva de afirmar o movimento como resposta dos trabalhadores e consolidar o processo como alternativa ao sistema vigente.

Embora a economia solidária tenha despertado a atenção dos diferentes segmentos da sociedade só nos anos 90, ela já vem se destacando há mais tempo nas relações de produção de pequeno porte, organizadas por núcleos familiares e pela comunidade, não apresentando um caráter de geração de emprego e renda, mas de subsistência, embora muitas destas experiências transcendam o patamar da subsistência, atingindo níveis de acumulação e crescimento (GAIGER, 1999).

Souza (SINGER & SOUZA, 2000) diz que os empreendimentos comunitários, também identificados como empreendimentos populares (TIRIBA, 2001), têm iniciativa de seus membros e de algum agente externo (igreja, associação de

⁴ Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos moradores, Ongs⁵) e seus trabalhadores não têm qualificação profissional, têm baixa escolaridade e, em geral, são mulheres e jovens, (antes exerciam funções de donas de casa e estudantes) e ainda, que tais empreendimentos localizam-se na periferia das cidades.

Por muito tempo, as diferentes formas de economia solidária (autogestão, associações...) permaneceram ocultas e, às vezes, ainda são. No princípio, esses empreendimentos não apresentavam grande importância, depois foram despertando maior atenção. Assim argumenta Gaiger:

Nos anos de 1980, essas iniciativas tinham pequena visibilidade. (...) Naquela época, eram, muito mais, obra de entidades assistências ou filantrópicas.

Aos poucos, esse campo vai ganhando visibilidade social e, agora, se pode falar também em visibilidade política. É quando vai surgir o conceito de Economia Solidária, junto com outros conceitos que procuram dar conta dessa realidade. (...) Nos anos de 1980, não se falava em economia solidária, mas em projetos comunitários; não se falava nem em experiência de geração de renda. Esse é um termo dos anos de 1990. (GAIGER, 2000, p. 168-169)

Portanto, no Brasil, primeiro observou-se o crescimento de cooperativas agropecuárias que visavam reforçar a classe dos produtores rurais. Logo as empresas de autogestão e as experiências populares roubaram a cena, provocando o interesse de aportes externos que se constituíram na perspectiva de apoiar os empreendimentos coletivos e consolidar uma outra relação de trabalho na sociedade contemporânea.

Frente à conjuntura desfavorável propiciada pela dinâmica da sociedade, é visível que a economia solidária tenha aparecido com maior incidência nos anos 90, como

⁵ Organizações Não Governamentais.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
reação ao processo de fechamento dos postos de trabalho, à exclusão social, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções, como alternativa e tentativa de inserções no mundo do trabalho. As pessoas têm mais espaços no mundo do trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas (SINGER, 2000).

A partir dessa situação a economia solidária conquistou o apreço da academia, que direcionou seus vários estudos a fim de compreender o novo fenômeno. Foi então, que as universidades, articuladas com outros setores envolvidos com a questão, instituíram denominações e conceituações da economia solidária, termo que ainda hoje apresenta dificuldades em ser definido.

São várias as concepções que tentam definir a economia solidária, que muitas vezes é considerada por outras terminologias, como terceiro setor, socioeconomia, economia popular etc, mas no Brasil o termo economia solidária é que vem predominando. O adjetivo solidário na economia solidária é apresentado como nova racionalidade econômica (GAIGER, 2002). Tal adjetivo ainda é muito questionado, uma vez que alguns pensadores o remetem a uma dependência recíproca, por outro lado, o solidário recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, que deve levar em conta interesses individuais, passíveis de se tornarem coletivos.

A questão da solidariedade conduz a economia solidária a um ponto

Aline Mendonça dos Santos
fundamental de seu desenvolvimento, pois a prática da economia solidária não se apresenta apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário, concreto, que interfere diretamente na vida do trabalhador, podendo estabelecer uma outra representação social. Esta representação se modifica na medida em que o trabalhador internaliza os resultados do seu próprio trabalho, descartando o caráter alienante da atividade produtiva e promovendo a solidariedade no processo de trabalho, o que possibilita a formação de um outro sujeito, que vivencia uma satisfação no trabalho.

A economia solidária configura-se por novas práticas e é entendida como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração da mais-valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, desalienada, capaz de impulsionar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico. O processo produtivo do empreendimento é enriquecido pela autogestão dos trabalhadores. O êxito econômico e administrativo das iniciativas de economia solidária perpassa a questão da solidariedade, estabelecendo outra relação de trabalho.

A auto-estima pode melhorar com as novas condições de vida e de trabalho. Algumas interpretações teóricas dizem que ela está relacionada à assimilação de novas representações de compreensão da realidade, a mudança de postura dos trabalhadores e suas capacidades de ações coletivas. Assim, a economia solidária possibilita novas representações resgatando uma liberdade de ser, capaz de romper com a situação de alienação, uma vez que os trabalhadores podem ser entendidos como sujeitos coletivos, cujas identidades vão se formando num processo dialógico resistente à exclusão estrutural.

Os empreendimentos econômicos solidários se diferem de uma empresa capitalista pela organização social da produção, pela relação estabelecida entre os associados e entre essas pessoas e o capital, ou seja, na economia solidária as pessoas trabalham juntas solidariamente e se apropriam de forma igualitária da sobra (lucro no capital) originada pelo trabalho coletivo. As decisões também são coletivas, a assembléia dos trabalhadores é soberana. Princípios éticos como cooperação, autogestão e solidariedade não se limitam a características das iniciativas de economia solidária, mas contribuem para avantajá-las frente à economia capitalista. Consolidar tais princípios depende de uma assimilação da nova práxis e da relação entre os processos econômicos e culturais.

Raramente as iniciativas de economia solidária se inserem nos mesmos espaços institucionais do cooperativismo tradicional. Algumas cooperativas formaram-se a partir de benefícios constitucionais e se burocratizaram. Existem cooperativas de comercialização cujos sócios são capitalistas (isto ocorreu muito na década de 80 com as cooperativas agropecuárias) e estas cooperativas pouco têm em comum com as iniciativas que compõem a economia solidária e que são formadas por trabalhadores que procuram criar para si e para a sociedade alternativas democráticas ao sistema.

Embora apresentadas estas possibilidades e hipóteses de construção, a economia solidária esbarra no quesito viabilidade, que acaba interferindo no cotidiano e, portanto, na construção de novos valores. Desta forma, as dificuldades podem anular os resultados possíveis, como evidencia Gaiger:

(...) as iniciativas econômicas solidárias, mesmo quando logram ganhos relevantes, chocam-se seguidamente com obstáculos que tornam seus resultados passageiros. Barreiras diversas muitas vezes, intransponíveis, acabam por impedir sua viabilização a médio e longo prazos. Os desafios mais sérios apresentam-se sob o prisma econômico. Problemas de gerenciamento, por falta de preparo ou de soluções organizativas, ao lado de dificuldades para repor o capital de giro, são muito freqüentes, a ponto de darem a impressão de que as feições solidárias que essas experiências procuram assumir tornam-se um empecilho, em certo momento, ao aprimoramento gerencial e à maior eficiência, comprometendo assim, já na raiz, as suas chances de continuidade e crescimento. (GAIGER, 1998, p. 63)

Enfim, a economia solidária é um fenômeno que tem desencadeado fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, porém, nenhum desses fatores deve se sobrepor ao outro. A eficiência e efetividade dos empreendimentos econômicos solidários dependem de um equilíbrio entre esses fatores engendrando mudanças qualitativas capazes de superar a racionalidade capitalista (GAIGER, 1998).

1.3 O caráter alternativo da economia solidária

São muitas as dimensões alternativas da economia solidária. Além de ser apresentada como alternativa ao capitalismo, a economia solidária também é considerada alternativa ao trabalho alienado, à exploração do trabalho, à individualização do trabalhador, à submissão do trabalhador etc. Tratam-se de experiências que buscam adquirir peso econômico e social. A disseminação de uma outra economia, e assim, novas oportunidades de trabalho e de geração de renda.

Quando se utiliza a expressão "alternativa", logo vem o questionamento: alternativa a quê? Vivemos numa época acomodada, há uma sensação de que não

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

existem alternativas ao capitalismo, o índice de aceitação dessa situação parece ser o maior em toda a história do capitalismo (SANTOS, 2002).

Ora, o predomínio do capitalismo não implica que não ocorram variações no interior do mesmo. A economia solidária é baseada em princípios e valores não capitalistas e, portanto, pode possibilitar transformações qualitativas dentro do sistema vigente. Trata-se de mudanças graduais que compreendem formas de produzir, de consumir e de viver.

A economia solidária pode representar novas possibilidades de organização da sociedade. Assim evidencia Santos:

A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem se quer foram tentadas (Santos, 2000:23). Neste sentido, a função das práticas e dos pensamentos emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao **status quo**, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS, 2002, p.25).

São muitos os teóricos que contribuem para a discussão e investigação acerca da economia solidária no Brasil, conseqüentemente, são muitas as abordagens teóricas a respeito do tema. O livro “A outra economia”, organizado por Cattani, ilustra essa variedade de posturas teóricas sobre a economia solidária. A importância da economia solidária, como um contraponto à economia capitalista tem sido alvo de pesquisa de inúmeros intelectuais, muitos deles de extrema relevância para o

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
aprofundamento do debate do tema em questão. No entanto, em virtude das limitações decorrentes do objetivo deste trabalho, destaco três teóricos cujos esforços para a consolidação da economia solidária tem sido muito expressivos: Arruda, Singer e Gaiger, sintetizando suas colaborações a seguir.

Arruda, economista e educador, é membro coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). Foi no PACS que deu maior evidência à sua reflexão a respeito da autogestão, logo no início dos anos 90.

Partindo de um paradigma mais holístico da compreensão da sociedade e do ser humano, Arruda apresenta um discurso axiológico e não só analítico. Ele defende a economia solidária como via para a construção de uma nova globalização. Nesse sentido, a economia solidária não está orientada apenas aos problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, competitiva, mas sim para constituir o fundamento de uma outra globalização, uma globalização humanizadora assegurada na diversidade e na complementaridade de seus membros, possibilitando um desenvolvimento sustentável e socialmente justo. (ARRUDA, 1997). E define:

O desafio é fazer da globalização um processo que democratize não apenas o direito à opinião, mas os direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global. Gerar processos de participação que, por um lado, estabeleçam a cada pessoa e comunidade humana sua condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento e, por outro lado, cultivem e integrem a diversidade das capacidades, desejos e aspirações num movimento que redirecione os mercados, atribua um conteúdo democrático ao Estado, e reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional. (ARRUDA, 1996, p. 45).

Singer, professor da Universidade de São Paulo, é um renomado

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos economista nacional. Seu envolvimento com o tema se deu logo no início da década de 90 quando trabalhadores e sindicalistas o convidaram para refletir a respeito da dinâmica do mundo do trabalho e alternativas para sobreviver nele. Neste período, diversas empresas autogestionárias são fundadas, assumindo massas falidas e salvando os postos de trabalho. Foi quando começou a prestar assessoria à ANTEAG.

Singer afirma que a economia solidária surge como modo de produção e redistribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Com ousadia e segurança, Singer defende a economia solidária como um novo modo de produção não capitalista, ou seja, trata-se de um modo solidário de produção e distribuição (SINGER, 2000, p. 13). Além disso, a experiência coletiva de trabalho enseja a reconstrução da cidadania, pois ao se integrarem a estas iniciativas, muitos experimentam, pela primeira vez, o gozo de direitos iguais, o prazer de serem livres e expressarem suas posições sendo ouvidos.

Dessa forma, Singer atribui à economia solidária um caráter revolucionário que não interfere apenas em situações macro como a superação de desemprego e exclusão, mas que interfere diretamente em novas relações de trabalho dos cooperados, desses com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc (SINGER, 2000, p. 28).

Enfim, Singer acredita na economia solidária como um possível e valioso instrumento de negação da ordem vigente, e afirma:

Duma maneira ou doutra, a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais (SINGER, 2000, p. 15).

Gaiger começou a se envolver com o tema a partir de estudos realizados com os Projetos Alternativos Comunitários, da Cáritas Brasileira.

Na pesquisa “Significados e Tendências da Economia Solidária”, denomina as iniciativas de economia solidária como “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES), caracterizados como experiências de geração de renda regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. (GAIGER, 2000, p.31).

Nesse sentido, os EES são aquelas experiências que transcendem o patamar da subsistência, com base em uma nova racionalidade, unindo cooperação e busca de eficiência, gerando um certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade em médio prazo (GAIGER, 1998, p. 57).

Gaiger também compreende a necessidade do “Solidarismo Empreendedor” para que as iniciativas tornem-se EES. Trata-se da combinação do espírito empresarial (ação planejada e otimização dos diversos fatores envolvidos na atividade: produtivos, humanos e materiais) com o espírito solidário (a cooperação funcionando para uma racionalização econômica). É nessa perspectiva que Gaiger compreende o solidarismo

Aline Mendonça dos Santos
empreendedor como alternativa para os trabalhadores. Assim, esclarece:

Não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado como um recurso pelos trabalhadores. Formas comunitárias e autogestionárias de organizar a produção e o consumo existente há bastante tempo. No entanto, o que se percebe atualmente é que poderíamos estar diante da germinação de formas de economia **alternativa**, por se distinguirem da lógica mercantil capitalista, e de **alternativas** econômicas para os trabalhadores, por se tratarem de empreendimentos viáveis, ou seja, capazes de assegurar sua auto-sustentação e sua perdurância social. (GAIGER, 2000, p. 29).

Gaiger⁶ compreende a consolidação da economia solidária considerando que os EES são base para a reconstrução do meio social em que vivem as classes populares (LECHAT, 2002, p.13). Considera as formulações, que apontam a economia solidária como um novo modo de produção não capitalista, audaciosas, pois não se trata de uma superação do modo de produção capitalista (GAIGER, 2001).

Segundo Gaiger, a economia solidária promove outras relações de trabalho que são atípicas ao modo de produção capitalista, que engendram práticas de cooperação e reciprocidade responsáveis pela adesão dos trabalhadores às iniciativas solidárias, mas, tais práticas, não ameaçam a reprodução capitalista. São várias as iniciativas alternativas a lógica mercantil do atual sistema econômico, como clubes de troca e cooperativas de crédito, mas essas são iniciativas em caráter experimental que valem pelo valor intrínseco, não por um impacto no cerne do capitalismo. Trata-se de uma modificação na forma social de produção, mas a base capitalista, derivada de forças produtivas, continua a mesma. Para assegurar a sobrevivência os EES precisam ter viabilidade econômica diante do atual sistema econômico, pois precisam lidar com as externalidades capitalistas (GAIGER, 2001).

⁶ Apud Lechat, 2002, p.13.

As transformações oriundas da relação condicionada pela economia solidária dependem de uma dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, que ocorre no contexto da velha sociedade, ou seja, não é preciso que tal sociedade seja exaurida para que tal dialética ocorra. É viável que a economia solidária seja considerada uma alternativa e possível contradição ao capitalismo, mas nem por isso significa que o mesmo esteja em colapso. Diante dessa complexa condição, a economia solidária, como forma social de produção solidária é entendida como alternativa diante de outras possibilidades postas ao trabalhador (GAIGER, 2001).

Sendo assim, podemos observar que os autores estão dirigindo suas argumentações configurando a economia solidária não só como alternativa micro (emergencial), mas como uma alternativa maior que promove contradições no sistema capitalista.

Enfim, embora existam diferentes formulações, os estudiosos apresentam uma questão em comum: a economia solidária é um fenômeno importante, que interessa cada vez mais ao conjunto da sociedade e que se configura como alternativa ao processo vigente.

2 ENTENDENDO A SUBJETIVIDADE

Por subjetividade entende-se a categoria que cerca as peculiaridades imanentes da condição de ser sujeito⁷. A subjetividade transcende a questão física do indivíduo, envolvendo capacidades afetivas, imaginativas, sensoriais e racionais do mesmo. A subjetividade é configurada tanto por elementos cognitivos como culturais (Mance, 1994).

Ninguém nasce com a subjetividade formada, ela vai sendo constituída sob a influência da cultura de cada sociedade. Ao nascer o indivíduo não é sujeito, e sim “objeto de cuidados” dos pais e, aos poucos, vai se independizando e tendo maior autonomia, construindo uma personalidade segundo referências de determinada cultura, assim, o indivíduo aprende hábitos e costumes incorporando padrões de comportamentos dominantes da sociedade da qual faz parte. Esses valores advêm de experiências de socialização⁸ como família, escola, amigos, igreja, comunidade e os meios de comunicação social.

As experiências de socialização influenciam diretamente a construção da personalidade, mas é importante destacar que a mídia ocupa um lugar privilegiado nesse

⁷ Sujeito é o indivíduo capaz de pensar, decidir e agir por si mesmo, conforme sua própria decisão.

⁸ Também compreendidas por certos autores como aparelhos ideológicos. Conferir no livro “Sociologia Crítica” de Guareschi. Ver referência na bibliografia.

processo, pois funciona sob a lógica do capital e utiliza recursos a fim de atingir a subjetividade do espectador.

A subjetividade mexe com o sujeito como um todo. Diante da condição cognitiva e cultural, a subjetividade é entendida como unidade do consciente e do inconsciente do sujeito e, por isso, é difícil compreender o porquê das ações. Nem sempre as práticas sociais são movidas por objetivos manifestos e se não houver um esforço para compreender as entrelinhas desse processo, dificilmente vai ocorrer a compreensão da práxis dos sujeitos individuais ou coletivos, pois a práxis é muito mais do que uma teoria articulada à prática.

São muitos os elementos da subjetividade e, conseqüentemente, muitos são os conceitos que tentam explicá-la. Entender a subjetividade do trabalhador no processo de economia solidária é um dos objetivos deste trabalho. Ao entender a subjetividade fica claro que ela se constrói num movimento dialético com a prática. A relação entre as instâncias subjetiva e prática é o que constrói o mundo (MARTINI, 2001, p.178). O objeto deste trabalho é justamente entender esse movimento no processo de economia solidária, ou seja, entender se a prática inovadora da economia solidária articulada as idéias, imagens e opiniões dos atores envolvidos com esse processo possibilitam uma mudança na subjetividade dos mesmos.

Para respaldar meu estudo, utilizo dois conceitos que fundamentam a análise da pesquisa: o primeiro é o conceito de representação social, que a partir de uma análise dialética permite resgatar o “nexo biopsicossocial que reconstitui o homem em sua

Aline Mendonça dos Santos
totalidade de pensar-agir-sentir” (MARTINI, 2001, p.183). Para melhor entender o conceito de representação social faço um resgate teórico da formulação do mesmo e estudo a pertinência das representações sociais no estudo da subjetividade. Para dar conta do estudo da prática dos trabalhadores optei por trabalhar com o conceito de “experiência social”, em Dubet. Como minha pretensão maior está na teoria das representações sociais não me aprofundo na discussão sobre experiência social, e entendo que a leitura da abordagem de Wautier sobre a teoria de Dubet é suficiente para o estudo desejado.

2.1 Teorias das representações sociais

Nos estudos sobre economia solidária, o conceito de representação social parece pouco evidente como recurso teórico, seja na pesquisa ou nas práticas sociais, pois ainda não se sabe de trabalhos em que as representações sociais fossem objeto de estudo na economia solidária, porém, a economia solidária como movimento que ressurgiu, busca, sobretudo, difundir e partilhar representações. As representações sociais possibilitam uma construção subjetiva que se dá nas condições de comunicação e ação.

Trata-se de uma teoria bastante complexa que percorre um campo interdisciplinar e que tem se destacado pela riqueza da produção teórica e empírica, marcada pela diversidade de estudos desenvolvidos.

O conceito de representação social é encontrado em várias áreas das Ciências Sociais e também na Psicologia Social. Essa diversidade se dá na dimensão teórica dos diferentes conceitos e nas metodologias daí decorrentes. Portanto, são muitas

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

as abordagens teóricas sobre o conceito de representação social, mas um conceito que elucida minha percepção para este trabalho é definido na concepção de Jodelet:

Representação Social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Também designada 'saber de senso comum' ou 'saber ingênuo', 'natural', distingue-se do conhecimento científico. Mas é tida como objeto de estudo igualmente legítimo, devido a sua importância na vida social e à elucidação que possibilita dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, s.p.).

As reflexões a respeito de representação social dizem respeito a um processo de comunicação e interação em que o ser humano, ator do seu processo histórico, se desenvolve. As representações sociais estão diretamente ligadas a formação da consciência dos indivíduos e da cultura das sociedades. Para entender as representações que um indivíduo tem é necessário captar a visão que o mesmo absorve do mundo, sabendo que tal visão dependerá do lugar ocupado pelo indivíduo em relação aos outros. É uma relação objetiva e subjetiva, em que os seres humanos se confrontam, ao mesmo tempo em que elaboram uma representação uns dos outros.

O conceito de representação social foi introduzido nas ciências, com base no conceito de representação coletiva de Durkheim contido, principalmente, no estudo "O suicídio". Para Durkheim, a vida coletiva é formada pelos fatos sociais e a consciência coletiva por representações coletivas que refletem o pensamento conjunto. Para Durkheim, as representações coletivas diferem das representações individuais (MOSCOVICI, 2001, p. 47).

Desta forma, é importante entender o raciocínio de Durkheim sobre as representações coletivas, antes de estudar as representações sociais.

A consciência coletiva de que está dotada a vida coletiva (integrada por fatos sociais) é, segundo Durkheim, constituída por representações coletivas, fenômenos que se distinguem de outros fenômenos da natureza por suas características peculiares. As representações coletivas têm uma vida independente, mas tendem a persistir e preservar a marca do substrato social em que se originam. Elas reproduzem-se e se misturam, produzindo outras representações, adquirindo uma autonomia relativa. Escreve Durkheim:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...) Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (DURKHEIM, 1973, p.79).

Para analisar as representações coletivas, Durkheim estudou tanto as estruturas como as instituições, pois se tratam de formas de agir, pensar e sentir dotadas de um poder coercitivo. Assim, categorias como autonomia, exterioridade e coercitividade são características fundamentais das representações coletivas em relação ao comportamento e pensamento dos indivíduos.

Alguns estudiosos das representações sociais que se fizeram valer do conceito de representação coletiva afirmam que a noção durkheimiana de representação deixa a desejar quando não se interessa em analisar a pluralidade da organização do pensamento. Moscovici, responsável pela transição do conceito de representações coletivas para representações sociais, afirma a

necessidade de associar o individual e o social na perspectiva de uma sociedade em transformação, e justifica:

Desse modo, todas as pesquisas imaginariamente fechadas num domínio se reabrem e nos permitem transferir para a sociedade moderna uma noção que parecia reservada às sociedades tradicionais. Entretanto, a própria noção mudou, com as representações coletivas cedendo lugar às representações sociais. Vê-se facilmente o porquê. De um lado, era preciso considerar uma certa diversidade da origem, tanto nos indivíduos quanto nos grupos. De outro, era necessário deslocar a ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem; de modo que algo individual pode tornar-se social e vice-versa. Reconhecendo-se que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracteriza na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam (MOSCOVICI, 2001, p. 62).

Ao buscar resgatar as representações sociais como conceito e fenômeno social, Moscovici inaugura um campo de estudos interdisciplinar que vem se consolidando no âmbito da Psicologia Social. A realidade das representações sociais seria fácil de apreender porque quase tangível: "elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, uns encontros, em nosso universo cotidiano", impregnando "as relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas". O conceito de representações sociais, porém, não é considerado de tão fácil apreensão por Moscovici porque estaria situado "na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos". Assim, apesar de partir do conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici considera que a abordagem daí decorrente não contempla a diversidade de modos de organização do pensamento, ainda que sejam todos sociais. Por isso, "é indispensável que se lhe retire o seu papel de categoria geral, referente ao conjunto de produções simultaneamente intelectuais e sociais"⁹ (FARR, 2000).

⁹ Compreende-se também a preocupação de Moscovici em diferenciar as representações sociais, enquanto categoria específica, dos conceitos de mito, opinião e imagem

A consolidação do campo de pesquisa das representações sociais requer buscar suas vinculações às práticas sociais que as produzem ou decorrem do pensamento prático constituído pelas representações sociais. Neste caso, as práticas sociais são visualizadas a partir dos seus atributos de natureza comportamental, numa perspectiva diferenciada da sociologia e antropologia. Campo emergente no âmbito da Psicologia Social nos últimos trinta anos, as representações sociais são, segundo Jodelet, uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Em torno desta definição sintética, os estudiosos da área têm reconhecido a sua formulação teórico-metológica (FARR, 2000).

A Psicologia Social contribui para o conceito situando-o como um campo interdisciplinar. Buscando consolidar uma epistemologia de senso comum, a Psicologia Social delimita o que considera representações sociais como o conjunto de fenômenos e o conceito que os engloba.

Privilegiando a natureza comportamental das práticas sociais, a Psicologia Social persegue uma teoria das Representações Sociais na qual as diferenças e conflitos de classe são evidenciados.

2.1.1 As representações sociais em outras concepções teóricas

Tendo em consideração o conceito durkheimiano de representações coletivas, Minayo (2000) demonstra como o tema das representações é abordado por

diversos autores das Ciências Sociais.

As abordagens a respeito oscilam: de um lado, as possibilidades de representação do mundo (social) são infinitas; de outro, o mundo só é mundo enquanto socialmente representado.

Considerando representações sociais como "as idéias, imagens, senso comum, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade", Minayo passeia por diversas correntes das Ciências Sociais, desde o século XIX, recuperando o conceito inclusive no pensamento marxista. Desta forma, Minayo percorre as obras clássicas (Weber e Marx, além de Durkheim, já referenciado) buscando identificar o que os teóricos entendem por representações sociais.

Segundo Minayo,

Weber elabora suas concepções do campo das representações sociais através de termos como 'idéias', 'espírito', 'concepções', 'mentalidade', usados muitas vezes como sinônimos e trabalha de forma particular a noção de 'visão do mundo'. (MINAYO, 2000, p.94)

Tendo esta concepção, Weber reconhece uma certa autonomia do mundo das representações. Por outro lado, apresenta a necessidade de corresponder a que instância do social determinada idéia deve dependência. As idéias são juízos de valor que os indivíduos de vontade possuem, o que não descarta a possibilidade empírica do fator econômico influenciar na formação das idéias.

Para Weber, as concepções de mundo (partindo do conceito de "visão de

mondo”) são elaboradas pelos grupos dominantes e estas são importantes para manter a sociedade. (MINAYO, 2000, p. 94)

Já, para Marx, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Em "A ideologia alemã" identifica-se na dialética marxista a possibilidade de interpretação do papel das representações sociais. Sob tal perspectiva, o modo de produção da vida material determina o modo de vida dos indivíduos como princípio básico do "pensamento" e da "consciência". Marx diz que as representações, as idéias e os pensamentos são produtos da consciência. Nesta mesma linha, ele afirma que há um determinismo econômico sobre a consciência, reconhecendo que a manifestação da consciência se faz através da linguagem (MARX, 1996). Marx diz que as idéias estão ligadas a uma postura da classe dominante, assim evidencia:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da nossa sociedade, é ao mesmo tempo sua força espiritual. Daí que as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção matéria estão submetidas às classes dominantes. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, colocadas como idéias gerais, comuns e universais de todos os membros da sociedade (MARX, 1974, p. 47).

Os sujeitos em relações de produção, estabelecem entre si relações sócio políticas e culturais determinadas, que constituirão suas representações sobre o concreto vivido.

Uma outra abordagem de representação que freqüenta a Sociologia é a veiculada por Goffman:

Venho usando o termo 'representação' para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua

Aline Mendonça dos Santos
presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. (GOFFMAN, 1975, p.29)

A partir da metáfora da ação teatral, Goffman demonstra que todo homem, em qualquer situação social, procura dirigir e dominar as impressões que se possa ter dele, sustentando seu desempenho como ator que representa um personagem diante do público. Um relacionamento social é produto das diversas ocasiões em que um indivíduo/ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público mediante representações de seu papel social.

O autor salienta a importância da interação social e afirma que todas as representações são, de certa forma, manipuladas pelos indivíduos e grupos, mesmo que involuntariamente, e que para construirmos relações e interações sinceras, ponderadas e planejadas, devemos aprender a lidar com as diferentes representações.

Ao refletir sobre os diferentes discursos sociológicos, Minayo diz que as representações sociais enquanto senso comum, idéias, imagens, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais.

2.1.2 A contribuição das Representações Sociais no estudo da Economia Solidária

Como observado na literatura analisada, o conceito de representações sociais ocupa um espaço significativo no quadro teórico e metodológico de diversas áreas das Ciências Sociais, além da leitura a respeito elaborada pela Psicologia Social. Verifica-

se que, conforme a área de conhecimento, este conceito adquire matizes específicos. Enquanto fenômeno, porém, todas as áreas reconhecem que se trata de um produto das práticas sociais, conceito por sua vez bastante flexível. Neste quadro, o conceito durkheimiano de representações coletivas constitui-se numa referência freqüente para o desenvolvimento de uma teoria das representações sociais, sendo também considerado como ponto de ruptura para o desenvolvimento dessa teoria, uma vez que se trata de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais a vida social já feita, mas uma vida social em vias de se fazer.

A noção de representação social favorece a compreensão da articulação de modalidades de relação com o mundo social. Neste sentido, o estudo das representações sociais melhor se enquadra na perspectiva de compreender as diferentes consciências, visões de mundo, idéias e, portanto, representações que os trabalhadores nos EES fazem de si e do mundo.

Jovchelovitch (2000, p.79) conclui a discussão das representações sociais propondo que os processos que engendram as representações sociais se configurem a partir da comunicação e das práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte e cultura. Desta forma, as representações não se centram em sujeitos individuais, mas em fenômenos produzidos pelas construções da realidade social, bem como afirmam os autores marxistas.

É a luz desta concepção que pretendo estudar as representações dos trabalhadores em EES e entender o que mudou na consciência dos mesmos, desde que

Aline Mendonça dos Santos passaram a vivenciar a prática concreta da economia solidária, uma vez que a teoria da economia solidária afirma existir uma série de transformações na realidade dos trabalhadores, que antes vivenciavam outras práticas de trabalho abstrato, entendidas como alienantes.

Assim, as representações sociais nos EES despertam alguns questionamentos relevantes que acabam por ser a base do estudo pretendido.

Quais são os núcleos de transformação e de resistência dos trabalhadores na forma de conceber a realidade?

As representações sociais revelam a natureza contraditória da organização em que os sujeitos estão inseridos?

Por fim, o estudo das representações sociais vai permitir entender o que os trabalhadores pensavam a partir de suas práticas de trabalho anterior, concebidas no modo de produção capitalista, e o que pensam hoje, vivenciando um processo de economia solidária.

Ora, se a economia solidária está sendo considerada como um novo espaço, diferenciado de inserção social, a prática dos trabalhadores e as aspirações oriundas delas são significativos objetos de investigação, pois o lugar, a postura e as funções que assumem estes trabalhadores determinam os conteúdos representacionais e, portanto, a

relação estabelecida com o social.

2.2 Experiência social

O sociólogo francês François Dubet elaborou o conceito de “experiência social” partindo da noção de “ação”, central na Sociologia Clássica. Para Dubet, o conceito de ação não apresenta a mesma relevância para entender a vida social. “No pensamento clássico, a sociedade é uma noção central, é uma realidade altamente integrada e integradora” (WAUTIER, 2003, p.177). Existe uma identificação da sociedade com o sistema integrado, em que os indivíduos internalizam os valores desse sistema e realizam suas funções partindo deles. Nesse sentido, o indivíduo é entendido pela “interiorização do social”, ou seja, o indivíduo é produto de uma socialização que incorpora condutas adaptadas ao funcionamento da sociedade. Essa concepção do papel social do indivíduo foi se extinguindo a partir da crítica da modernidade (Simmel, Weber, Touraine): o indivíduo constituído por um todo social homogêneo não é mais aceita, mas sim a autonomia do sujeito (WAUTIER, 2003, p.178).

Na perspectiva clássica, existe um paradigma único de ação, em que há uma identificação total entre o indivíduo e o sistema, os dois se configuram partindo da mesma noção de ação. Na sociedade contemporânea, que engendra uma diversidade cultural, a leitura clássica não é mais possível, os indivíduos não podem atuar seguindo uma lógica única e determinada, eles se destacam por suas próprias iniciativas, que o afastam do sistema.

Para Dubet “é na ação que se constrói um conhecimento da sociedade” (WAUTIER, 2003, p.179). Com essa perspectiva, constrói o conceito de “experiência social” capaz de dar sentido as práticas sociais. Tal conceito evidencia traços que se apresentam nas condutas sociais. São eles:

a heterogeneidade dos princípios culturais que organizam as condutas – a identidade social não é determinada pelo sistema, mas pela personalidade que constrói experiências;

distância que os indivíduos mantêm com o sistema – a distância crítica (reflexiva) define a autonomia dos atores;

alienação – as relações de dominação impedem os atores de terem domínio sobre a experiência social (WAUTIER, 2003, p.181).

Sendo assim, a experiência social não deixa de estar vinculado a uma representação do mundo vivido que, segundo Dubet, resulta da articulação de três lógicas: a integração, a estratégia e a subjetivação.

A primeira, corresponde à lógica de ação da Sociologia Clássica, ou seja, trata-se da relação de integração do indivíduo com a sociedade, em que o indivíduo interioriza valores institucionalizados.

Na segunda lógica, a estratégia, a identidade é sinônimo de status, ou seja, o ator é reconhecido segundo suas relações de poder. Nessa lógica as relações sociais são compreendidas num mercado concorrencial, em que há uma rivalidade de interesses,

sejam eles individuais ou coletivos.

A terceira lógica, a subjetivação, é entendida como a lógica do sujeito, em que o indivíduo se diferencia das demais lógicas. Possui uma postura crítica como condição de construção das experiências sociais.

Existe uma circulação entre esses circuitos. Não estando mais em uma sociedade fechada, sendo assim, os sujeitos se deparam com essas três lógicas, enfrentando identidades e relações sociais cada vez mais diversificadas. É através dessa articulação que o indivíduo constrói a experiência e se constitui como sujeito. Nas palavras de Wautier:

A experiência social é a atividade, o trabalho pela qual o indivíduo pode construir uma identidade social, quando articula as diversas lógicas de ação nas quais ele está engajado. Em outras palavras, é este trabalho que aproxima o indivíduo de uma representação do sujeito, e é esse trabalho que se torna objeto de uma sociologia da experiência (WAUTIER, 2003, p.188).

Assim, o indivíduo procura dar sentido as suas condutas reconstruindo a identidade e assimilando novas representações sociais. Desta forma, o conceito de experiência social contribui para o estudo da subjetividade, completando a lógica do conceito de representações sociais. A noção de experiência social apresenta-se bastante benéfica para a análise de estudos empíricos, pois as condutas sociais não aparecem reduzíveis a meras aplicações de códigos, e sim, pela combinação de várias lógicas de ação.

Tanto o conceito de experiência social como o de representações sociais são destacados neste capítulo como referências para refletir o que pensam, imaginam, falam e criam os sujeitos envolvidos na economia solidária. Os conceitos se completam, é a interação entre o indivíduo, cuja experiência é única, implicada em relações sociais, que possibilita a construção da subjetividade.

Por fim, é possível dizer que as representações sociais não estão separadas da experiência social. As representações sociais são formadas num ambiente de interação com as práticas, ou seja, num ambiente de vivência, de experiência dos indivíduos. É visível a importância de estudar as representações sociais no contexto da economia solidária. Viu-se no primeiro capítulo que a economia solidária apresenta dinâmica diferenciada do que a aceita pelo capitalismo, possibilitando práticas emancipadoras capazes de promover uma outra relação de trabalho. Mas para consolidar um EES é necessário que ocorra uma adesão dos indivíduos à nova dinâmica e, para isso, é necessário uma mudança na subjetividade dos trabalhadores, caso contrário, os EES não seguem em frente. Portanto, as representações sociais e a experiência social se completam, uma implica na outra.

Eis os problemas que compõem o objeto que inspirou este estudo: existe uma mudança na subjetividade dos trabalhadores capaz de promover uma nova prática de trabalho? A experiência da economia solidária possibilita a criação de novas representações sociais?

Essa dialética que articula subjetividade e prática social, ou na concepção

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
teórica que adotei, a dialética entre representação social e experiência social é o objeto deste trabalho.



É necessário ressaltar aqui a importância desses conceitos para o trabalho, uma vez que compõem o foco central deste estudo constituindo-se em ferramenta fundamental para a análise. Sendo assim, o aprofundamento do conceito de representações sociais, abordado no próximo capítulo, visa buscar o entendimento da subjetividade.

3 ESTUDANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como vimos no primeiro capítulo, desde meados dos anos 90, a prática da economia solidária vem despertando interesse dos intelectuais e tornando-se foco nos estudos acadêmicos do Brasil.

São muitas as indagações e especulações a respeito do tema e boa parte dos resultados aponta para um fenômeno novo, baseado numa outra racionalidade econômica capaz de proporcionar uma outra relação de trabalho e, conseqüentemente, uma outra sociedade que não seja marcada pelo individualismo da sociedade contemporânea (SINGER, 2003).

Diante do fenômeno economia solidária, que ganhou notoriedade na última década, e dos estudos decorrentes dele, na maior parte preocupados com a prática e o conceito da economia solidária, senti a necessidade de compreender a dialética estabelecida entre a subjetividade dos trabalhadores e o processo de trabalho realizado por eles.

A subjetividade do trabalhador e seus desdobramentos: a consciência, a percepção, a construção das idéias e a opinião configuram o foco de estudo da pesquisa, na perspectiva de estabelecer a relação com a práxis e compreender a dinâmica desse

processo.

Para estudar tal subjetividade, foi necessário procurar um conceito que respondesse ao objeto de investigação pretendido. Como vimos no capítulo 2, o conceito de representações sociais foi o que melhor atendeu a essa necessidade.

A noção de representações sociais destaca-se frente a outros termos integrantes da subjetividade como opiniões, idéias e imagens, termos esses demasiadamente estáticos e descritivos. Já as representações sociais são resultado de uma dialética entre a percepção do sujeito e o momento histórico que está vivendo.

Nos estudos sobre economia solidária, ainda não foi identificada a utilização do conceito de representações sociais como recurso teórico, porém no estudo pretendido a partir dessa discussão, o conceito tem presença constante em toda e qualquer indagação.

Ao vivenciar a experiência da economia solidária os trabalhadores passam a difundir e partilhar representações possibilitando a elaboração de idéias, imagens, que ocorrem nas condições de comunicação e ação dos trabalhadores. Portanto, há uma interação entre os trabalhadores e, a partir dela, estes produzem um conhecimento socialmente elaborado e partilhado pelo grupo que constrói a realidade comum, compreendendo outras percepções do contexto em que estão inseridos. Ao produto dessa interação atribuí-se o nome de representações sociais.

3.1 O percurso metodológico

Frente a essas considerações pode-se dizer que as representações sociais, imagens construídas sobre o real, são importantes materiais de pesquisa no interior das Ciências Sociais.

Muito bem, mas como coletar as representações sociais? Que instrumentos utilizar?

Segundo Minayo(1995), as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos, condutas e se institucionalizam, por isso, as representações sociais devem ser analisadas através da compreensão das estruturas sociais, institucionais e dos comportamentos sociais. Para estudar as representações sociais nos empreendimentos econômicos solidários optei por uma pesquisa qualitativa de estudo de caso. O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa que possibilita reunir uma grande quantidade de informações claras e precisas sobre a totalidade da situação que se quer estudar. No estudo de caso, esta situação tem caráter específico e denota questões mais complexas, atuando como contraponto à generalidade teórica e considerando novas questões relevantes. Neste sentido, o estudo de caso permite uma maior aproximação com a realidade, sem um afastamento dos pressupostos teóricos (ROESE, 1998).

A coleta de dados na pesquisa qualitativa não é um processo acumulativo e

linear. Os dados são colhidos, interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e no intercâmbio com os atores.

Na pesquisa qualitativa os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em instantes de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência e necessário encontrar o significado manifesto, bem como o que permanece oculto.

Na perspectiva de preencher esse espaço, utilizou-se a observação, técnica realizada durante todo o processo da pesquisa, que direcionou os sentidos para elementos aos quais normalmente não se está atento e que não podem ser apreendidos por meio da fala ou da escrita, como o ambiente, o comportamento das pessoas no grupo, a linguagem verbal e não verbal, os relacionamentos entre os trabalhadores e a temporalidade (VÍCTORIA & KNAUTH & HASSEN, 2000). A observação exige cuidados e registros adequados para garantir a pertinência dos dados e para eliminar interpretações fluidas, sem dados comprobatórios.

Assim sendo, os empreendimentos apresentam situações inusitadas, próprias, que são fundamentais como dados de pesquisa e subsídio para a interpretação posterior dos mesmos.

Como a economia solidária não é uma realidade homogênea, os EES apresentam diferentes experiências e são oriundos de diversos movimentos. Por isso a necessidade de realizar um estudo de caso, desdobrado em mais de uma situação, que

condense algumas dessas diferenças para que a economia solidária possa ser compreendida da forma mais completa possível.

O fato de estudar diferentes organizações da economia solidária justifica-se no próprio entendimento das representações sociais, uma vez que considera a estrutura dos campos das representações, ou seja, história, organização sócio-cultural, modelos normativos etc. Por conseguinte, estudar as diferentes experiências em que ocorrem as interações das representações é fundamental para a compreensão do processo. Ressaltando que, por apresentar grupos tão distintos, a economia solidária possibilita diversas formas de representações sociais. Embora o movimento da economia solidária venha disseminando um discurso político e ideológico do que ela venha a representar, conduzindo o aparecimento de uma visão abrangente, cada grupo, EES, faz da visão abrangente uma representação particular, de acordo com a sua posição no conjunto do processo social em que esta inserido. Tais representações também são portadoras dos interesses de cada grupo, EES.

É importante abordar a questão das representações nos EES, abarcando variações na experiência dos indivíduos, sendo assim pensei num estudo em quatro empreendimentos que combinassem características diferenciadas dos indivíduos e dos empreendimentos. Assim organizei:

- Um EES antigo, que já tenha uma caminhada como experiência de economia solidária e, um EES novo, que recentemente se constituiu como experiência de economia solidária. Essas duas características são de suma importância para o estudo,

uma vez que entender a subjetividade de um trabalhador que aderiu a prática da economia solidária há mais de cinco anos e compreender como este trabalhador vem assimilando o processo a partir da vivência cotidiana é fundamental, bem como, entender a subjetividade de um trabalhador que recentemente aderiu ao trabalho coletivo, solidário e perceber quais suas expectativas iniciais a respeito do processo:

- Um EES homogêneo onde os trabalhadores possuem uma conformidade, ou seja, sócios com mais ou menos o mesmo tempo de empreendimento, oriundos do mesmo segmento profissional, ou ainda trabalhadores com a mesma faixa etária etc. Outro, heterogêneo, em que os trabalhadores podem ser de diferentes áreas e que se uniram para a consolidação do EES, com histórias profissionais diferentes, com idades diferentes, períodos de inserção no empreendimento diferentes etc. Essas características permitem entender como os trabalhadores lidam com o diferente e com o igual e se essas experiências interferem no processo de economia solidária;

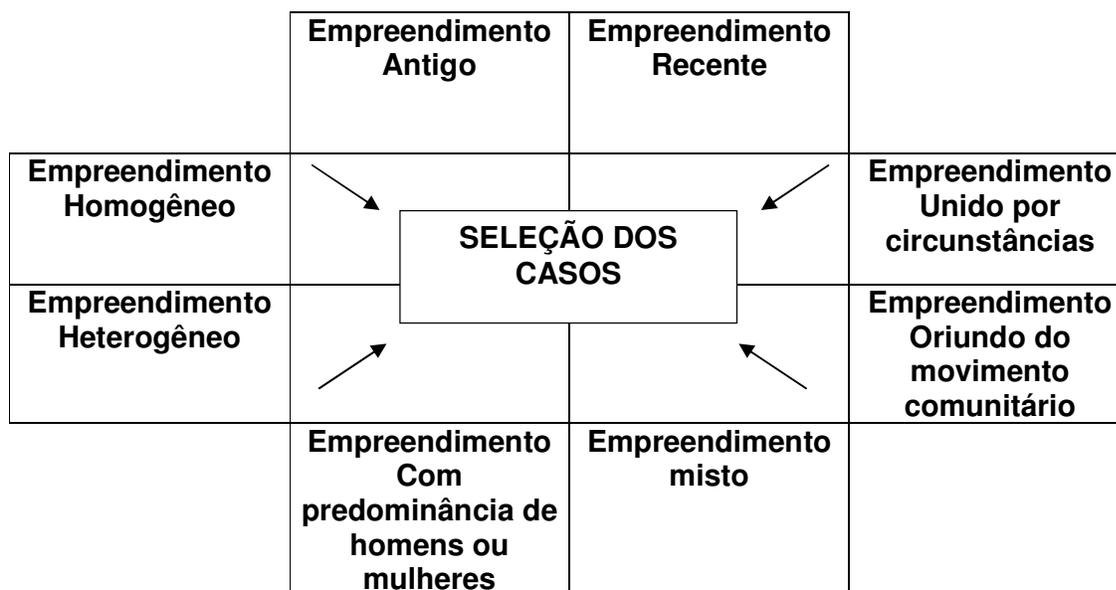
- um EES oriundo de um movimento social, por exemplo, constituído a partir de uma associação de bairros, e, portanto, que já elaborava uma ideologia política e, outro EES formado a partir das contingências, por exemplo, um grupo de desempregados. Existem EES que surgiram a partir de um longo processo de discussão e elaboração, como é o caso das cooperativas do MST¹⁰ que foram organizadas para facilitar a relação de trabalho, sem perder de vista os valores e princípios do movimento. Em contrapartida, existem EES organizados sem muita reflexão, na perspectiva dessas organizações serem espaços de inserção no mercado de trabalho;

¹⁰ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

- um EES estabelecido predominantemente por homens ou mulheres e outro EES que está consolidado de forma mista. A importância de ter presente essas duas características se dá pela necessidade de entender como ocorre a relação de homens e mulheres com o processo de economia solidária. Por exemplo, como é o comportamento de um homem num empreendimento predominantemente feminino e vice-versa? Será que o fato do empreendimento ser misto ou unificado por determinado sexo interfere na construção de outras representações sociais?

Para melhor visualizar o cruzamento das características organizou-se o esquema a seguir:

ESQUEMA 1:



Levando-se em consideração esses contextos e suas respectivas

características, atendi, em parte, o estudo das experiências, e ainda foi necessário estudar os acordos e normas estabelecidos pelos trabalhadores no interior do empreendimento para consolidar a organização coletiva.

Para isso procedi a uma análise de documentos. A pesquisa documental consiste em adquirir conhecimentos a partir de informações advindas de material gráfico e audiovisual. No que se refere ao material gráfico, consideram-se documentos oficiais (leis, regulamentos), pessoais (cartas, diários, autobiografias), públicos (livros, jornais, revistas, discursos) e o material audiovisual refere-se a gravação de entrevistas e documentários que tenham sido realizados com os empreendimentos em questão.

Essa técnica viabilizou um enorme agrupamento de informações importantes, porém tive o cuidado de descartar o material que não tivesse relação com a pesquisa, caso contrário, correria o risco de adquirir uma quantidade de dados tal que pudesse desviar a atenção do foco principal (VÍCTORIA & KNAUTH & HASSEN, 2000).

Com o propósito de identificar os elementos que compõem as representações sociais dos trabalhadores de economia solidária, utilizei-me de suas falas. Tenho presente que a linguagem não traduz o pensamento por completo e sim de forma fragmentada, limitando-se a alguns elementos do cotidiano, mas apresenta uma certa nitidez da representação do ator em relação à realidade.

A linguagem é a expressão das contradições vividas pelos atores nos seus respectivos grupos sociais, do entendimento deles com seus pares, seus contrários, com

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

as instituições e com a história. A realidade vivida é representada pela linguagem e, através dela, os sujeitos em movimento constroem a vida e a explicam. Portanto, a linguagem é importante mediação na análise das representações sociais.

Assim afirma Minayo:

(...) vale reforçar que mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais é a linguagem. Segundo Bakhtin, 'a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social' (1986, 36). Particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana, a palavra é fundamental. Elas (as palavras) são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios. Bakhtin chama a nossa atenção para o fato de que cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura socio-política.

Portanto, a palavra é a arena onde se confrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos das lutas das classes, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material (Bakhtin, 1986, 37). Pela sua vinculação dialética com a realidade, a compreensão da fala exige ao mesmo tempo a compreensão das relações sociais que ela expressa. Porque as palavras não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam! (MINAYO, 1995, p.110).

Tendo presente a argumentação de Minayo, privilegiou-se a palavra no estudo das representações sociais dos trabalhadores nos EES. Por isso, utilizei a técnica da entrevista. Nesse trabalho, foram conduzidos dois tipos de entrevistas.

Num primeiro momento, realizei uma entrevista estruturada com todos os participantes dos empreendimentos (ou a maior parte deles) na perspectiva de adquirir dados básicos, tipo: idade, sexo, tempo que está no empreendimento, motivo da inserção no mesmo etc. Esse levantamento, além de condicionar um cadastro dos empreendimentos, possibilitou uma aproximação prévia com os trabalhadores e um conhecimento maior do perfil destes trabalhadores, o que facilitou os trabalhos na fase

seguinte.

No segundo momento, selecionei trabalhadores com perfis adequados as características dos empreendimentos. Por exemplo, ao investigar o empreendimento antigo não seria conveniente entrevistar um trabalhador que recentemente aderiu ao mesmo.

Sendo assim, as entrevistas foram semi-estruturadas, definindo uma pauta de questões relevantes que foram exploradas ao longo da entrevista. Nesse procedimento fiz poucas perguntas e o entrevistado falou livremente (GIL, 1994).

Essas entrevistas foram realizadas em profundidade, buscando traçar a história pessoal dos trabalhadores dentro e fora do empreendimento, suas motivações, objetivos imediatos e de longo prazo. A entrevista como técnica, possibilitou construir um mosaico de quando e como as representações sociais dos trabalhadores foram se modificando, seja aderindo ao processo de economia solidária ou alimentando resistência a ele.

3.2 Percalços durante a elaboração dos procedimentos da pesquisa

Até este momento, de preparação dos instrumentos de campo, não havia encontrado problemas, mas quando voltei minha atenção para a elaboração da entrevista semi-estruturada, alguns questionamentos impediram que eu realizasse tal procedimento

com tranquilidade.

No plano teórico, há razões para acreditar que os instrumentos disponíveis têm uma certa pertinência de aplicação, mas na hora de formular o instrumento esta pertinência não estava clara. Percebi que duas dificuldades estavam temperando a visão otimista da metodologia e que, portanto, deveriam ser tomadas pela consciência e consideradas no método para evitar distorções. A primeira dificuldade refere-se à coleta dos dados e a outra, à interpretação dos resultados. Baseada em quê eu iria pautar a entrevista e análise dos dados?

Se as representações sociais são o húmus no qual o ator mergulha para elaborar suas esquematizações, o mesmo vale tanto para o trabalhador que está colaborando com a pesquisa (entrevistado) como para o pesquisador. Isto quer dizer que o pesquisador tem suas próprias representações e é por meio delas que ele vai compreender o que lhe é dito. É impossível para o pesquisador, diante do estudo da subjetividade, ser neutro e livrar-se de suas representações sociais, de modo que a atitude mais razoável é tomar consciência suficiente para explicitá-las.

Esses questionamentos provocaram um esforço de tentar cobrir tais lacunas e resultou na formulação de um modelo de análise, respaldado na teoria das representações sociais e no cuidado de preparar perguntas que provocassem nos atores respostas suscetíveis de fornecer indícios tão confiáveis quanto possíveis de suas representações. Mesmo sabendo que perguntas e respostas não vão permitir o acesso completo às representações dos entrevistados, elas são entendidas como mediações da

linguagem e do discurso, de modo que permitem a compreensão de como os atores, trabalhadores se representam e representam o respectivo contexto, conforme a conveniência de “institucionalizar” a noção.

Para suprir a outra lacuna, detive-me a fazer algumas reflexões sobre o que poderia mudar nas representações dos trabalhadores, a partir de uma prática de economia solidária. Como já foi afirmado, a representação social reflete uma dialética entre a subjetividade e as práticas. Há um movimento, as representações sociais não são estáticas, logo, a maneira pela qual cada um vê o mundo não pára de se modificar no contato com a experiência e sob o efeito dos discursos ouvidos e emitidos.

A adesão ao processo de economia solidária mexe com a subjetividade dos trabalhadores e eles podem passar a ter uma outra representação de si e do mundo. Isso porque a economia solidária induz a uma nova relação de trabalho que não é mais a mesma que os atores vivenciavam antes, sejam lá quais foram suas experiências: se estavam desempregados, empregados numa empresa, se estavam organizados num movimento social etc. Fato é que a relação de trabalho comum, “normal” na sociedade contemporânea capitalista, é uma relação de trabalho verticalizada, assalariada, constituída de patrões e empregados, baseada no lucro, enfim, o inverso da lógica de trabalho da economia solidária que prioriza a centralidade do trabalho.

Como destacado anteriormente, a economia solidária ganhou notoriedade intelectual, social, econômica e política na última década e as forças externas (entidades de apoio, poder público, universidades etc), que trabalham e apostam na economia

Aline Mendonça dos Santos
solidária, fazem o possível para consolidar o processo no qual acreditam. Portanto, o trabalhador, além de experienciar a nova relação de trabalho, escuta e elabora um discurso da economia solidária como alternativa em todas as instâncias: econômicas, políticas, culturais etc.

Mas, será mesmo que os trabalhadores aderem a esse discurso e mudam suas práticas no trabalho?

Para responder estas questões, vi a necessidade de prosseguir com o estudo, construindo um modelo de análise que não me distanciasse do foco da pesquisa. Sendo assim, comecei a pensar em temas-indicadores que orientassem o meu trabalho. Esses temas-indicadores tinham que constar no conjunto de relações propiciadas pela economia solidária, na verdade, optei por temas-indicadores que são fundamentais em toda e qualquer relação de trabalho e social, entretanto na economia solidária são atribuídos valores diferentes daqueles nas relações de trabalho capitalista. São eles: solidariedade, confiança, participação e poder.

Para elaborar os temas-indicadores, procurei conhecer o que era um indicador. Assim, entendi:

Um indicador é uma informação processada que busca gerar uma idéia sobre um fenômeno e sua evolução. É um sinal que se refere a uma das características do fenômeno a qual desejamos colocar em evidência, possibilitando um ponto de referência que baliza nossa análise. Ou seja, é um conjunto de dados que possibilita simplificar, medir, comparar e comunicar informações, possibilitando visualizar o comportamento dos agentes ou dos sistemas. (WAUTIEZ & SOARES & LISBOA, 2003, p. 177).

Para a escolha dos temas-indicadores, tidos como elementos centrais da economia solidária, utilizei o relatório de duas pesquisas sobre economia solidária realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, são elas: Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul, executada pelo IBASE/ ANTEAG e A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas, realizada pela equipe de pesquisa em economia solidária da Unisinos. Ainda respaldei a iniciativa de alinhar tais temas-indicadores na teoria. Dois títulos foram fundamentais: os verbetes do livro “A outra economia”, organizado por Antônio Cattani e o clássico de Robert Putnam “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”¹¹.

3.3 Temas-indicadores

Quando comecei a pensar na construção de indicadores deparei-me com outros questionamentos: Indicadores na pesquisa qualitativa? Indicadores para expressar economia solidária?

Ao longo da história, os indicadores apresentam uma conotação econômica, mas na perspectiva de romper com a visão convencional e evidenciar outros tipos de informações, estudiosos estão configurando os indicadores qualitativos, pautados por racionalidade social. Em vista disso, os indicadores são, também, bem vindos na pesquisa qualitativa. É bem verdade que, por refletirem elementos parciais da realidade, os indicadores são instrumentos limitados e não devem ser entendidos como absolutos,

¹¹ Ver bibliografia nas referências

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

mas, como grifado no item anterior, os indicadores possibilitam uma idéia do fenômeno que se quer conhecer e uma referência para análise dos dados.

No que diz respeito à economia solidária essa discussão já vem tomando forma e inibiu minhas preocupações prévias. Wautiez, Soares e Lisboa argumentam o seguinte:

A economia solidária se diferencia da tradicional já a partir da adoção de uma perspectiva que reconhece que nem tudo pode ou deve ser avaliado em termos mercantis ou quantitativos. Enquanto os indicadores econômicos convencionais, em geral, têm um caráter monetário e quantitativo, a prática da economia solidária aponta para a necessidade de construir indicadores qualitativos capazes também de avaliar a solidez da sociedade, seu grau de confiança e coesão social, indicando situações-limite e evidenciando pontos de não-retorno, alargando portanto as possibilidades de acompanhamento das ações humanas. (WAUTIEZ & SOARES & LISBOA, 2003, p. 177).

Na ótica da economia solidária a solidariedade, a confiança, a participação e o poder, dentre outros, são valores importantes e prioritários, diferente da economia capitalista que prioriza o lucro. Esses temas-indicadores sustentam os EES nos diferentes momentos e proporcionam elementos da prática que sinalizam diferentes situações, como de mudança e de crise.

A intenção de utilizar esses temas-indicadores no estudo das representações sociais é refletir a dinâmica social, política que as práticas de economia solidária pretendem reproduzir e perceber como os trabalhadores se posicionam frente às estas práticas.

SOLIDARIEDADE

Vivemos numa sociedade marcada por um individualismo exacerbado. Segundo Lisboa, trata-se de uma sociedade socializada pelo dinheiro, onde os atores vivem relações utilitaristas e instrumentais dissolvendo laços sociais e “asfixiando a solidariedade, pois ela nasce na concretude das relações sociais que nos ligam uns aos outros” (LISBOA, 2003, p. 243).

Então, essa sociedade deixou tão poucas alternativas de sobrevivência que fez emergir outras formas de viver, revigorando o sentimento de solidariedade, agora difundindo uma nova maneira de pensar a relação indivíduo–sociedade. Assim, a solidariedade perde o caráter de proteção social e surge como um discurso coerente que não se confunde com caridade ou filantropia.

O grande desafio de viver relações pautadas na solidariedade está em reconhecer o outro como ele é e não eliminá-lo por ser estranho. A compreensão do ator nesse processo pressupõe o reconhecimento da pluralidade da condição humana. Se a solidariedade é a esfera do agir comum, não se pode perder de vista que os homens agem e pensam de maneiras diferentes. A reconstrução da solidariedade pressupõe um espaço comum onde a formação da subjetividade não admite o esmagamento do outro. Ela é feita no reconhecimento da diferença, na convivência com o outro, com o desigual. O comum não pode ser construído sem que seja levada em conta a idéia da alteridade.

Na economia solidária a solidariedade tem papel fundamental, ela

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

caracteriza a ética do processo que se busca construir promovendo a reintegração econômica nas relações sociais.

O reconhecimento atual da economia solidária indica que a solidariedade deixa de ser um adjetivo descartável ou restrito às relações pessoais, mas se apresenta como eixo de um projeto societário, alternativo ao capitalismo. Neste a transformação social é produto de um rechaço ético-político, e não meramente uma decorrência automática dos desenvolvimentos das forças produtivas, das contradições objetivas, da força das armas ou de um resultado eleitoral. Ou seja: a ética é uma dimensão fundamental da ação política. Assim como Davi frente a Golias, a luta e o protagonismo da multidão se sustenta na força dos valores morais, na negação ética da ordem vigente e na opção por uma ordem alternativa.

A mudança ética é um passo necessário para um autêntico câmbio, mas para ser verdadeira, carece de ser acompanhada de passos subseqüentes. As experiências de economia solidária são duplamente a recusa e a afirmação de um novo corpo social. Nelas, através de outros fluxos e intercâmbios globais, constrói-se um contra-império, uma organização política alternativa e um outro metabolismo econômico, um novo modo de vida, que respeita a singularidade dos indivíduos, mas simultaneamente cosmopolita e cooperativo. Converte-se numa forma de revolução molecular em curso, onde se reapropriam os meios de produção biopolíticos, os afetos, os corpos e os desejos (LISBOA, 2003, p. 248).

A solidariedade, portanto, é vista como uma prática alimentada pela própria complexidade social, que exige uma concepção aberta, flexível e pluralista, baseada cada vez mais na autonomização da sociedade, dos grupos sociais e dos indivíduos, pois estes não são jamais vistos de maneira isolada, mas no quadro da trama de solidariedade existente na sociedade.

Para um EES ter o sucesso esperado e, conseqüentemente, o processo da economia solidária ser consolidado é necessário uma adesão dos trabalhadores, atores, à prática solidária de viver as relações sociais, caso contrário, o individualismo, presente nas relações sociais capitalistas, será reproduzido. Enfim, tendo presente a importância

Aline Mendonça dos Santos
da solidariedade no organismo da economia solidária, tem-se também a importância de destacá-la como indicador qualitativo para subsidiar a análise da pesquisa.

CONFIANÇA

Nos EES a dívida¹² é expressão concreta da solidariedade (LECHAT & SCHIOCHET, 2003). Para consolidar uma relação orientada pela dívida, a confiança é essencial. Trata-se de uma relação arriscada, caso as regras não sejam respeitadas, já que afeta todo o coletivo. Então, confiar é preciso. Se não houver confiança não há cooperação e a solidariedade não é possível.

Segundo Putnam, a confiança faz parte de um capital social que facilita a cooperação instantânea. Para argumentar o acúmulo do capital social, Putnam apresenta exemplos de práticas sociais que fortalecem a solidariedade comunitária e que servem também para a economia solidária, é o caso das associações de crédito rotativo:

Já na sociedade mais difusa e impessoal da Cidade do México contemporânea, é preciso haver uma cadeia mais complexa de relações de mútua confiança para dar respaldo às associações de crédito rotativo. Vélez-Ibañez relatou que várias associações de crédito rotativo mexicanas prosperaram graças a uma cadeia de relações sociais baseadas na **confianza** (reciprocidade generalizada e confiança mútua). “Os laços de **confianza** tanto podem ser diretos como indiretos e variam em qualidade e densidade. Em muitos casos os membros têm que confiar na confiabilidade dos outros para cumprir com suas obrigações, pois pouco sabem a respeito deles. Como disse alguém ‘empresta-se confiança mútua.’” A cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você.

¹² “...podemos dizer que toda dívida tem por finalidade a criação, manutenção ou regeneração do laço social, pois se trata de um processo sem fim, onde a relação importa mais do que a coisa dada” (LECHAT & SCHIOCHET, 2003, p. 85).

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

As associações de crédito rotativo mostram como os dilemas da ação coletiva podem ser superados mediante o aproveitamento de fontes externas de capital social, uma vez que tais associações “utilizam as relações sociais já existentes entre os indivíduos para tentar contornar os problemas de informação e executoriedade inadequadas”. Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais, o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de créditos regulares (PUTNAM, 1996, p. 178).

Assim, segundo Putnam, como ocorre no capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais. O acúmulo de confiança se dá de acordo com a oferta, que aumenta com o uso e se esgota se não for utilizada. Há uma valorização do capital social.

Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriamente particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam”. Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados. Por exemplo, minha reputação de credibilidade beneficia tanto a mim quanto a você, já que nos permite estabelecer uma cooperação mutuamente compensadora. Mas eu desconto os benefícios que minha credibilidade traz para você (ou os custos que minha falta de credibilidade acarreta para você), e portanto invisto insuficientemente na formação de confiança (PUTNAM, 1996, p. 180).

Enfim, a confiança promove a solidariedade e é importante variável para a consolidação da economia solidária, em contra partida, a solidariedade vai promover a confiança gerando um círculo virtuoso.

Num EES a relação de confiança pessoal passa a uma relação de confiança social que é fortalecida por normas (informais) estabelecidas pelos trabalhadores, como reciprocidade. Essas normas promovem uma relação mais estreita dos trabalhadores e um melhor desenvolvimento do empreendimento. Se não houver confiança não há certeza dos contratos estabelecidos pelos trabalhadores no EES e, conseqüentemente, o empreendimento não se constitui como tal.

PARTICIPAÇÃO

Nos EES existem canais formais e informais de participação; os primeiros, dizem respeito às assembléias e conselhos previstos nos estatutos dos empreendimentos e, os segundos, dizem respeito à iniciativa, ao diálogo e as informações sobre as situações apresentadas pelo contexto em que estão inseridos.

A participação num EES não se limita a presença do corpo numa determinada reunião, é preciso que o trabalhador acompanhe o processo e se posicione de forma que assuma o seu espaço no empreendimento. Demo diz que participação é conquista (1999, p. 18).

Se na relação de trabalho capitalista há uma coibição em participar, a participação não transcende o espaço da produção; na relação de trabalho da economia solidária tal espaço existe, cabe ao trabalhador conquistá-lo. Mesmo que o espaço já seja delimitado para o trabalhador, não basta ocupá-lo, é preciso um envolvimento, caso contrário, o trabalhador estará promovendo uma participação tutelada. Assim entende Demo:

Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado.

Ademais, esta definição de participação possui a característica de não banalizar o fenômeno, como se fosse algo tendência, natural, fácil e corriqueiro. Muitas idéias atuais correlatas, como planejamento participativo, pesquisa-ação, educação comunitária e política, economia solidária (acrescento eu), etc, podem conter propostas realmente novas e profundas, mas na maioria dos casos tendem a banalizar a questão, porque ignoram os obstáculos à

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos participação, a começar pela própria banalização. Dizemos, assim, que somente consegue tornar-se planejador participativo, educador “orgânico”, pesquisador identificado, aquele que tem consciência crítica e autocrítica de sua tendência impositiva. Porquanto não há educação ou planejamento não imponha alguma coisa. A questão não é, pois, não impor, pura e simplesmente, mas sim impor menos. Impor menos significa assumir a tendência impositiva e, a partir daí, tratar de abrir espaços crescentes e nunca terminados de participação (DEMO, 1999, p. 20).

Como já afirmado a economia solidária respeita a diversidade, portanto há saberes plurais e muitas vezes contrários. Só a participação efetiva reduz a diversidade e as desigualdades construindo o consenso. Trata-se da defesa de saberes contra saberes adversos. Caso as desigualdades não forem discutidas, o processo será banalizado.

A participação, a princípio, assusta porque é “estranho”, não é hábito participar, é mais fácil receber as coisas prontas, mesmo porque faz parte da história da humanidade viver em função do que os outros dizem ou deixam de dizer.

Enfim, é preciso uma organização dos trabalhadores, atores, a fim de romper com a situação de acomodação e promover a democracia.

Organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz, é o abecê da participação. Aí a negociação surge, não como boa vontade ou concessão, mas como necessidade de sobrevivência. Somente então haverá cooperação horizontal (DEMO, 1999, p. 26).

Participação não significa a ausência, superação ou eliminação de poder, mas uma outra forma de poder: horizontal. Quem exerce a participação estabelece uma disputa com o poder centralizador e vertical.

PODER

Se de um modo geral, o poder está relacionado ao acúmulo de recursos e a capacidade de usá-los para determinar o comportamento dos outros, na economia solidária onde os recursos são de todos igualmente, essa relação vertical não deveria existir.

A construção de uma relação horizontal, democrática, em que todos os trabalhadores têm o mesmo espaço de voz e vez legitima uma relação de forças em que o poder é distribuído de forma igualitária, nesta perspectiva, o poder não tem uma localização específica, perpassa todo o corpo social, mas se os trabalhadores não ocuparem esses espaços a relação de poder vertical se faz necessária e, depois de legitimada, é muito difícil de ser confrontada.

Numa relação vertical, caracterizada pela dependência e não pela reciprocidade, é mais provável de ocorrer oportunismo sendo incapaz de sustentar a confiança e a colaboração mútua. Já a relação de poder horizontal exige um envolvimento e uma participação sem fim, para promover os interesses comuns.

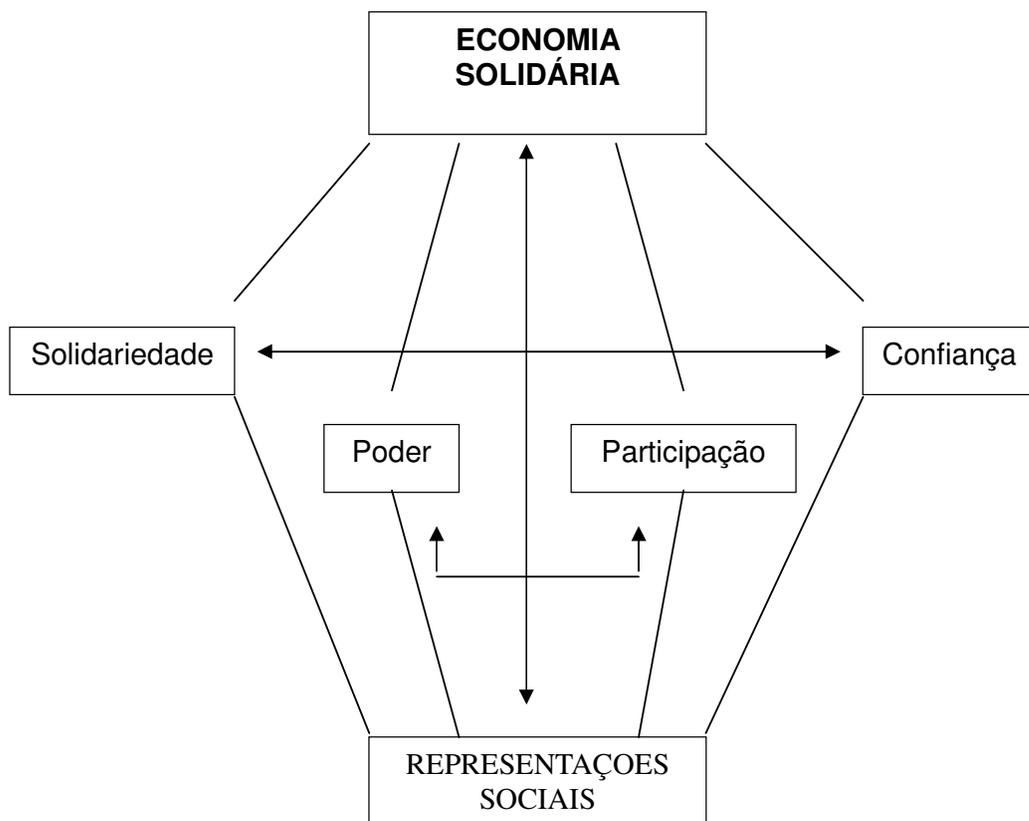
Num EES o poder não está em disputa, ele é partilhado. Essa outra relação de poder, de reordenamento dos espaços, é muito nova no cotidiano dos trabalhadores deixando-os desorientados. A prática da economia solidária promove novos canais de articulação e comunicação em torno do espaço de poder compartilhado, cabe aos trabalhadores organizar esse processo e, para isso, eles precisam representar uma visão horizontal e conectada da estrutura social.

Como observamos, os quatro temas-indicadores, possuem uma correlação muito estreita, isso ficou evidenciado em citações como: “Para consolidar a relação de trabalho solidário é necessário confiança”; “A confiança promove cooperação”; “Participação significa uma relação de poder horizontal”; e “O poder compartilhado não é possível sem uma participação infundável”.

De fato são variáveis indissociáveis, mas que não se confundem e apresentam características próprias, por isso, merecem destaque e precisam ser estudadas, analisadas separadamente.

O esquema abaixo permite visualizar melhor essa ligação entre os temas, e a pertinência deles como indicadores no estudo das representações sociais.

ESQUEMA 2:



A apresentação metodológica nos remete à investigação de campo, buscando compreender de que forma se estabelece no concreto, as abstrações teóricas apresentadas. A subjetividade, por sua vez, se realiza nas práticas dos trabalhadores envolvidos com os empreendimentos de economia solidária. No próximo capítulo apresento como se deu a dinâmica desse estudo e quais os resultados oriundos dele.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 A seleção dos casos de estudo

Conforme dito no capítulo anterior, o cerne da pesquisa está em estudar as representações dos trabalhadores em suas experiências de economia solidária. Respeitando o percurso metodológico adotado e interagindo com as dificuldades encontradas nesse processo, passei a orientar meu foco para a seleção dos empreendimentos a serem pesquisados.

Para executar essa etapa da pesquisa foi preciso ater-me a alguns cuidados como, por exemplo, escolher empreendimentos com os quais eu não tivesse contato profissional. Isso porque, como já foi dito na apresentação desse trabalho, há muito venho trabalhando com projetos de intervenção na área de economia solidária e vários empreendimentos do Rio Grande do Sul foram acompanhados por mim, na perspectiva de consolidá-los como alternativas de geração de trabalho e renda. Sendo assim, estudar esses empreendimentos poderia comprometer a legitimidade da pesquisa, uma vez que se criou certa cumplicidade com os mesmos. Para livrar-me dessa possibilidade, optei em estudar locais desconhecidos, em que não havia existido nenhum contato meu como

Aline Mendonça dos Santos
técnica. Outro cuidado na escolha dos casos foi o fato de que os mesmos precisavam localizar-se na região metropolitana de Porto Alegre, pois os recursos da pesquisa eram insuficientes para abranger outras regiões do Estado Rio Grande do Sul. Diante dessas condições, utilizei um recurso que facilitou muito essa etapa da pesquisa: o grupo de pesquisas sobre economia solidária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (grupo Ecosol).

Logo que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas fui convidada, pelo professor Gaiger, a participar da equipe de pesquisa do referido grupo de trabalho, por ele coordenado. Meu envolvimento com esse grupo foi de suma importância, uma vez que o grupo é pioneiro em estudos sobre a economia solidária no Rio Grande do Sul. A equipe vem desenvolvendo pesquisas sobre o assunto desde os anos 90 e atualmente está envolvida, dentre tantos estudos, com a fase final da pesquisa “Autogestão, eficiência e viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários”, que tem como finalidade revalidar e retificar as conclusões de estudos anteriores, no RS, acerca dos fatores de viabilidade das experiências populares de trabalho e renda que se organizam de forma associativa e cooperativa. Sendo assim, os dados dessa pesquisa permitiram uma análise diacrônica e comparativa entre o estágio atual e aquele explorado há seis anos atrás.

Participando do grupo de pesquisa tive a possibilidade de acompanhar todo esse processo de análise, o que permitiu um aprendizado a respeito dos procedimentos de pesquisa, apropriação dos dados e geração de resultados, além de uma reflexão constante sobre o tema em questão. Aproveitando o material produzido pelo grupo de pesquisa ECOSOL, optei em trabalhar com empreendimentos que já haviam sido

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos estudados pela equipe e isso possibilitou que eu não partisse do zero. Mesmo desconhecendo os empreendimentos pessoalmente, obtive uma série de informações a respeito dos mesmos, aproximando-me dos empreendimentos que pretendia estudar.

Para melhor preparar a seleção dos empreendimentos organizei uma tabela que permitiu cruzar os empreendimentos disponíveis com os critérios pré – estabelecidos no delineamento metodológico da pesquisa (do esquema 1, p. 66), considerando os empreendimentos geograficamente acessíveis e com os quais eu não tivesse tido contato (ver anexo 1)¹³. Da análise desse cruzamento, selecionei quatro empreendimentos que, passaram a compor o objeto empírico da pesquisa: Colabore, Cooperei, Univens e Cootravipa. Os empreendimentos são apreendidos pela pesquisa na perspectiva de identificar as características necessárias estabelecidas nos critérios. Foram distribuídas da seguinte forma:

	COOLABORE	COOPEREI	UNIVENS	COOTRAVIPA
MISTO		X		X
PREDOMINANCIA DE HOMENS	X			
PREDOMINANCIA DE MULHERES			X	
HOMOGÊNEO	X ¹⁴	X ¹⁵		
HETEROGÊNEO			X ¹⁶	X ¹⁷
ANTIGO	X		X	X
NOVO		X		
ORIUNDO DE			X	X

¹³ Trata-se de uma tabela configurada do cruzamento entre os EES estudados pela equipe ECOSOL na atual fase e os critérios estabelecidos na metodologia da pesquisa.

¹⁴ Os trabalhadores são oriundos do mesmo segmento profissional e possuem praticamente o mesmo período de tempo no empreendimento.

¹⁵ Os trabalhadores possuíam o mesmo vínculo empregatício antes da cooperativa e ingressaram na cooperativa no mesmo período de tempo.

¹⁶ As trabalhadoras são oriundas de experiências de trabalho diferentes e aderiram ao empreendimento em momentos diferentes.

¹⁷ Os trabalhadores são oriundos de diferentes segmentos. Os EES possuem um grande número de cooperados e uma rotatividade muito grande, o que coloca os trabalhadores em diferentes momentos.

MOVIMENTO SOCIAL ORIUNDO DE DIFERENTES CIRCUNSTÂNCIAS				
	X	X		

Na perspectiva de melhor compreender as condições apresentadas na tabela acima, faz-se rapidamente uma descrição sucinta dos casos. Confere-se a seguir:

A **Colabore** é uma usina de triagem de lixo urbano, tratamento dos resíduos orgânicos e comercialização do lixo reciclável, situada no município de Campo Bom. Esse empreendimento foi constituído há sete anos, tem mais ou menos 40 cooperados predominantemente do sexo masculino. A maior parte dos cooperados vem do mesmo segmento: calçado. O empreendimento foi constituído em função da dificuldade de trabalho. Os trabalhadores estavam desempregados e identificaram a Cooperativa como uma alternativa.

A **Cooperei** é uma cooperativa de metalúrgicos, oriunda de uma massa falida, com mais ou menos 40 cooperados, de ambos os sexos. A cooperativa foi constituída há pouco mais de dois anos e está situada no município de São Leopoldo.

A **Univens**, localizada em Porto Alegre, é uma cooperativa das áreas de alimentação e vestuário, predominantemente de mulheres, constituída há uns sete anos no contexto do movimento comunitário.

A **Cootravipa** é uma cooperativa de trabalho com mais de 500 cooperados,

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
mista (homens e mulheres), oriunda do movimento de união das vilas de Porto Alegre e responsável pela limpeza urbana do município. A Cootravipa tem cerca de dez anos de constituição.

Tendo presentes os EES para a realização do estudo, elaborei um resumo da pesquisa numa linguagem coloquial e fiz um primeiro contato com os EES, apresentando a proposta de trabalho. Dos quatro EES, apenas o último não mostrou interesse e se recusou a participar da pesquisa. Dessa forma, foi necessário selecionar um outro empreendimento para substituí-lo. Utilizando o mesmo processo realizado com os outros empreendimentos, selecionou-se a Cooperesíduos.

A **Cooperesíduos** também é uma cooperativa de trabalho, constituída de homens e mulheres de diferentes segmentos profissionais, que há pouco tempo formaram a cooperativa na perspectiva de superar a crise do emprego. A Cooperesíduos trabalha com separação e reciclagem de lixo e está situada no município de São Leopoldo.

Infelizmente, também não foi possível trabalhar com esse empreendimento, uma vez que o acesso mostrou-se complicado e o tempo que restava para concluir a pesquisa era insuficiente para realizar todos os procedimentos da pesquisa. Não ter realizado a pesquisa com um quarto empreendimento foi uma lástima, mas não comprometeu seriamente o trabalho que se pretendia realizar, uma vez que os três primeiros empreendimentos cumpriam os requisitos necessários para a realização da pesquisa.

Tendo acertado os procedimentos de pesquisa com os EES passei para a primeira etapa da pesquisa de campo: um cadastro do perfil dos trabalhadores de cada um dos empreendimentos. Para isso, utilizei um formulário simples (anexo 2)¹⁸. A intenção prévia era aplicar esse instrumento com todos os trabalhadores, mas isso não foi possível, pois alguns dos trabalhadores estavam de férias, outros de licença e outros ainda trabalhavam fora do espaço coletivo da cooperativa, como a Univens, onde algumas cooperadas trabalham com costura em suas próprias casas. O fato de não realizar o trabalho com todos os cooperados não prejudicou a pesquisa, pois se fez o cadastro da maioria dos trabalhadores em cada EES, o que permitiu uma amostra adequada do perfil apresentado pelos empreendimentos.

Feito esse levantamento optei por utilizar o programa de computador **sphinx** para a tabulação dos dados, o que facilitou muito essa etapa da pesquisa, uma vez que foi necessário apenas apresentar os dados, para que o programa os organizasse de forma padronizada, possibilitando uma visualização do perfil dos trabalhadores e a elaboração de uma análise comparativa entre os empreendimentos. As tabulações e gráficos resultados desse trabalho estão nos anexos 3, 4 e 5¹⁹.

Com os dados dessa primeira etapa da pesquisa somado aos dados fornecidos pelo grupo de pesquisa ECOSOL e aos materiais fornecidos pelos EES (estatutos, regimentos, fotos, recortes de jornais), foi possível uma melhor compreensão desses empreendimentos e, unindo a observação e a interação, também foi possível

¹⁸ O questionário é composto de questões fechadas e duas questões abertas que foram codificadas e tabuladas.

¹⁹ Os anexos 3, 4 e 5 correspondem à tabulação dos questionários da primeira fase da pesquisa.

entender a dinâmica de cada um deles.

4.2 Apresentação dos empreendimentos

COOLABORE – Cooperativa de construção civil e limpeza urbana Ltda.

A Coolabore surgiu em 1994, em decorrência de um curso sobre cooperativismo e através de um trabalho de monitoramento promovido pela Cáritas. Nos anos 1994 – 1996, o grupo prestou serviços de construção civil, objetivo dos associados. Em 1996, acabou desenvolvendo trabalhos na área de limpeza urbana, quando participou de um processo de licitação de limpeza e capina de rua e de outros, para assumir a usina de reciclagem de lixo do município de Campo Bom.

Quando foi fundada, a cooperativa contava com pouco mais de sete pessoas, sendo que os nomes restantes de que precisavam por exigência legal para compor a cooperativa foram emprestados de pessoas que não estavam participando. Todos eram oriundos da construção civil, vinculados à igreja e aos sindicatos. Atualmente, há 37 sócios trabalhando, tendo havido uma considerável rotatividade do grupo, hoje em baixa por não precisarem de mais trabalhadores na cooperativa. A entrada de sócios é feita pela indicação dos trabalhadores, passando pela aprovação da assembléia geral.

A usina fica numa área afastada do município, que foi construída e equipada (maquinário) pela Prefeitura Municipal, que paga a cooperativa pela prestação do serviço. A prefeitura não se envolve no trabalho desenvolvido pelos cooperados, seu envolvimento se restringe a recolher o lixo das ruas, entregar o material na usina e promover

campanhas de reciclagem de lixo. A prefeitura ainda não implantou coleta seletiva do lixo na cidade, o que prejudica a qualidade do resultado da reciclagem, tanto dos resíduos sólidos quanto da compostagem do material orgânico.

Além dos recursos materiais pertencentes ao município (galpão com a esteira rolante e uma prensa), o grupo adquiriu o seguinte maquinário: uma segunda prensa, dois caminhões e uma retroescavadeira.

Ao receberem o lixo, os trabalhadores separam o lixo orgânico dos resíduos sólidos fazendo compostagem do material orgânico, podendo a cooperativa comercializar os resíduos sólidos, acrescentando mais uma parte de rendimento aos membros, que varia de acordo com o valor da venda. Os materiais orgânicos passam pela esteira e caem num outro compartimento, para posteriormente receberem um tratamento e serem, em parte, transformados em adubo.

A Coolabore possui os fundos obrigatórios por lei e ainda um adicional, que garante o descanso anual remunerado. As sobras restantes (proporcionais ao trabalho de cada um dos sócios durante o ano) ficam a critério da assembléia geral, no final de cada ano. Os trabalhos são desenvolvidos de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h40min e das 12h50 às 17h30.

O conselho administrativo, além de executar as tarefas cotidianas do empreendimento, também opera atividades administrativas, por exemplo, o presidente do EES é o responsável pela negociação e venda dos resíduos e pela coordenação geral do

Aline Mendonça dos Santos
trabalho. O secretário é responsável pela parte mais burocrática, como a contabilidade.

As reuniões ocorrem de quinze em quinze dias, para avaliação do trabalho, sugestões e apresentação do extrato bancário. A Assembléia Geral ocorre uma vez por ano, quando é relatada a história da cooperativa para os novos sócios. Assembléias ordinárias e extraordinárias são registradas em ata. A documentação em dia foi o que lhes garantiu ganho de causa em todas as questões na justiça. Os almoços do grupo são sempre em conjunto, no refeitório do próprio empreendimento e isso proporciona momentos de reflexão a respeito do EES e descontração entre os trabalhadores. Todos participam das decisões, como por exemplo, a escolha de novos sócios passa pela aprovação dos cooperativados em assembléia.

O contrato da Prefeitura vem sendo renovado a cada licitação. Um dos objetivos da Cooperativa é, futuramente, conseguir um local mais apropriado e uma maior autonomia em relação à Prefeitura Municipal. A formação para economia solidária ainda é bastante precária, embora o empreendimento tenha contato com a Cáritas, os sindicatos, a Unisinos, a ANTEAG e outras entidades.

Os trabalhadores da Coolabore são em sua maioria jovens, com menos de 28 anos, mas a faixa etária varia dos 20 anos aos 60 anos, conforme pode ser conferido na tabulação ¹²⁰, anexo 3²¹. Percebe-se uma grande diferença de idade entre o trabalhador mais novo e o mais velho, o que interfere na relação entre os trabalhadores, pois os sócios com mais idade tem mais dificuldades de compreender a dinâmica do

²⁰ A tabulação apresenta a tabela e gráfico referente à questão discutida no parágrafo.

²¹ O anexo 3 refere-se à tabulação dos dados da Coolabore.

Aline Mendonça dos Santos
trabalho associado e suas concepções se confrontam com as dos trabalhadores mais jovens, que geralmente procuram conduzir o trabalho de acordo com os princípios cooperativistas. A escolaridade vai até a quarta série do ensino fundamental. Poucos têm primeiro grau completo. Alguns estão estudando.

A Coolabore é um empreendimento predominantemente masculino: 82,8% dos trabalhadores são homens e apenas 17,2% são mulheres (tabulação 2, anexo 3). Essa diferença de sexo raramente influencia na divisão do trabalho, pois há um regime de rodízio diário. Apenas o motorista, os guardas e o operador da máquina têm cargos fixos. As mulheres exercem atividades compatíveis com suas forças físicas. Trabalham em cinco equipes que se revezam, não sendo necessário existir um coordenador que os controle.

Embora a maioria dos associados da Coolabore seja jovem, grande parte deles já é casada e constitui família. Dos trabalhadores da Coolabore, apenas 27,6% são solteiros, mas não vivem sozinhos, ou seja, possuem família com pelo menos 3 pessoas, com a qual têm responsabilidades financeiras. É característica dos trabalhadores da Coolabore a família numerosa, conforme tabulação 4, anexo 3.

Antes de trabalhar na Coolabore, os trabalhadores exerciam outras atividades na região do Vale dos Sinos e Vale do Taquari. Nenhum deles tinha experiência de trabalho com o lixo. A maioria (69,4%) é oriunda das indústrias de calçados e, mesmo os que vieram de outros segmentos, disseram ter tido alguma experiência com o calçado (tabulação 7, anexo 3).

Boa parte dos trabalhadores vem acompanhando o empreendimento desde o início da sua constituição. Ao conferir a tabulação 6, anexo 3, percebe-se que é mínimo o número de trabalhadores que está há pouco tempo no EES e, portanto, há uma estabilidade no quadro de associados, confirmando a informação anterior, de que há pouca rotatividade dos membros do grupo. O fato de os trabalhadores estarem no EES por considerável período de tempo e de serem, praticamente todos, oriundos do mesmo segmento, faz da Coolabore um EES homogêneo, atendendo um dos critérios estabelecidos na metodologia.

No que diz respeito à motivação de inserção dos trabalhadores no grupo, destacam-se algumas expressões: “estava desempregado”, “precisava trabalhar”, “fui indicado”, “a remuneração é melhor” e “tem mais liberdade”. Ou seja, os motivos que levaram os trabalhadores a integrarem o grupo foram diversos, conforme pode ser visto na tabulação 8, anexo 3, mas é possível verificar que **a priori** foi pouco significativa a proposta de economia solidária. A internalização dessa proposta veio com o tempo, na medida em que os trabalhadores vivenciavam a nova prática de trabalho.

Por fim, é importante destacar que, na questão relativa à motivação, os trabalhadores manifestaram o fato de estarem trabalhando com o lixo. Disseram que não os incomodava, pois mexer com o produto era o de menos, o trabalho valia pelo retorno financeiro (superior à remuneração oferecida pelas fábricas de calçado e pelo ramo da construção civil), pela liberdade de trabalho e pela possibilidade de estarem contribuindo para o meio ambiente.

UNIVENS – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos

O empreendimento iniciou em 1996, a partir de um projeto que tinha por objetivo oferecer uma atividade econômica para mulheres sem oportunidade de trabalho. Com essa perspectiva as mulheres procuraram o Hospital Conceição oferecendo trabalho de confecção. Devido à necessidade de entrar em licitação para fornecer tal produto ao hospital decidiram legalizar a cooperativa. Além dessa tentativa, tiveram outras iniciativas, como a produção de multimistura, para fornecimento ao hospital, e a confecção de camisetas e uniformes para empresas. Infelizmente a idéia inicial, de fornecer produtos de confecção para o hospital, nunca se concretizou, mas as outras frentes deram resultado. Acabaram ganhando todas as licitações do hospital para a venda de multimistura. A confecção e a serigrafia de roupas também foram consolidadas em outros espaços, mas não no hospital. A Cooperativa é registrada e legalizada desde junho de 1996.

As trabalhadoras da Univens são vizinhas, há tempos interagem juntas em lutas e movimentos comunitários. No período inicial, o trabalho realizado com a alimentação tinha um objetivo social. Com o tempo, isso foi mudando. As trabalhadoras foram especializando-se e o trabalho com a alimentação foi crescendo. Hoje existe uma procura grande desse serviço e essa atividade não é mais principalmente social e sim, econômica.

Este grupo é formado predominantemente por mulheres, moradoras da Vila Nossa Senhora Aparecida, no bairro Sarandi, de Porto Alegre, que apresenta uma forte

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
tradição comunitária. A vila onde se situa a cooperativa, na zona norte de Porto Alegre, é uma área ocupada em 1979, que após uma longa luta por parte dos moradores foi desapropriada e regularizada pelo poder público municipal. A boa infra-estrutura do bairro deve-se à grande participação da população no Orçamento Participativo do município.

No início da atividade, as trabalhadoras não tinham espaço para consolidar a cooperativa, reuniam-se na capela da comunidade e a maior parte do trabalho era realizado na casa das associadas, pois não havia espaço suficiente para a produção coletiva. Através de mobilização muito conquistaram, como um espaço via prefeitura conseguido através do Orçamento Participativo. Para ocupar tal espaço o grupo passou a participar do Projeto Ações Coletivas da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), que promoveu cursos profissionais (costura e serigrafia). Em 1998, foi inaugurada a primeira Incubadora de Economia Popular de Porto Alegre, onde o grupo dispõe de espaço físico e infra-estrutura (telefone, fax, secretaria etc). Trata-se de um espaço dotado de instalações e área física adequadas, além de ser próximo ao local de moradia das integrantes. Esse ambiente permitiu melhor organização do trabalho (máquinas colocadas num único local, horário coletivos, maior agilidade entre as etapas de fabricação etc), organização do estoque, relacionamento mais profissional com os clientes - que passam a ter condições de ver o produto - e significativa economia de custos.

Fruto da mobilização das cooperadas, a Univens ainda contou com o apoio de técnicos do Hospital Conceição, na produção da multimistura; da IOCHPE²² que doou

²² Antiga empresa Massey-Ferguson.

Aline Mendonça dos Santos
o maquinário; do CAMP²³, que viabilizou a compra de parte dos equipamentos com um recurso a fundo perdido; da Cáritas Regional, para a compra de equipamentos e capital de giro; e ainda da Fundação Luterana.

A Univens está organizada em três grupos de trabalho diferentes: a costura, a cozinha e a serigrafia. Os próprios trabalhadores escolheram em qual grupo de trabalho ficar, de acordo com suas especificações profissionais e neles se especializaram. Assim, não ocorrem trocas de setores e, no interior de cada um, é facultado, porém raro, que alguém mude de função. Caso isso ocorra, geralmente, é de comum acordo.

Por falta de espaço e por conveniências familiares, algumas cooperadas trabalham em casa, com máquinas que podem ser suas ou da cooperativa. A confecção das camisetas (principal produção da cooperativa hoje) é dividida igualmente entre as costureiras. As demais peças são distribuídas observando o interesse das trabalhadoras e as condições de produção. Quem trabalha nesse setor recebe pela produção, segundo o valor agregado ao produto, variável com o modelo da confecção. Na cozinha e na serigrafia, as sobras são divididas de forma igual para todos. Não há comissão pelo exercício de cargo administrativo.

Quando alguém vai ingressar na cooperativa faz um período de experiência e, se aprovado, passa a ser membro da cooperativa formalmente. Não há empregados, salvo para atender picos elevados de demanda.

²³ Centro de educação popular.

A demanda da Univens ocorre por encomendas e contratos periódicos, não dispondo de vendedores ou intermediários. Havendo uma determinada encomenda, o grupo não se nega a dar conta. Na dúvida sobre as possibilidades de atender o pedido, decidem em reunião, aceitando, às vezes, alongar a jornada semanal de trabalho. Os sócios porventura ausentes na discussão acatam a decisão da maioria.

São realizadas reuniões, válidas como assembleias ordinárias, quinzenais, com todo o grupo, em que se prestam contas das atividades, se apresentam os resultados e se faz o planejamento para os próximos dias. O grupo mantém uma forte militância na zona norte da cidade de Porto Alegre, com ativa atuação no Orçamento Participativo, discussão de projetos de geração de renda, articulação com o movimento sindical e atuação no fórum municipal, metropolitano, estadual e brasileiro de economia solidária.

O mercado da Univens está concentrado nas organizações sindicais, movimentos populares e entidades de natureza socio-política, dirigindo-se a eventos, como o FSM²⁴, campanhas sindicais e eleitorais etc. Desta forma, está situado no próprio contexto dos movimentos e de suas articulações, onde a Cooperativa utiliza suas estratégias de **marketing** e vendas. Outra boa parte da produção é destinada à demanda de empresas na confecção de uniformes de trabalho.

O grupo sempre buscou a estratégia de participar de tudo o que está sendo realizado na cidade (eventos, seminários, feiras, fóruns). Isso levou a uma divulgação do trabalho e ampliou o conhecimento do tipo de produção que a cooperativa tem. Acreditam

²⁴ Fórum Social Mundial.

que essa foi uma das melhores estratégias usadas.

Como já foi dito, trata-se de um empreendimento constituído predominantemente de mulheres. Apenas 11,8% dos trabalhadores são homens e esses trabalham especificamente na serigrafia, segmento que foi incorporado depois no EES. A maioria das trabalhadoras executa suas atividades na costura, sendo esse o segmento mais promissor da cooperativa nos dias de hoje (tabulação 2, anexo 4²⁵).

A idade dos trabalhadores é bastante variável, com idades que vão dos 20 aos 60 anos, existindo uma predominância maior de trabalhadores que tem idades de 36 a 52 anos e possuem uma escolaridade que varia entre básica e fundamental.

A maior parte das trabalhadoras da Univens é casada, atingindo um percentual de 64,7%, tendo ainda 17,6% na condição de separada, 5,9% de viúvas e 11,8% solteiras (tabulação 3, anexo 4). Dessa forma, é possível averiguar que as trabalhadoras possuem responsabilidades familiares, e constituem famílias com uma média de 4 pessoas (tabulação 4, anexo 4).

A experiência de trabalho na cooperativa é praticamente a primeira experiência fora de casa de muitas das cooperadas pois, ou eram “donas de casa”, ou trabalhavam como costureiras autônomas, atendendo pedidos em suas próprias residências (tabulação 7, anexo 4). No relato das trabalhadoras, percebe-se que a inserção das mesmas no EES é resultado de diversas circunstâncias (9, anexo 4), mas o

²⁵ O anexo 4 refere-se a tabulação dos dados da Univens.

Aline Mendonça dos Santos
fato de que precisavam trabalhar para contribuir para a renda familiar, por força da atual conjuntura social, foi a situação apresentada por mais da metade das entrevistadas.

Nem todas as trabalhadoras são sócias fundadoras do EES: existe um percentual de 35,3% das cooperadas que estão no EES desde sua constituição, outra parcela significativa do grupo participa da Univens há pelo menos 3 anos e uma minoria está no grupo há menos de 2 anos. Isso significa que as trabalhadoras encontram-se em diferentes estágios de vivência da prática coletiva dos EES e isso contribui para entendimentos diferentes a respeito do mesmo. Trata-se de um empreendimento parcialmente heterogêneo, pois as trabalhadoras não possuem uma dinâmica parelha de envolvimento com o empreendimento, ou seja, elas vêm de experiências de trabalho diferentes e vivenciaram momentos históricos do empreendimento que são distintos.

Para concluir, todos os associados vivem do trabalho da cooperativa, consideram positivamente o retorno financeiro e apreciam a vida comunitária experimentada dentro e fora do EES.

COOPEREI – Cooperativa Cristo Rei

A história da Cooperei é ligada à antiga empresa Alumínio Econômico, que teve falência decretada no ano de 2001. Quando a empresa faliu, a justiça nomeou uma advogada como síndica da massa falida, com a intenção de evitar que seus cerca de 50 funcionários ficassem desempregados. Um grupo de mais ou menos 40 funcionários da Alumínio Econômico, inconformados em perder seus empregos, com a ajuda do sindicato,

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos
das políticas públicas de economia solidária do governo Olívio Dutra e da ANTEAG, procuraram mobilizar o restante do pessoal e começaram a pensar na hipótese de constituírem uma cooperativa. Depois de um período de mobilização e negociações, envolvendo os três poderes do Estado do RS e o Sindicato dos Metalúrgicos, cerca de 40 funcionários fundaram a Cooperei. A cooperativa iniciou o trabalho utilizando parte do espaço físico e do maquinário, por locação da massa falida. Havia uma aspiração, diante de tantas experiências no Estado, de que o empreendimento era viável.

Atualmente, a Cooperativa tem pouco mais de 30 sócios, a maioria homens, como é comum nas empresas metalúrgicas. O critério para a entrada dos novos sócios é estritamente relacionado à qualificação profissional. O novo sócio deve integralizar sua quota-parte, no valor de R\$ 14,00 (Quatorze reais) mensais. O prédio no qual a Cooperei funciona, localizado no Município de São Leopoldo, é alugado por aproximadamente R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) mensais.

Nos dois primeiros meses da cooperativa, as funções e os salários de todos foram mantidos da forma como estavam na Alumínio Econômico, porém sem 13^o salário, férias e outros benefícios, que gradualmente foram sendo instituídos. Os sócios logo perceberam, no entanto, que não seria possível consolidar a cooperativa com o mesmo padrão da antiga empresa.

O trabalho na cooperativa funciona em um turno único, com horário determinado, com controle sistemático. A relação de trabalho está diferente, não existindo a figura dos “chefes”, mas sim de “coordenadores”, que se relacionam de forma direta e

Aline Mendonça dos Santos
transparente com os demais sócios. O conselho de administração da cooperativa é composto por quatro pessoas: o presidente, o vice, o secretário e tesoureiro. Eleito em assembleia, o conselho tem mandato com duração de dois anos, sendo permitida a reeleição de até 2/3 do grupo que o compõe.

O destino das sobras, decidido em assembleia, tem sido de 5% para o FAT e o restante é dividido entre os sócios. Não há investimento no empreendimento porque a cooperativa ainda não teve um faturamento que possibilitasse isso. Os trabalhadores se reúnem freqüentemente para deliberar sobre questões importantes do EES, realizam uma assembleia geral por ano, várias assembleias extraordinárias e, informalmente, trocam idéias durante os intervalos no refeitório. Todos os trabalhadores da cooperativa são associados e contribuem para o INSS como autônomos. A cooperativa participa de redes solidárias e feiras e está envolvida com a ANTEAG. O mercado local é considerado bom e a cooperativa tem dificuldades de atender plenamente a demanda.

Os associados são moradores do município de São Leopoldo. São, em sua maioria, do sexo masculino, tendo apenas uma parcela de 20,8% de trabalhadores do sexo feminino. As mulheres cumprem atividades administrativas e domésticas. Excepcionalmente, trabalham no chão da fábrica, junto com os homens. Cada trabalhador tem sua função no empreendimento, a mesma que exercia quando empregado da empresa que faliu. Não há rodízio de funções.

Um destaque que caracteriza o grupo é a faixa etária, que se apresenta bem avançada. A maioria dos trabalhadores possui idades que variam dos 45 aos 50 anos,

mas há uma considerável parcela de trabalhadores com idades acima dos 60 anos (tabulação 1, anexo 5²⁶).

É importante destacar também que o grupo mais velho já é aposentado e, nos seus relatos, um dos motivos que contribuiu para que aceitassem fazer parte da cooperativa foi ajudar os colegas que precisavam do trabalho deles - que é especializado. Caso contrário, o grupo não conseguiria consolidar o empreendimento. Assim sendo, alguns trabalhadores assumiram a responsabilidade da cooperativa para não deixar os colegas desprotegidos.

A grande maioria dos cooperados da Cooperei, 95,8%, eram trabalhadores da empresa Alumínio Econômico. Com a falência dessa, ficaram desempregados, sem alternativas, aceitando o desafio de constituir a cooperativa. Esses foram os principais motivos de inserção dos trabalhadores no EES, conforme pode ser visualizado na tabulação 8, anexo 5.

A Cooperei tem pouco mais de dois anos e 87,5% dos trabalhadores fazem parte da cooperativa desde o princípio. Portanto, há uma certa homogeneidade no grupo, que vem do mesmo segmento e acompanham o desenvolvimento do EES desde o início. 70,8% dos trabalhadores da Cooperei são casados e possuem famílias numerosas, com mais de 4 pessoas, conforme pode ser visto nas tabulações 3 e 4, anexo 5.

Diante do perfil dos EES e dos trabalhadores, percebem-se algumas

²⁶ O anexo 5 refere-se à tabulação da primeira fase da pesquisa realizada na Cooperei.

questões que provavelmente interferem na consolidação dos empreendimentos e que se apresentam como desafios para os seus integrantes. Como ocorre a relação dos trabalhadores frente às diferenças de sexo? Como se comporta um homem diante de um grupo feminino e vice-versa? A diferença de idade dificulta o desenvolvimento do EES? Qual o sentimento dos trabalhadores mais velhos num EES predominantemente jovem? Há uma discrepância no que se refere ao compromisso dos trabalhadores com o EES, sejam eles jovens ou pessoas mais velhas? Como ocorre o envolvimento do grupo que já está aposentado? O estado civil do trabalhador interfere na relação do mesmo com o EES? O tempo de trabalho crescente no empreendimento promove maior compromisso? Existe diferença nas relações de poder dos trabalhadores fundadores do EES e dos trabalhadores que não estão envolvidos com o empreendimento desde o início? A função que os trabalhadores exercem no EES produz diferenças no grupo? A atividade que exerciam antes da inserção no empreendimento interfere no desenvolvimento do mesmo? Os trabalhadores se mantêm no EES motivados pela dinâmica proposta pela prática de economia solidária ou por não possuírem alternativas?

Enfim, são muitas as perguntas que perpassam as experiências de economia solidária. Diante disso, sentiu-se a necessidade de explorá-las durante as entrevistas semi-estruturadas, juntamente com as questões que cercam as representações dos trabalhadores. No momento a seguir, percebe-se que muitas dessas questões obtiveram algumas respostas, enquanto outras suscitaram novas dúvidas, que precisam ser supridas em outros momentos e pesquisas.

De toda forma, é importante salientar que essa primeira fase da pesquisa foi de suma importância para o seu desenvolvimento. Primeiro, porque possibilitou um

Aline Mendonça dos Santos
panorama da realidade do EES; segundo, porque estreitou minha relação com os trabalhadores, o que permitiu maior interação nas outras etapas do trabalho de campo.

4.3 Vivência de solidarismo e representações

Com uma visão mais elaborada da realidade de cada empreendimento, passei para a segunda etapa da pesquisa de campo: uma entrevista orientada por roteiro, estruturada com base nos **temas-indicadores**. Nessa etapa, busquei entrevistar quatro trabalhadores de cada empreendimento. A primeira fase da pesquisa permitiu conhecer os trabalhadores e amadurecer a escolha dos entrevistados. Os critérios de seleção dos mesmos corresponderam aos critérios utilizados com os empreendimentos, ou seja, tive o cuidado de selecionar trabalhadores que tivessem uma certa identidade com o EES; trabalhadores envolvidos com os empreendimentos do meio do período de constituição do EES ao início do mesmo; trabalhadores que estivessem em diferentes setores dentro do EES; trabalhadores de ambos os sexos; tanto trabalhadores oficialmente envolvidos com a administração do empreendimento, quanto trabalhadores que não assumem um posicionamento formal nos conselhos.

A seguir, é possível conferir com mais detalhes algumas características específicas dos trabalhadores²⁷. O quadro abaixo traça o perfil dos trabalhadores selecionados para esse fim. Para melhor visualização do cruzamento é necessário acompanhar as legendas:

²⁷ Ao aludir os entrevistados empreguei nomes fictícios, a fim de resguardar o anonimato dos trabalhadores.

	IDADE	FUNÇÃO NO EES			TEMPO NO EES			ATIVIDADE ANTERIOR			MOTIVAÇÃO		
		ADM.	FISC.	CHÃO	FUND.	MEIO	NOVO	MESMO	DIF	CASA	ACRE D	ALT	RE
COOPEREI													
JOSÉ (3 ²⁸)	49	X		X		X		X				X	
RICARDO (10)	66			X	X			X				X	
EDU (19)	53	X		X	X			X				X	
DIANA (24)	46			X	X			X				X	
UNIVENS													
CLAUDIA (3)	40	X		X	X			X		X	X		
LUÍSA (4)	42			X			X	X				X	
ANA (6)	60	X		X	X				X		X		
LUCAS (16)	45		X	X		X			X				X
COOLABORE													
FÁBIO (4)	34		X	X	X			X				X	X
ROSA (7)	35			X		X		X				X	
PABLO (20)	45	X		X	X			X			X		
CRISTIANO (27)	27			X		X		X				X	X

Legenda – características

ADM	Conselho administrativo
FISC	Conselho fiscal
CHÃO	Trabalho com a produção
FUND	Sócio fundador
MEIO	Sócio que está no EES no meio do período de constituição do mesmo
NOVO	Sócio que recentemente entrou no EES
MESMO	Faz parte do segmento predominante entre os trabalhadores
DIF	Faz parte de um segmento diferente da maioria dos trabalhadores do EES

²⁸ O nº dentro dos parênteses indica a posição das respostas do entrevistado na tabulação do questionário da primeira fase da pesquisa – anexos 3, 4 e 5.

CASA	Trabalhava em casa antes da inserção no EES
ACRED	Acreditou no projeto
ALT	Única alternativa (desempregado)
REM	Melhor remuneração

Ao observar a tabela, percebe-se que os perfis dos entrevistados seguem situações predominantes nos empreendimentos, mas também contemplam situações minoritárias, por exemplo: o caso de Luísa, que é considerada uma trabalhadora nova (com menos tempo de inserção no empreendimento que os demais trabalhadores), num empreendimento considerado antigo.

Diante desse quadro, notam-se que os critérios de seleção dos entrevistados afinam-se com os critérios de seleção dos EES, proporcionando uma certa fidelidade à proposta metodológica. No entanto, o quadro apresenta o perfil dos entrevistados de modo um tanto superficial e, como está em questão a subjetividade, faz-se necessário apresentar um pouco mais das trajetórias profissionais dos mesmos. Trajetórias essas que estão à base das representações sociais que os mesmo possuem e externalizam.

Cláudia começou a trabalhar com 15 anos de idade e já percorreu vários setores, pois já trabalhou em hotel, escola, posto de saúde e fábricas de produção. Segundo ela, o trabalho nas fábricas de produção teve um marco muito significativo na sua vida, uma vez que foi onde percebeu as grandes contradições da sociedade e sentiu a necessidade de se engajar na luta contra as desigualdades. Com essa concepção, Cláudia integrou um movimento nacional de jovens trabalhadores da pastoral operária, numa época em que as lutas sindicais estavam em evidência (houve greve geral no Brasil). Cláudia sente-se privilegiada por ter adquirido e vivenciado novos valores a partir

Aline Mendonça dos Santos
desse movimento, num momento histórico tão importante do país.

Cláudia logo tornou-se uma liderança do movimento e foi liberada para militar durante três anos, período em que percorreu o Brasil para fortalecer a luta dos trabalhadores. Com esse mesmo intuito, morou em Fortaleza, onde trabalhou numa fábrica de confecção, mesmo sem experiência no ramo, pois na avaliação do grupo era importante que Cláudia se inserisse naquele meio, a fim de fortalecer o setor. Um ano depois, Cláudia retornou à Porto Alegre, onde continuou sua luta por algum tempo, participou de oposições sindicais, foi perseguida pelos patrões e, após perder a eleição sindical, foi demitida. Nesse meio tempo, Cláudia casou com um outro líder do movimento que hoje está à frente do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre.

Com a demissão, Cláudia resolveu trabalhar em casa como costureira, a fim de se realizar profissionalmente e ficar mais perto dos filhos. Trabalhando em casa, acabou envolvendo-se com o movimento popular da região e, conseqüentemente, com o orçamento participativo municipal, que trouxe vários benefícios para a vila e, portanto, maior interação à comunidade, cuja organização deu origem à cooperativa Univens.

Cláudia é uma das principais lideranças da cooperativa e sabe da sua importância para a mesma, pois a experiência adquirida durante a trajetória profissional resultou em valores importantes para o grupo. Também reconhece que, infelizmente, seus colegas não tiveram oportunidades semelhantes as dela.

Participar da cooperativa é algo fundamental para Cláudia. Em seu relato,

Aline Mendonça dos Santos diz não trocar esse trabalho por nenhum outro. Além de sentir prazer no trabalho e de estar ajudando a consolidar uma alternativa concreta de trabalho, Cláudia acredita no projeto em que está inserida e diz que a economia solidária tem que dar um salto qualitativo e significar alguma coisa no desenvolvimento do país.

Luísa começou a trabalhar com 15 anos. Logo casou, teve filhos e por esse motivo ficou muito tempo sem trabalhar fora de casa, até surgir um trabalho em uma facção, onde trabalhou durante 8 anos e onde aprendeu a costurar. A facção fechou e Luísa ficou desempregada. Sua irmã trabalhava na cooperativa e a indicou como sócia. Foi aceita. Na cooperativa, Luísa está trabalhando há 2 anos e há 1 ano está trabalhando no espaço de produção coletiva da cooperativa, pois no primeiro ano trabalhou em casa. Apesar do pouco tempo de trabalho na cooperativa, Luísa percebe diferenças na dinâmica do trabalho e acredita que as coisas são melhores assim.

Ana trabalhou até os 27 anos na lavoura, quando mudou-se para Porto Alegre, onde trabalhou como empregada doméstica em algumas residências. Numa delas aprendeu a costurar, pois sua patroa era proprietária de uma malharia. Logo, Ana foi trabalhar na malharia – 1º emprego com carteira assinada – mas não demorou muito e a pequena empresa fechou. Ana foi trabalhar em outras casas, até ser empregada numa grande malharia, onde trabalhou durante 11 anos. Quando saiu dessa fábrica, Ana trabalhou em lancherias, na própria vila onde morava, e quando iniciaram as discussões sobre a cooperativa, Ana acreditou no projeto e optou em se dedicar a ele.

Ana, assim como Cláudia, participa do Orçamento Participativo. Ela acredita

que a participação é a responsável pelo bom andamento de seus projetos e atribui seu desenvolvimento pessoal a essas reuniões de que participa, na comunidade e na cooperativa.

Lucas, como suas colegas, começou a trabalhar muito cedo – com 14 anos. Primeiro trabalhou em oficina mecânica e depois se profissionalizou em chapeação e pintura. Além das oficinas, trabalhou durante 15 anos na empresa Santa Rosa e depois como autônomo. Sua inserção na cooperativa aconteceu por acaso foi convidado para trabalhar na cooperativa – na serigrafia – durante um período em que a mesma estava com muito serviço. A princípio, se tratava de uma atividade temporária, mas Lucas foi ficando e lá está há 4 anos.

Diana primeiro trabalhou em um cartório, depois numa fábrica de calçado e, por fim, foi trabalhar na empresa Alumínio Econômico, cuja falência deu origem à cooperativa de que hoje ela faz parte. Durante o período em que trabalhou como empregada na empresa Alumínio Econômico, Diana passou por várias áreas do setor administrativo, até se aposentar. Quando os trabalhadores começaram a discutir a cooperativa, Diana já estava aposentada. Na cooperativa, Diana é responsável pelas vendas e finanças e está tão envolvida com o EES que o considera sua segunda casa, alegando bom relacionamento com os colegas, já que na antiga empresa os trabalhadores mal se conheciam.

Edu é oriundo da campanha, foi agricultor até os 22 anos, quando foi para a cidade. No meio urbano, trabalhou primeiro na empresa siderúrgica Rio Grandense e, em

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

1972, começou a trabalhar na empresa Alumínio Econômico, onde trabalhou até 1997, quando se aposentou em função dos ruídos produzidos pelo maquinário da fábrica. Mesmo aposentado, Edu continuou trabalhando na empresa até sua falência em 2001. Diante dessa situação, Edu se uniu aos demais trabalhadores para formar a cooperativa. Reconhece que são muitas as dificuldades, mas possui a convicção de que a situação há de melhorar. Edu também reconhece que o grupo tem dificuldades de entender a cooperativa, mas diz que isso é normal, uma vez que há bem pouco tempo atrás todos eles eram empregados.

Ricardo começou a trabalhar na empresa Alumínio Econômico em 1977.

Quando a empresa fechou, ele também estava aposentado mas, como foi convidado a participar da cooperativa, resolveu assumir essa responsabilidade junto com os colegas. Segundo Ricardo, eles e os demais aprenderam a viver dentro da empresa e a mudar alguns conceitos, mas admitem que é difícil, mas necessário. Hoje, eles trabalham em favor da cooperativa, que aos poucos está conseguindo os apoios necessários para se consolidar.

José começou a trabalhar na antiga empresa Alumínio Econômico por indicação de seus irmãos, que já trabalhavam na fábrica. José trabalhou em vários setores dentro da fábrica, até assumir a chefia de produção. Quando a empresa faliu, José não participou da iniciativa de formar a cooperativa, diz ele que isso é atribuído ao fato de que ele era cargo de confiança da empresa. Com o tempo, ele foi se aproximando do grupo, que o elegeu como coordenador da produção. José acredita que as coisas mudaram para pior, pois na antiga empresa ele era chefe e ganhava um salário específico, enquanto na cooperativa ele recebe o mesmo valor que os demais

trabalhadores.

Fábio iniciou sua trajetória de trabalho aos 11 anos de idade, quando trabalhava no interior com plantas alternativas. Aos 16 anos, foi para a cidade, onde começou a trabalhar no setor calçadista. Trabalhou em várias fábricas de calçado até o ano de 1996, quando se estabilizou na fábrica de calçados Guarani. Nesse meio tempo, Fábio conseguiu se estabilizar na função de cortador, mas logo abandonou a profissão porque a empresa em que trabalhava faliu e ele foi convidado a participar do processo de consolidação da cooperativa.

Para Fábio, a cooperativa é uma idéia que deu certo. Durante o processo de constituição da cooperativa, Fábio participou de alguns cursos e foi desenvolvendo uma melhor compreensão do processo em que está inserido, assumindo compromisso com o mesmo. Por isso, está sempre atento e envolvido com as coisas que cercam a cooperativa. Para ele, a participação é essencial, sem ela a democracia do empreendimento não é possível.

Rosa, antes de trabalhar na cooperativa, trabalhou como doméstica e em fábricas de calçado. Diferente dos outros entrevistados, Rosa não entrou no empreendimento por indicação ou convite. Rosa ficou sabendo que a cooperativa estava precisando de gente para trabalhar e preencheu uma ficha cadastral. Um dia depois de preencher tal cadastro, foi chamada para fazer parte do quadro de cooperados. Rosa considera a relação de trabalho da cooperativa muito boa, melhor que os outros lugares em que trabalhou. Mas o que a motiva e a faz permanecer no grupo é a remuneração.

Pablo começou a trabalhar em empresas de calçado aos 14 anos de idade. Fez alguns cursos para melhor desenvolver o trabalho com o calçado e também participou de grupos de jovens da Igreja Católica. A participação nessas atividades contribuiu para a formação de Pablo, que se tornou uma liderança. Com o tempo, seus valores foram se conflitando com os valores regidos pelas fábricas e, por isso, afastou-se do setor calçadista e foi trabalhar como autônomo, na construção civil. Motivado por grupos, Pablo voltou a trabalhar com o calçado, mas com a estratégia de participar de uma oposição do sindicato. A chapa sindical da qual fazia parte perdeu duas eleições consecutivas e, por esse motivo, Pablo não conseguiu permanecer na categoria, voltando para o ramo da construção civil. Foi nesse momento de transição, que Pablo e outros colegas desempregados começaram a discutir a possibilidade de construir a cooperativa (Coolabore). Pablo foi um dos fundadores da cooperativa e é umas das principais lideranças do grupo, sendo um cooperado presente no conselho administrativo do EES por algumas gestões, inclusive a atual.

Cristiano teve o primeiro emprego aos 15 anos, numa fábrica de calçados. Trocou de emprego várias vezes por não se adaptar ao ambiente. Logo saiu do setor do calçado e foi trabalhar com a construção civil, onde não teve muito êxito em função de sua frágil forma física. Dessa forma, Cristiano ficou desempregado e ficou sabendo, por intermédio de sua mãe, que possuía alguns contatos com a Cáritas, que a cooperativa (Coolabore) estava precisando de gente para trabalhar. Foi quando Cristiano se apresentou para o grupo e passou a fazer parte do quadro de associados.

Cristiano teve problemas com drogas durante um período, mas conseguiu superá-los graças aos grupos de auto-ajuda e ao trabalho na cooperativa. Além disso, Cristiano atribui seu retorno aos estudos e à prática de economia solidária: tanto acredita no processo cooperativista, que foi participar de uma outra iniciativa coletiva, numa cooperativa de habitação.

Para concluir este item, é importante ressaltar que a pesquisa contemplou trabalhadores que vivenciam experiências diferentes frente ao EES. Tendo trabalhadores que já possuíam um perfil de liderança antes da constituição do empreendimento, trabalhadores que desenvolveram o processo de liderança durante a experiência de economia solidária e trabalhadores que, por algum motivo, não se caracterizam como lideranças.

4.3.1 Ponderações sobre os caminhos utilizados

As entrevistas com esses trabalhadores foram muito dinâmicas. Embora havendo roteiro previamente elaborado, os trabalhadores ficaram bem à vontade para falarem. Tratou-se de uma conversa onde os entrevistados falaram a respeito de suas vidas profissionais e da implicância que essas relações de trabalho trouxeram para suas vivências cotidianas.

Foram entrevistas realizadas com muita acuidade, o que possibilitou uma comodidade por parte dos entrevistados, que expuseram suas histórias pessoais de trabalho, suas relações com o empreendimento, suas motivações e aspirações. Esse

Aline Mendonça dos Santos
instrumento de pesquisa permitiu uma aproximação com as representações sociais dos trabalhadores, no sentido de captar, em algumas pautas, quando e como essas representações sociais foram se modificando.

Como as representações sociais são elementos da subjetividade, envolvendo passado, presente e futuro, sentiu-se a necessidade de incorporar questões que compreendessem esse universo. E como a intenção foi abordar as representações principalmente a partir dos espaços de trabalho, provocou-se o diálogo em três momentos que não ignorassem esse ponto:

- Apurar elementos da vivência de cada um dos trabalhadores, relacionando-os com suas trajetórias profissionais;
- confrontar os elementos da vivência passada com a vivência cotidiana, verificando a compreensão dos trabalhadores sobre as mudanças ocorridas nesse período;
- identificar os fatores ligados ao cotidiano dos trabalhadores que os aproximem dos temas-indicadores: solidariedade, participação, poder e confiança;
- captar os sentimentos dos trabalhadores a respeito dos respectivos projetos. Quais as aspirações futuras?

Aline Mendonça dos Santos

A fim de vencer esses objetivos, as entrevistas com os trabalhadores foram diálogos provocativos, ou seja, iniciava pedindo que o trabalhador falasse de sua trajetória profissional até chegar no EES. A partir desse relato, interrompia, vez ou outra, estimulando-o a falar de circunstâncias e experiências nas quais fosse possível identificar mudanças importantes em suas práticas e em suas representações.

Por mais que eu pedisse para que falassem de sua relação com o empreendimento, não necessariamente do EES em si, eles se referiram na maior parte do tempo à constituição e ao desenvolvimento da cooperativa. Falavam de si, mas volta e meia mencionavam a cooperativa. Refletido sobre esse fato, percebi que aquela era uma reação normal; primeiro, porque todos eles sabem que o motivo de tantos pesquisadores os procurarem é o diferencial que o EES propõe frente aos outros empreendimentos; segundo, porque nem mesmo eles têm claras as suas condições em relação ao empreendimento. A fala de Luísa reflete bem essa afirmação:

“Houve uma mudança, mas explicar como foi essa mudança eu não sei. Eu sei que eu me sinto melhor, me sinto mais dada com as pessoas, como chegar nelas, até mesmo com as próprias colegas e dizer como tem que ser. Até mesmo agora, falando contigo, primeiro eu fiquei quieta e não sabia o que dizer pra ti e agora a gente começa a conversar e eu consigo me soltar um pouco mais...”

Embora suas falas tenham se voltado mais para o empreendimento do que para suas relações com o mesmo, atenderam as metas da pesquisa. De toda forma, os trabalhadores se referem a uma experiência que eles estão vivenciando e, como diz

Jodelet, a forma como as pessoas vêem o mundo é uma forma de se representarem nele, portanto, a maneira com que os trabalhadores enxergam o processo que estão vivenciando é uma maneira de se representarem.

Os aspectos de tempo, história do EES e a própria história dos trabalhadores contribuem para depoimentos muito diferentes, afinal, por mais que existam trajetórias muito semelhantes, são experiências diferentes. Experiências repletas de idéias e valores, assumidos por indivíduos que configuram uma realidade complexa, que nos dá elementos diversos para a compreensão da mesma. Por esses motivos, tal realidade jamais é apreendida na sua totalidade, mas pode-se fazer uma aproximação que permita uma análise coerente e legítima.

É importante dizer que, apesar do diálogo estabelecido durante as entrevistas, houve temas-indicadores que não renderam materiais suficientes para realizar uma análise. Em contrapartida, o diálogo abriu espaço para outras questões, que se manifestaram tão importantes quanto àquelas estabelecidas previamente.

A segunda etapa da pesquisa permitiu explorar os valores, princípios e percepções dos trabalhadores. Os principais materiais utilizados para organizar a análise que segue foram as transcrições das entrevistas, a observação e as anotações no diário de campo.

4.3.2 As mudanças de comportamento

Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, a proposta de organização do trabalho coletivo, chamado economia solidária, tende a promover mudanças na forma como os trabalhadores se relacionam com o empreendimento, provocando uma mudança nos comportamentos dos mesmos, que passariam a ser mais participativos e solidários. Esse fato é manifestado pelos próprios trabalhadores, ao reconhecerem que, antes da sua inserção no EES, tais comportamentos não existiam.

“A mudança sempre tem, eu trabalhava em firma, aqui já é um outro processo de trabalho” (Lucas).

“Sim, a gente percebe uma mudança porque quando eu trabalhava de empregada eu levantava às 6 horas da manhã, pegava o ônibus e ia pro meu serviço. Eu não conhecia o lugar onde eu morava, porque tu sai de manhã, volta de noite e chega final de semana tu fica dentro de casa. Então tu não tem um conhecimento da zona que tu mora, tu não a conhece como um todo. No momento que eu comecei a trabalhar na cooperativa, eu comecei a conhecer o local onde eu morava e as pessoas que me rodeavam, que eram amigas e eu conhecia, mas a gente não tinha nem um contato, então p’ra mim (...). No meu comportamento houve mudança, porque tu tem que agarrar e aprender a conviver com outras pessoas no dia-a-dia, porque tu não és mandada, então quando tu trabalha dentro de uma empresa tudo que acontece o patrão ou o gerente vai resolver e quando a gente vai trabalhar aqui, num grupo, tu tem que ter uma outra postura, tu tem que conhecer as pessoas e saber dizer as coisas nas horas certas, porque às vezes tu tens que agarrar ouvir e ficar quieta, p’ra depois, no outro dia, tu

agarrar, refletir aquilo que foi dito e passar adiante se for necessário. Então, a gente tem que ter um comportamento, uma mudança muito grande dentro da gente mesmo. Se a gente não tiver uma união, o grupo não consegue agarrar...” (Ana).

“(...) aí a gente muda completamente, ser sócio é bem diferente do que trabalhar numa fábrica de empregado, tendo um patrão, aqui a relação ocorre de patrão para patrão – somos todos sócios, e de empregado para empregado – porque também somos todos trabalhadores do chão” (Fábio).

“Agora é bem melhor, não tem patrão, não tem nada, o trabalho é livre e aquilo ali né: não tem ninguém te mandando. Na fábrica de calçado tu estás ali, mas sempre tem alguém cuidando, eles tão sempre em cima da gente, aqui não, tu trabalha, sabe teus deveres (...). Aqui o compromisso é maior porque não tem patrão, cada um tem o seu dever de fazer alguma coisa, aqui cada um tem que fazer sua parte” (Rosa).

“A mudança acontece, sempre acontece. Porque, imagina só, aqui a gente sabe que não é firma né, que aqui é todo mundo igual. É legal, aqui a gente pode brigar, a gente coloca o nosso parecer, a gente tem direito de falar e sabe que a gente não sabe tudo, mas a gente tem direito de se expor mais, sabe?” (Cristiano).

“Apesar das dificuldades que a gente enfrenta, hoje a gente tem que cuidar do negócio, não é mais empregado né, antes a gente ia embora final de semana, não pensa em nada agora (...). Tem um lado bom, apesar de tudo a gente tem aquela ambição que o negócio é da gente, a gente passa por dificuldade e a gente tem uma convicção de

que a coisa vai melhorar” (Edu).

“Eu mudei bastante, eu aprendi com a vida. Agora a gente tem opinião e tem validade, me sinto mais à vontade” (Diana).

Os trabalhadores reconhecem uma mudança na prática, no comportamento, mas não necessariamente nas suas maneiras de pensar, ou seja, nas suas representações sociais. Essa é uma questão que oscila com as diferenças existentes entre os empreendimentos pesquisados. Ou seja, há empreendimentos em que essas mudanças ainda estão muito alicerçadas no discurso que implica pouco na prática, pois os trabalhadores ainda não internalizaram o próprio discurso para provocar uma mudança na prática e conseqüentemente nas representações sociais.

É o caso do EES novo, oriundo de massa falida. A maioria dos trabalhadores atuou na antiga empresa pelo menos 20 anos e está apenas há 2 anos organizada em cooperativa. Eles mal sabem do que se trata e demonstram dificuldades em abandonar a cultura de trabalho assalariado.

Os outros dois empreendimentos também tiveram dificuldades de se familiarizar com as novas práticas. A Coolabore não é oriunda de massa falida, mas praticamente todos os seus cooperados vieram do setor industrial do calçado e alguns deles, principalmente os mais velhos, ainda guardam as representações da relação de trabalho anterior. A vantagem da Coolabore em relação a Cooperei é que ela está organizada há muito mais tempo e, portanto, conflita os novos valores com os valores

Aline Mendonça dos Santos anteriores há pelo menos sete anos, período de constituição da usina de lixo. A Univens também vive esse conflito, mas com menos intensidade que os outros dois EES, porque as trabalhadoras vêm de segmentos distintos, organizaram-se a partir do movimento comunitário – deste modo, já viviam uma relação de participação e democracia - e também estão organizadas há sete anos.

Enfim, indiferente do empreendimento, indiferente do nível que o EES tenha alcançado no processo de organização coletiva, os trabalhadores ainda estão marcados por uma cultura dominante, padronizada, em que muitas vezes, predomina a divisão do trabalho, a divisão entre patrão e empregado. Nesse sentido, os trabalhadores ainda carregam um sentimento de subordinação visível e seus comportamentos oscilam entre o novo e o velho, sendo que o novo ainda é algo que nem todos os trabalhadores assimilaram. O discurso do cooperativismo e da organização coletiva, grande parte dos trabalhadores tem, mesmo não tendo incorporado os valores e princípios de forma intensa. A disparidade está nos diferentes momentos históricos que os trabalhadores estão vivendo. Nos EES mais antigos, os trabalhadores falam de suas práticas com mais emoção, as falas a seguir refletem isso:

“Tem uma caminhada com muito conflito ainda. Essa compreensão de empregados, de cumprir uma tarefa, de chegar no final do mês e dizer: acabou, agora é uma coisa que é nossa, é um empreendimento coletivo, que amanhã depende da gente, que se ele for melhor vai ser bom pra todo mundo. Isso a gente bate muito, a gente discute muito. Quem já tem essa compreensão sou eu (...). Tem uma caminhada de mudança, mas muito pra se fazer e acho que a gente vai fazer isso a vida inteira. Para mim, isso da cooperativa tem uma marca muito grande, eu não trocaria a cooperativa hoje

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

por nada, por nenhum cargo de confiança, por nenhum emprego, por nada. Não me prende nada a questão do valor financeiro daqui, eu gosto de levantar de manhã cedo e pensar que eu vou vir pra cá...” (Cláudia).

“(...) ele é livre, não tem ninguém cobrando em cima dele, não tem aquele patrão xarope e tal. Sabe, então trabalhar numa cooperativa, sendo bem administrada, uma cooperativa que quer alguma coisa futuramente - porque a cooperativa é nossa - que quer chegar a um futuro bom, eu acho que tá no caminho certo” (Fábio).

Nos EES recentes, as pessoas reproduzem o mesmo discurso que eles escutaram quando ingressaram na cooperativa, o discurso que apresenta o comportamento que todos esperam deles. Os trabalhadores deixam essa argumentação explícita em suas falas:

“(...) a gente passa pra um lado, passa pra o outro e a gente costuma. Tu tem que ter a cabeça no lugar, claro que aqui a gente tá menos descontente, a gente tem que conversar, o que a gente procura manter o mesmo padrão de antes. Dá pr’á dizer que é um empreendimento que a gente tem que tocar pr’á frente. Eu, geralmente, no caso se tivesse ficado sem o serviço aqui, eu ia procurar outro ramo...” (Ricardo).

“A maioria ainda acha que isso é empresa, eles não têm senso de cooperativa. Eu acho que a gente não muda, imagina trabalhar a vida inteira aqui né? São dois anos - pouco tempo. Foram 30 anos lá e 2 aqui” (Diana).

Percebe-se que existe uma mudança de comportamento nas relações de trabalho, mas nem sempre essa mudança vem acompanhada de novas representações. Pois bem, como ir além da análise do comportamento aparente dos trabalhadores é a pretensão desse trabalho, fez-se necessário acompanhar os discursos e atitudes tentando compreender a relação do trabalhador com tudo o que envolve o processo de economia solidária, ou seja, sua relação com o EES, sua relação com os demais trabalhadores e sua relação com o trabalho. Considerando essas três condições, é possível verificar traços de mudança, não necessariamente no comportamento dos trabalhadores, mas nas suas maneiras de pensar o trabalho e tudo mais que o cerca, isto é, nas suas representações sociais.

A RELAÇÃO COM O NOVO EMPREENDIMENTO

Todos os 12 trabalhadores entrevistados apresentam, em maior ou menor grau, uma proximidade e credibilidade com o empreendimento. A diferença está na cumplicidade, no envolvimento que os trabalhadores têm com o mesmo.

O crescente envolvimento dos trabalhadores com os EES ocorre por motivos diferentes, mas todos baseados no retorno e no benefício que a prática da economia solidária lhes garante. Esse retorno se manifesta de várias formas, seja no aspecto financeiro, seja por uma situação de autonomia ou de solidariedade.

No EES novo, onde os cooperados não tiveram o tempo necessário para obter os retornos efetivos, a relação se sustenta por um certo anseio na possibilidade do que está por vir e na crença de que as coisas vão melhorar. De toda forma, o discurso de que estão “trabalhando para si mesmos e não para o patrão” anima a relação dos trabalhadores com o EES. A cumplicidade de alguns se traduz no compromisso que os trabalhadores têm com o EES.

Dentre tantas situações, percebeu-se que o compromisso não se configura apenas na produção ou administração do negócio, mas também na consolidação da nova proposta: economia solidária. A maneira como os trabalhadores me receberam, nas vezes em que fui aos empreendimentos, exemplifica parte dessa situação. Para eles, colaborar com a pesquisa significa projetar o empreendimento para outras instâncias da sociedade e promover mudanças no que for conveniente ao EES. Isso ficou claro nas conversas que tivemos e explícito no primeiro contato, quando apresentei a proposta e, da maneira deles, disseram que não queriam ser só objetos de pesquisa, mas se apropriarem dos resultados da mesma. Outro fato, que serve como exemplo desse compromisso, é a participação em atividades que buscam promover o movimento da economia solidária como fóruns municipais, regionais, estaduais e nacionais; reuniões e seminários promovidos pelas entidades de apoio; participação em espaços de comercialização; troca de experiências de acordo com os respectivos segmentos, etc. Por exemplo, um dos trabalhadores informou que numa das reuniões do fórum regional, os EES que trabalham com o lixo acertaram uma espécie de intercâmbio, em que trabalhadores do empreendimento A tiveram uma experiência de trabalho no empreendimento B, o B no C e a assim por diante. Tudo em virtude de qualificar o processo.

Os trabalhadores percebem um compromisso, mas reconhecem que isso não é uma percepção de todos. Um dos trabalhadores disse ter dificuldades para chamar reuniões (assembléias) fora do horário de expediente, porque chega na hora de ir embora os trabalhadores se retiram. Não há compreensão do que é a nova relação de trabalho, assim justifica Edu:

“(...) as pessoas ainda não têm a compreensão de cooperativa, é normal, há bem pouco tempo atrás nós éramos empregados. Eu acho que a gente deixa muito a desejar. A gente falar as coisas pr’á o colega é uma coisa, eles não acreditam, mas se vier outra pessoa que estudou cooperativismo é diferente, se tu vier dar uma aula aqui, eles vão acreditar”.

O compromisso com a produção é o mais evidente, pois esse compromisso os trabalhadores trazem consigo das práticas de trabalho anteriores que mobilizam a relação de trabalho em torno da produção. É com essa compreensão que os trabalhadores organizam o trabalho no EES e afirmam a importância da união no sentido de que o produto final é resultado de esforços individuais. No EES, o envolvimento com a produção é maior que em práticas anteriores, pois o aumento da produção significa manter seus postos de emprego e conquistar melhorias para o empreendimento - que é de todos. Nesse sentido, a união em torno da produção existe em função do interesse individual dos trabalhadores.

Já o compromisso com a administração do negócio reflete-se na participação efetiva dos trabalhadores com os processos de decisão, fiscalização, ética

etc. Os trabalhadores se referem aos mecanismos de participação formal (assembléias, conselhos) como espaços fundamentais para o bom andamento do empreendimento. Os trabalhadores dos EES mais antigos apresentam certa satisfação ao descrever como, aos poucos, foram se apropriando desses espaços, já que, no início tinham receio e, quase sempre, apenas uma pessoa falava. No momento atual, essa situação mudou e as pessoas, deliberadamente, opinam e manifestam interesse nas decisões do empreendimento. Percebe-se também um envolvimento informal dos trabalhadores, estão normalmente atentos e, no decorrer do trabalho, comentam situações que podem ser abordadas na próxima assembléia.

No empreendimento novo, esse interesse não apresenta maior relevância. A maior parte dos trabalhadores continua atrelada à relação de trabalho anterior, em que eles se envolviam apenas com a produção. O discurso da importância da participação existe, mas parece que os trabalhadores ainda não descobriram como fazer e para que participar. Apenas sabem que a assembléia e outras instâncias de participação são algumas das condições que envolvem a nova prática de trabalho.

Enfim, o compromisso com o EES existe, embora seja falho em algumas circunstâncias, mesmo porque nem todos os trabalhadores têm a mesma concepção em relação ao empreendimento. De uma maneira geral, percebe-se que a relação dos cooperados com o EES vai estreitando-se aos poucos, em decorrência de um processo que une vivência e reflexão sobre a nova prática.

Sem dúvida, o compromisso do trabalhador em relação ao EES é

Aline Mendonça dos Santos proporcionado por uma dinâmica de colaboração que se configurou desde o início. Ao constituírem os empreendimentos, os trabalhadores passaram por inúmeras dificuldades que não seriam enfrentadas e superadas se não houvesse um sentimento de colaboração. De certa forma, houve uma doação por parte dos trabalhadores que se envolveram, a fim de consolidar o empreendimento. A fase inicial exigiu muito dos trabalhadores e tiveram que começar a fazer mais do que sabiam fazer, ou seja, se esforçaram a fim de colaborar. Isso permitiu uma ampliação dos conhecimentos dos trabalhadores que passaram a se envolver com todas as instâncias do EES. No dizer de Diana:

“Foi uma época que a gente ficou burro, se já era burro quando veio pra cá (antiga empresa) ficou mais burro ainda sabe? Assim, ela (antiga empregadora) não fazia um curso, ela não dava nada pra gente e então isso aí mudou muito, clima de trabalho é bem melhor, bem mais liberdade”.

Esse sentimento de colaboração não cessou. Os trabalhadores perceberam que essa dinâmica e constante busca está ligada ao crescimento do empreendimento, implicando diretamente no desenvolvimento de cada um. O compromisso com o EES é maior ou menor, na medida em que o trabalhador associa o seu futuro com o bom desenvolvimento do empreendimento.

Partindo da fala de Diana, percebe-se um reconhecimento da importância da reflexão sobre o contexto em que se está inserida para a promoção de um sujeito autônomo. Pode-se afirmar que sem um processo de formação, que instigue os

Aline Mendonça dos Santos
trabalhadores para a reflexão, é muito difícil a constituição de novas representações.

A RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES

Durante minha experiência profissional, já visitei vários empreendimentos, sejam eles de produção capitalista ou de economia solidária. Ao entrar no espaço de produção de um EES, logo sentia um clima diferente, animador. Sem medo, eles me olhavam, me cumprimentavam e com o tempo me chamavam pelo nome, diferentemente das empresas capitalistas, em que os trabalhadores mal levantavam a cabeça. Ouvindo os trabalhadores durante as entrevistas, percebi que eles também ficavam incomodados, não apenas pelo fato de alguém os observar, mas por tudo que regia aquele processo.

“Liberdade no trabalho” é uma expressão unânime na fala dos entrevistados, ao se referirem ao trabalho na cooperativa. Os trabalhadores sabem suas obrigações para com a produção e o fato de terem uma relação de trabalho mais livre, na qual escutam música, cantam, brincam uns com os outros, conversam, enfim, uma relação que os deixa mais à vontade para trabalhar, não significa prejuízo para o processo produtivo, ao contrário. Diante deste ambiente de trabalho, mais livre, os trabalhadores desenvolvem melhores relações uns com os outros. Isso se evidencia no cotidiano, nas relações de poder, de solidariedade e de confiança. Existe a clareza que no EES há uma maior circularidade das funções e dos saberes mas, ao mesmo tempo, percebe-se que há um certo afastamento dos mesmos em relação aos cargos de gestão.

No empreendimento oriundo de massa falida, os espaço ainda estão

Aline Mendonça dos Santos demarcados segundo o modelo que caracterizava o empreendimento antigo. Isso em razão de ser o mesmo ambiente de trabalho, o mesmo maquinário, a mesma divisão de trabalho. O espaço administrativo não interessa aos trabalhadores do “chão da fábrica”, para eles qualquer um pode assumir o controle da gestão, desde que tenham seus empregos garantidos. Isso é exemplificado na fala de José:

“A assembléia a gente faz, mas o pessoal não gosta muito, eles simplesmente levantam o dedo pra dizer sim ou não. Eu acho que eles estão acomodados, estão acostumados a trabalhar com o regime da firma, pro resto eles nem tão”.

Num EES, em que a dinâmica e a relação de trabalho continuam iguais, é mais difícil provocar uma mudança na cultura do trabalho, mas essa estrutura, aos poucos, é tencionada em favor de maior participação.

No EES citado anteriormente, as relações de poder ainda estão um pouco verticalizadas, não por indução de alguns, mas por presumível omissão da maioria dos trabalhadores, que ainda não se ajustou à nova dinâmica de organização do trabalho e do EES. Mesmo com essa estrutura de trabalho conflituosa, em momento algum os cooperados se posicionaram de forma desigual, talvez porque os membros do conselho administrativo não exerçam apenas funções nesse, já que estão envolvidos com a produção. Aliás, essa é uma característica de todos os empreendimentos estudados, ou seja, todos os trabalhadores estão envolvidos com o “chão da fábrica”.

Aline Mendonça dos Santos

É importante frisar que no EES novo, embora exista uma relação de costumes enraizados, os trabalhadores admitem que a relação entre eles está diferente: mais livre e participativa.

Nos EES mais antigos, a relação de poder é mais horizontal, mas mesmo assim existe uma certa centralização do poder. Isso é reconhecido pelos trabalhadores e **a priori** não os incomoda, pois não interfere na boa relação que os trabalhadores mantêm entre si.

No EES predominantemente feminino, existe claramente uma liderança que se destaca, que durante os anos de EES vem assumindo o papel de presidente. Quando conversamos com as trabalhadoras sobre essa situação, disseram que não entendiam que tal pessoa fosse mais que elas, que se ela assumiu tal cargo era porque assim elas queriam e alegaram que a colega sabe conduzir o processo de forma democrática e participativa. Na fala das cooperadas:

“(...) ela nunca faz nada por conta dela. Se tiver que resolver alguma coisa ela faz uma reunião e vê quem está de acordo e quem não está de acordo. Não faz nada por conta dela, ela sempre bota a par, pr’á gente saber o que tá acontecendo na cooperativa. Nada é assim: fizeram e eu não fiquei sabendo. Nada disso. Às vezes, é a gente que não presta atenção. Nada fica sem ninguém saber. A gente resolve na reunião e ela põe tudo em prática. Ela sempre quer que a gente esteja mais junta ainda” (Luísa).

“Pr’á mim, não existe relação de poder, existe relação de responsabilidade.

Ela é nossa presidenta, ela é a pessoa que lidera o grupo por que ela tem o conhecimento maior, mas não quer dizer, que por isso ela se acha como poderosa. Não. Ela até gostaria que tivessem outras que dividissem aquela responsabilidade que ela tem...” (Ana).

No EES predominantemente masculino, também há lideranças que se destacam e que sempre assumiram papéis significativos no EES, mesmo com mudanças de gestões. Isso ocorre porque os trabalhadores se esquivam da responsabilidade formal da gestão e eles próprios atribuem essa mesmice a uma acomodação do grupo. Eis a fala de Pablo:

“Acho que existe uma diferença de poder muito pequena, assim, tem alguma coisa do pessoal que se acomoda, sabe? Que não quer participar realmente, têm alguns com mais. Alguns consideram - tipo o meu caso, porque sou mais velho. Eu briguei bastante por isto. Eu saí da diretoria, fiquei um mandato fora. A gente tenta fazer para que tenha uma igualdade” (Pablo).

Portanto, nos três EES estudados a questão do poder ainda apresenta lacunas do ponto de vista teórico, mas parece que os trabalhadores têm essa questão bem resolvida. A figura do presidente, ou de qualquer outro membro do conselho administrativo, não é soberana como costumava ser nas experiências de trabalho que tiveram anteriormente. Para eles, **soberano é o coletivo**. O conselho administrativo, na posição de delegado, conduz o EES da forma como o grupo resolve. O fato de as mesmas pessoas estarem com a responsabilidade administrativa há muito tempo não implica o princípio de igualdade defendido pelos grupos.

Diante dessa mesma situação, em outros empreendimentos que acompanhei como técnica, a representação dos trabalhadores não é a mesma dos trabalhadores do EES que pesquisei. Percebe-se que o que move essa relação dos trabalhadores, na Cooperei, Univens e Coolabore, é a **confiança** que os trabalhadores desenvolveram uns nos outros. Nem todas as iniciativas de economia solidária possuem a confiança que esses três grupos possuem, isso faz muita diferença. Trata-se de uma confiança construída ao longo do tempo, que criou raízes mesmo antes dos trabalhadores constituírem os respectivos empreendimentos. Cada EES tem suas particularidades e a confiança foi desenvolvida em torno delas.

A Univens tem sua história ligada a uma comunidade, unida para melhorar as condições de habitação das pessoas que residiam naquele espaço. Quando resolveram montar a cooperativa, as pessoas já tinham uma história em comum, uma história de luta. Outro fator que contribui para a relação de confiança entre as trabalhadoras da Univens é que, além de colegas de trabalho, são todas vizinhas. Elas convivem dentro do espaço de trabalho e fora dele também.

Na Cooperei, os trabalhadores confiam porque se conhecem há muito tempo. Aliás, se não fosse por isso, eles não se teriam unido para organizar a cooperativa. Foram muitos anos trabalhando juntos na empresa Alumínio Econômico, mesmo sem ter uma relação mais estreita (o ritmo de trabalho não permitia tal relação), eles se conheciam, sabiam o que faziam e como faziam. É visível que esse EES está com muito mais dificuldade de consolidação do que os outros dois EES da pesquisa, mas se

Aline Mendonça dos Santos
não fosse por essa condição de confiança, provavelmente o grupo não se sustentaria. Na fala de Ricardo essa percepção se evidencia:

“A confiança existe, às vezes a cabeça muda. Bah! Nós já nos conhecemos há muito tempo, se não fosse esse mesmo pessoal, ia ser bem mais difícil”.

Na Coolabore, a confiança se construiu na medida em que o empreendimento foi dando certo, pois estavam todos desempregados, basicamente oriundos do mesmo segmento (calçado), alguns sindicalistas, e não acreditavam muito na possibilidade da cooperativa. Quando a cooperativa começou a ter visibilidade, ganhou licitações e mais tarde se instalou como usina é que os trabalhadores começaram a acreditar e a desenvolver uma relação entre eles, ou seja, precisaram primeiro desenvolver uma confiança no projeto para depois promovê-la entre eles mesmos.

Enfim, por diferentes circunstâncias, a confiança é assegurada pelos trabalhadores desses empreendimentos e é essa relação que mantém a harmonia que existe no ambiente de trabalho.

Outro indicador fundamental é a **solidariedade**. No cotidiano dos EES a solidariedade se manifesta por atitudes como cuidado, amparo, socorro. Existe uma preocupação, um zelo entre os trabalhadores, comum aos três empreendimentos e que os diferencia de uma empresa capitalista. São várias as situações abordadas nas entrevistas que dimensionam essa questão como um importante pilar na sustentação da boa relação entre os trabalhadores. Existe uma compreensão em relação aos problemas

Aline Mendonça dos Santos
pessoais dos trabalhadores, hoje eles olham para isso com atenção, prontos para escutar e apoiar no que for preciso. Percebe-se aqui uma relação de reciprocidade: “eu faço por ti porque amanhã pode ser eu que esteja no teu lugar”. Eis o relato de Cláudia:

“Nós temos um fator que você não vai encontrar em outras cooperativas. Não posso dizer que no final ele é mais positivo ou negativo, eu até acho que ele é mais positivo, mas, assim, é difícil de acontecer em outra. Todo mundo mora aqui, todas nós somos vizinhas, temos uma relação com marido, com filhos, com pai e tal. Isso provoca esse zelo maior do que se fosse uma outra cooperativa. A cooperativa em si eu acho que já tem um zelo maior, acima de qualquer coisa, existe atenção. A gente se preocupa se uma pessoa chegou triste, se ela foi embora cedo. A gente se preocupa, quer saber – o que será que está acontecendo? Se estiver com algum problema, a gente vai atrás, ou então se ela liga, diz que não está bem, a gente liga depois para saber o que é que aconteceu, pergunta se ela melhorou. Aqui, a gente acaba tendo mais ainda porque tem essa relação próxima. Mesmo em questão de trabalho. Nós tivemos problemas internos de produção por causa de um sócio – se fosse numa empresa normal o que ela faria? Mandaria ele embora – aqui não, a gente chamou, conversou, veio pr’á assembleia, a gente discutiu três vezes. Bom, segundo o estatuto ele estaria fora, mesmo assim foi dada uma nova chance e ainda bem que isso acabou se desenvolvendo e a própria pessoa acabou caindo fora por conta. Ninguém tinha coragem de dizer assim: puxa não tem mais condições. Então, às vezes, isso é ruim porque a gente vai deixando de tratar como um empreendimento econômico. Acaba prejudicando o funcionamento da cooperativa por preservar esse zelo que se tem. Mas se faz todo o possível e acaba também se deixando de dizer algumas coisas. Por quê? Porque é uma cooperativa e porque tem esse outro aspecto da nossa relação”.

Fábio também o explica, afirmando a existência de uma tolerância no empreendimento:

“(...) os problemas aqui são muito toleráveis, existe um regimento entre nós que conta mais para colocar a pessoa na obrigação, mas na real não acontece, ninguém é suspenso com três dias de falta, nem com dez (...). Então é muito tolerado. Se alguém ligar dizendo que tem alguém doente nós entendemos: eu tolero hoje, amanhã alguém tolera - é um jogo de cintura”.

Cristiano apresenta seu próprio exemplo. Teve problemas com drogas e, em parte, atribui a superação desse problema ao trabalho na cooperativa. Em decorrência disso, ele acabou se envolvendo em algumas confusões e o apoio dos colegas se manifestou da forma mais surpreendente:

“Existe um certo cuidado, não dá pra deixar os problemas em casa, eles não se desgrudam de nós. Eu posso citar o meu exemplo: eu tava na rua, de folga – quando a gente trabalhava de segunda a sábado – eu acho que foi no sábado mesmo a minha folga e eu tava de lazer, assim, num lugar suspeito, com amigos suspeitos e fazendo uns atos suspeitos também. Fui abordado e ganhei um tiro da polícia. Bah! Se fosse numa firma, sem chance pra mim. Daí, fiquei um ano encostado e aí, quando eu voltei, eu ainda tava meio né? Não tinha como voltar para o serviço ativo, aí eles foram arrumando outros serviços pra mim, até eu pegar o jeito. Sei lá, isso foi uma solidariedade”.

Aline Mendonça dos Santos

Situações como essa acontecem, colocando os trabalhadores frente à frente com problemas que em outro momento eram ignorados. Com o decorrer do processo, eles foram descobrindo que os problemas pessoais interferem no trabalho e na produção e o melhor a fazer é auxiliar as pessoas a resolver as dificuldades, assim o retorno para o empreendimento certamente vai ser melhor.

Nesse mesmo sentido, os trabalhadores foram promovendo uma relação de partilha, cuidado, troca e ajuda com outros grupos. Essa solidariedade manifestou-se em algumas falas:

“Eu acho que a cooperativa está constantemente melhorando, a cooperativa já tem essa coisa de ir pr’á frente, e a gente vê os outros grupos, o comprometimento com outros grupos do Vale. A gente conseguiu relacionamento com outros grupos. A gente fez uma troca com outros grupos de reciclagem da região, fazendo um intercâmbio, troca de experiências, a gente pode ajudar os outros grupos” (Pablo).

“Eu sempre me pergunto o que é empreendimento solidário, eu não sei o que é. A gente é solidária uns com os outros: agarrar e ajudar. Por exemplo, agora a gente tá partilhando com 10 famílias com o projeto da fome, estamos ensinando a fazer crochê, se tiver alguém que quiser aprender a costurar, a gente também vai ser disponível, a gente é solidário com outros grupos...” (Ana).

Assim, os trabalhadores se surpreendem com a nova dinâmica de trabalho, de como a nova prática promove melhores relações entre eles e com o que está fora do

EES, de como a vivência no grupo os tornou pessoas melhores, capazes de conduzir um empreendimento com responsabilidade e compromisso com o que os cerca. A valorização da “ajuda mútua” corresponde a uma perspectiva de que com união, somando forças, ajudando a solucionar problemas há de se alcançar resultados melhores no desenvolvimento do EES. No início, os objetivos individuais e coletivos se associaram de forma mecânica mas, com o tempo, passaram a associar-se de forma articulada, estratégica, apresentando-se mutuamente implicados. Dessa forma, vivenciar e descobrir a experiência da economia solidária é fundamental para o processo de economia solidária.

O PAPEL DECISIVO DA PARTICIPAÇÃO

Na concepção dos trabalhadores, o empenho que cada um tem com o seu trabalho é o que vai promover o empreendimento. No que diz respeito à produção, os trabalhadores consideram-se igualmente capazes e desempenham suas atividades com empenho, diferentemente do espaço de gestão, em que muitos ainda não sentem possuir aptidão necessária para administrar. Embora esse seja um obstáculo a ser superado, no que diz respeito às suas funções, os trabalhadores apresentam maior responsabilidade e uma dedicação voluntária em relação ao trabalho. Isso resulta de um somatório entre o empenho e a liberdade no trabalho, promovendo sua satisfação e a dos demais.

No que diz respeito à gestão, também existe uma responsabilidade do cooperado, mesmo que não esteja diretamente envolvido com a administração, Trata-se de uma responsabilidade implicada na participação sobre as decisões e, a partir daí, o

trabalhador experimenta uma realização advinda do fato de estar definindo os rumos de seu trabalho que, somada à realização na produção, promove uma satisfação para com o trabalho.

A participação é um dos fatores decisórios no processo de consolidação do EES. Os outros temas-indicadores visados nas entrevistas tais como: liberdade, compromisso, confiança e outros, adquirem um outro significado a partir da participação, internalizando-a como parte indissociável da nova relação de trabalho.

O ato de participar do desenvolvimento do EES permite que o trabalhador se aproxime do sentido integral do próprio trabalho, até então estranho a ele. Isso, em função de que a participação inibe a contradição que existe entre gestão do processo de trabalho e realização da mesma. Nesse sentido, há uma assimilação efetiva do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho. A valorização dessa participação foi evidenciada em algumas falas:

“(...) tivemos reuniões no começo de praticamente uma pessoa só falar, hoje nós já temos, na mesma reunião, dependendo do assunto - dezesseis pessoas, dezessete levantando o dedo e falando. Quatro anos atrás as pessoas não tinham iniciativa. Agora é diferente, mas com calma, para não ter a chamada queimação. Então hoje, se tem alguma coisa para falar a pessoa já conversa” (Fábio).

“Todos têm que desenvolver na área da administração. Tem que combinar, dialogar. Isso ocorre às vezes...” (Ricardo).

O diálogo é um destaque nas intervenções dos trabalhadores. A partir do diálogo eles identificam diferenças, erros etc. Trata-se de uma mútua exposição das angústias, dúvidas, percepções, preferências etc.

No EES novo, o fato de ocorrer divergências durante as assembleias não é muito apreciável. Os cooperados identificam união com concordância, por isso, na concepção deles se há contradição a cooperativa não desenvolve bem. Nos outros dois EES as divergências são bem vindas, é claro para os trabalhadores que elas são necessárias para a reflexão do grupo. Entendem que é saudável as pessoas admitirem posições diferentes, afinal as pessoas são diferentes. Na fala de Cristiano:

“O nosso grupo eu considero unido, a maioria sempre tá unido, isso daí é de cada um né, tem coisas que eu concordo com o grupo, amanhã eu já discordo... As pessoas não são iguais, não pensam iguais”.

A existência de conflitos no interior do EES é responsável pelo aumento da participação. No EES novo, os trabalhadores têm mais dificuldades de admitir o conflito, revelando uma certa esquivia dos espaços que promovem a interação. Isso ocorre aparentemente por medo da exposição e provoca uma insatisfação em relação ao trabalho. A valorização da diferença faz os trabalhadores reverem seus posicionamentos, implicando uma mudança em suas próprias percepções. Assim, conduzem suas representações sociais: a partir de uma interação com o outro.

Aline Mendonça dos Santos

Um outro elemento, que contribui pra o estreitamento da relação entre o trabalhador e o trabalho, é a apropriação do produto. Na Cooperei, os trabalhadores produzem painéis e, mesmo que o trabalho seja fragmentado como antes, eles conseguem visualizar o produto final, não só como um produto coletivo, mas como um produto resultante de uma prática autogestionária. De todos os trabalhadores com que falei na primeira fase da pesquisa, não teve nenhum que não mencionasse o produto final e a qualidade que estavam dando a ele, ou seja, existe uma atenção para com o produto, que antes não os preocupava. A Coolabore trabalha com a separação de lixo, a princípio uma cooperativa de trabalho e não de produção, mas logo os trabalhadores encontraram ali possibilidades de comercialização. Do lixo orgânico, fazem adubo, o lixo seco é agrupado em fardos e vendido para recicladoras. A relação com esses produtos dá um outro sentido para o trabalho, que não se limita à prestação de serviço. Na Univens, a relação com o produto é mais estreita:

“(...) bom, eu quero fazer alguma coisa também que me dê prazer porque, até então, o trabalho sempre foi algo que eu fiz por uma necessidade de sobrevivência, mas não como opção. (...) eu acho que é o que todos os trabalhadores fazem: trabalham para sobreviver, pelo salário. Mas não porque é alguma coisa que se realize como pessoa (...). Comecei a me sentir muito feliz e muito realizada, por saber fazer um produto como um todo, que era algo que eu não sabia fazer. Eu andava pela rua e via as pessoas com uma roupa que eu tinha feito, então primeiro eu acho que eu me reencontrei como pessoa ao ver que eu podia fazer uma coisa por inteiro...” (Cláudia).

Os trabalhadores têm presente a necessidade de agregar esforços para a constituição de um produto de qualidade. Disso depende o futuro do EES e,

conseqüentemente, seus próprios futuros.

Enfim, é claro que a prática da economia solidária possibilita um envolvimento maior dos trabalhadores com o processo de trabalho e isso estimula um trabalhador sujeito, ativo e cidadão. Vivenciar a nova relação de trabalho e consolidar uma outra cultura induz a um sujeito disposto a construir uma outra sociedade, pois o indivíduo leva consigo, para fora do EES, princípios de igualdade e participação. Eis o entusiasmo de Fábio, ao perceber a questão:

“Então tu percebes a diferença, tu te envolve mais, tu ocupa a tua cabeça, tu pensa mais e tu te envolve em si. Bah! Graças a Deus! Assim ó, eu acho que eu me desenvolvi uns 80% a mais do que eu era, isso é em tudo: aqui, como no relacionamento em casa, com as pessoas de fora, na rua, muito mais diferente. A cooperativa te abre, tu tem um caminho mais aberto. Todos percebem que eu estou diferente, em tudo tu muda, até a situação financeira, em tudo”.

Dessa forma, pode-se dizer que a mudança de comportamento dos trabalhadores no EES contribui para o desenvolvimento de outras representações sociais, que se estendem para além do universo da cooperativa. Essa questão remete às elaborações teóricas da economia solidária, que afirmam que os valores vividos dentro dos EES tendem a transbordar para outros espaços, favorecendo uma sociedade democrática, justa e solidária (SINGER, 2000).

Por fim, a interação com o outro, somada à responsabilidade com o trabalho,

Aline Mendonça dos Santos parece construir a nova relação dos trabalhadores, seja com o EES, seja com os demais trabalhadores, ou consigo mesmos.

Concluindo esta etapa de análise, vejamos algumas das aspirações que os trabalhadores exprimem sobre a economia solidária:

“Eu acho que a economia solidária tem vários olhares. Eu acho que hoje em dia se mistura muito essa coisa da economia solidária com o projeto de exclusão social. Mas a economia, a trabalhada em empreendimentos de forma solidária, eu acredito que essa é a grande alternativa. Eu aposto nisso como uma grande alternativa, mas ela tem que vir acompanhada de mais ousadia (...) eu acho que está na hora de nós dar um grande salto, de interferir na economia. Nós precisamos significar alguma coisa no PIB brasileiro, de poder dizer: olha é possível tocar uma empresa, onde não tem patrão, mas que vários trabalhadores se juntaram e decidiram essa forma coletiva de trabalhar. Uma economia que faz um bom produto, que tem mercado nacional, internacional, que conseguem dividir e ter uma condição boa de vida. Eu acho que ainda tem muito amadorismo e muito romantismo. Eu acho que a economia solidária tem que dar esse passo a mais, porque daí ela viabiliza também os que estão começando (...). Ou se acredita ou não se acredita. (...) Tem que acreditar nisso, porque é bom. A gente trabalhar junto. A gente muda a vida da gente, a gente constrói novas relações, é tu andar pra frente e ver que não é mais possível tu viver num mundo tão individualista” (Cláudia).

“Antes a gente lutava, mas não sabia o quê; hoje, a gente sabe que a cooperativa é uma alternativa viável” (Pablo).

Diante dessas falas é possível dizer que, para os trabalhadores, a economia solidária é uma alternativa viável ao processo de exclusão social da sociedade contemporânea. São muitas as dificuldades para consolidar tal alternativa, mas pelo que vimos, se as pessoas acreditarem e persistirem, podem construir uma relação de trabalho diferenciada, capaz de promover práticas participativas, democráticas e inibidoras da alienação pelo trabalho.

4.4 As representações sociais em mudança

Em nossos dados, percebem-se algumas manifestações dos trabalhadores que devem ser destacadas. Trata-se das concepções que eles assimilam e experimentam ao vivenciarem o trabalho coletivo e autogestionário. É dessa experiência, que relaciona valores e princípios com a prática de economia solidária, que surgem novas representações sociais. Manifestadas a partir de um conhecimento socialmente elaborado e partilhado pelos trabalhadores dos EES, as representações configuram uma realidade compreensiva nova, comum a eles.

Embora as declarações e as abstrações dos trabalhadores sejam diferentes umas das outras, mesmo porque às vezes são orientadas por histórias díspares, existe uma lógica compartilhada, socializada entre eles. A partir de interpretações que os trabalhadores organizaram por uma estreita relação com o social, ou seja, com a dinâmica que orienta o processo de economia solidária, foi possível extrair algumas representações sociais que exprimem uma realidade comum a eles.

Dentre as representações elucidadas pelos trabalhadores destacam-se algumas que serão discutidas a seguir:

O primeiro destaque é a representação de **liberdade**. A princípio, a liberdade é mentalizada e apreendida como um ônus que foi gerado pela nova relação de trabalho. Ao mesmo tempo, a liberdade de trabalho, administrada no EES, promove uma condição de sujeito autônomo. Em função disso, os trabalhadores desenvolvem uma satisfação no trabalho, uma vez que contribuem para a organização do mesmo e para o desenvolvimento do EES e são valorizados por isso. A liberdade de expressão é reconhecida pelos trabalhadores como um diferencial importantíssimo na prática de economia solidária. A liberdade é o primeiro componente das representações sociais que cercam os trabalhadores da economia solidária, percebida por eles.

Em consonância com a liberdade, ocorre um aumento de responsabilidade do trabalhador frente ao respectivo empreendimento. O peso da **responsabilidade** é evidenciado em vários momentos da pesquisa. Há um reconhecimento dos trabalhadores de que a dinâmica do EES exige um aumento de responsabilidade, um envolvimento com os destinos do empreendimento. Em função dessas exigências do trabalho associado, os trabalhadores desenvolvem um comprometimento com o EES que é oneroso, pois o peso da responsabilidade é materializado, basicamente, na tomada de decisões, que a princípio encontra resistências mas, quando efetivada, promove uma outra representação social, de participação.

A **participação** representa uma qualificação da relação dos trabalhadores, seja com o EES, com os demais trabalhadores ou com o próprio trabalho. A participação é valorizada como parte indispensável no trabalho, trata-se do fator responsável pelos processos e resultados pertinentes ao grupo. Com a participação os trabalhadores interagem com a diferença e com o erro; expõem preferências, percepções e revelam diferenças e contradições. Essa interação é o que possibilita uma revisão, por parte dos trabalhadores, de suas posições e interesses. A participação é o que promove a democracia auferida pelo grupo. Uma participação efetiva somente se verifica quando os trabalhadores apercebem-se da condição de igualdade existente entre eles.

Ser igual é a quarta representação social a destacar. No EES, a autonomia do indivíduo é considerada como resultado de uma relação entre iguais, a autogestão depende de uma interação social. É a diversidade na participação e a transparência nas informações que promovem uma relação horizontal entre os trabalhadores, ou seja, uma relação igualitária que respeite os diferentes posicionamentos. A representação social de igualdade sensibiliza o trabalhador de que ele é capaz de interagir tanto no espaço produtivo como no espaço de gestão do EES. A igualdade condiciona uma participação sem receios de exposição, promovendo a unidade do grupo.

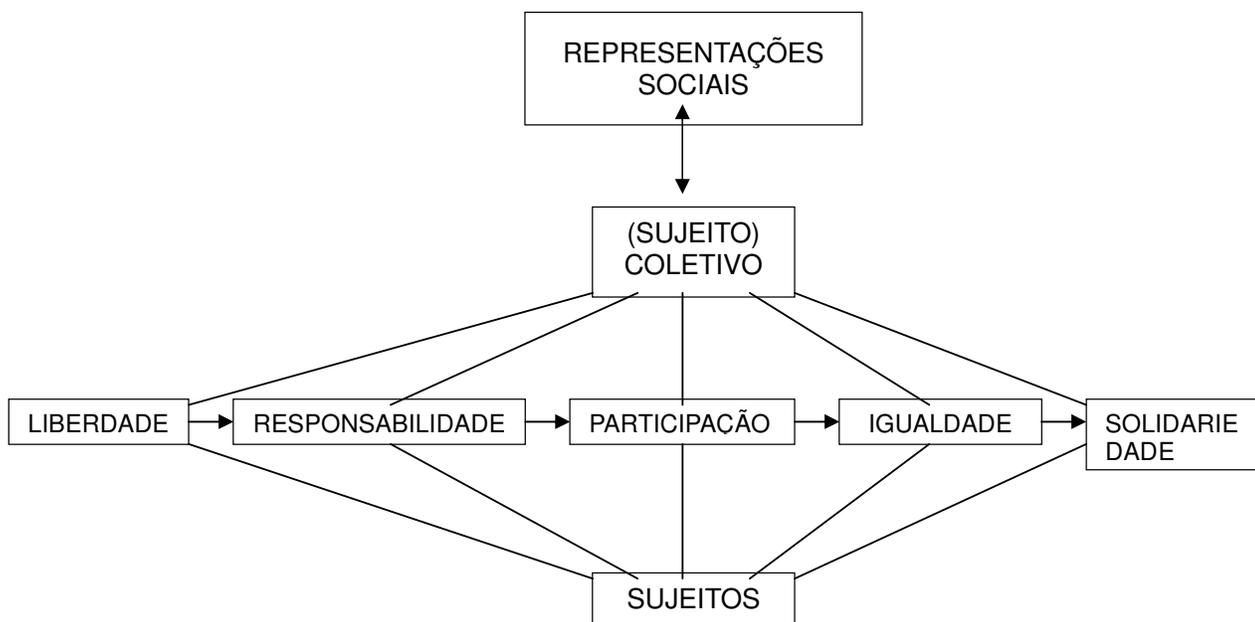
Diante da ânsia de consolidar um EES democrático e com viáveis retornos econômicos, os trabalhadores mentalizam uma outra representação: a **solidariedade**. A solidariedade do grupo é um dos significativos contrapontos da economia solidária frente ao modo de produção capitalista. Os trabalhadores reconhecem a diferença e ao vivenciarem a prática de economia solidária estabelecem uma estreita relação de solidariedade, manifesta tanto em pequenos cuidados do cotidiano de trabalho, como na

Aline Mendonça dos Santos
relação fora do EES e com outras iniciativas de economia solidária.

Enfim, existe uma afinidade entre os temas que orientam as representações sociais dos trabalhadores. É muito difícil identificá-los dissociadamente uns dos outros. No material de pesquisa, que fundamentou a análise, esses laços ficam evidenciados.

Essas e outras representações sociais dão sentido à constituição de um sujeito coletivo que se assume numa realidade social plural, onde valores são internalizados a partir da vivência em grupo. As atitudes se manifestam em prol do coletivo de trabalho, que passa ter uma grande importância nas vidas dos trabalhadores.

Na consolidação de tal processo, vislumbra-se a formação de sujeitos, vivenciando a nova prática, estabelecendo uma relação consigo mesmo, fazendo uma reconstrução identitária que provoca mudanças em suas atitudes, comportamentos e, conseqüentemente, em suas representações sociais. Os trabalhadores, sujeitos do processo histórico, respeitam o diferente, são questionadores, simpatizantes da mudança, e assimilam novas representações sociais. Trata-se de um sujeito que, de alguma forma, percebe a transformação que ocorre com ele diante de uma interação social diferente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se trate de dar um caráter conclusivo às questões aqui abordadas, mesmo porque não é essa a intenção do trabalho, algumas observações derivadas deste processo de pesquisa merecem ser enunciadas.

É certo que existe uma debilidade nos EES, no que diz respeito a capital financeiro e condições técnicas. Isso não é característico só dos EES pesquisados, mas da maioria das iniciativas de economia solidária do Brasil. A economia solidária ainda não conquistou um apreço significativo da sociedade e de organizações de crédito, mas o pouco apoio que existe tem sido suficiente para consolidar avanços.

Mesmo com essa dificuldade, os EES se sustentam, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos mesmos. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho, que impede a acumulação de capital e promove outras representações sociais.

No EES, o trabalho alcança a centralidade, na medida em que os

trabalhadores tornam-se o centro do contexto de gestão e de produção dos EES. A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo é também responsável por um desenvolvimento pessoal dos trabalhadores que se permitem conceber novas representações, por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e cooperativo extrapolam o material e o econômico.

O atual estágio da economia solidária no Brasil ainda é incipiente, trata-se de um processo que possui uma visibilidade muito recente, para se afirmar que houve uma mudança efetiva na cultura do trabalho. Muito ainda deve ser feito, como fortalecer espaços de interação entre os trabalhadores, promover formações que possibilitem maior conhecimento sobre os processos que estão ocorrendo e abordar a economia solidária como uma alternativa de fato.

Pode-se dizer que as práticas de economia solidária, mesmo incipientes, atuam sobre a subjetividade dos trabalhadores, alterando suas representações sociais. Não é possível afirmar que todas as representações se manifestam em benefício das novas práticas e relações de trabalho. Mas é bem verdade que os entrevistados apresentam traços de mudanças, mesmo aqueles mais resistentes reconhecem o fato de que existe uma diferença no atual contexto e que, bem ou mal, eles também modificam, construindo outras percepções do espaço de trabalho, e fora dele também.

Diante de um discurso apresentado para os trabalhadores no início do processo e reproduzido pelos mesmos é difícil identificar se houve mudanças nas

Aline Mendonça dos Santos
representações sociais apenas pelas entrevistas. Nem todos os trabalhadores parecem convencidos do que estão dizendo, por isso a convivência com os grupos pesquisados foi muito importante para a análise dos dados da pesquisa, bem como minha experiência profissional.

Acredito que o somatório entre essas duas fontes (primárias e secundárias) permitiu uma análise relativamente concisa e, ao mesmo tempo, dinâmica. Uma análise que apresenta como resultados mudanças nas representações sociais dos trabalhadores, oriundas de confrontos entre experiências e discursos diferentes.

Pode-se dizer que novas representações sociais se formam a partir da prática de economia solidária, não com a intensidade que se poderia esperar, mas constituindo representações construídas cautelosamente, equilibrando a dinâmica de interação entre os trabalhadores e o desenvolvimento do EES.

As mudanças ocorridas nas representações sociais dos trabalhadores promovem melhores relações de trabalho. A partir delas, os trabalhadores estão mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. Como dito anteriormente, ainda é muito cedo para afirmar uma mudança na cultura do trabalho, pois a mudança de algumas representações em favor da economia solidária não fornece elementos suficientes para a consolidação de uma outra cultura, que estimule não somente novas relações de trabalho, mas também relações sociais e econômicas.

Afinal, como dizia Gramsci, a cultura é uma situação que vai além das condições individuais:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; transformá-las portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (apud TIRIBA, 2000, p. 238).

Manter viva a utopia dessa nova cultura de trabalho a partir de práticas associativas e participativas é um dos grandes desafios da economia solidária, que deverá continuar a ser perseguido por todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma outra economia e, conseqüentemente, numa outra sociedade.

Na minha percepção, o trabalho acadêmico aqui desenvolvido cumpriu o objetivo da pesquisa e exorbitou minha pretensão inicial: elaborar uma metodologia que viabilizasse uma incursão empírica no tema economia solidária, dando relevo à questão da subjetividade dos trabalhadores que dela fazem parte.

Mesmo respondendo as perguntas iniciais da pesquisa, este trabalho desperta muitos outros questionamentos a respeito do tema, que merecem maior atenção num momento posterior. Em que medida os trabalhadores acreditam no discurso que reproduzem? Qual a dimensão da economia solidária frente à sociedade? Será apenas um paliativo para a questão do desemprego? Se tivesse oportunidade de voltar para o mercado capitalista, qual seria o posicionamento dos trabalhadores? Qual a importância dos agentes externos no processo de mudança das representações sociais?

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

Convém aduzir que hoje são muitos os pesquisadores preocupados com essas e outras questões contribuindo para o campo em expansão da economia solidária – que ainda tem muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

ANTEAG. **Autogestão – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.

_____. **Autogestão e solidariedade**. São Paulo: Anteag, 2000.

_____. **Educação e empresa de autogestão: o projeto da ANTEAG**. São Paulo: Anteag, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (org.). **Neoliberalismo trabalho e sindicatos**. São Paulo: Bomtempo, 1999.

_____. **As dimensões da crise no mundo do trabalho**. [http:// www.ufba.br](http://www.ufba.br)
Acesso em: out. de 2000.

_____. (org.). **Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios no novo sindicalismo brasileiro**. <http://www.puccamp.br>
Acesso em: out. de 2000.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 74, p. 6-17, set./ nov.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

1997.

BOURDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. A economia solidária entre a resistência e a utopia. **Proposta**, Nº 88/89, 2001. p. 54.

CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia: os conceitos essenciais. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____ (org). **Trabalho Tecnologia Dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **La globalización imaginada**. México: Piados, SD.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORAGGIO, José Luis. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. **Proposta**, n. 72, 1997, p. 30-38.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Sindicalismo e economia solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo, dezembro, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, abr. /jun. 1998.

_____. Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos do CEDOPE**, Série Movimentos Sociais e Cultura, São Leopoldo; Unisinos, 1994.

_____. A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas. **Cadernos CEDOPE: movimentos sociais e cultura**, São Leopoldo, ano 10, n. 15, 1999.

_____. Significados e tendências da economia solidária. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**, São Paulo: CUT, 2000.

_____. In KRAYCHETE, Francisco (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Economia popular solidária: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o conselho de escolas de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2001.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. <http://www.ecosol.org.br> Acesso em: maio de 2002.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica, Alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1996.

GUIMARÃES, Gonçalo (org.). Uma cidade para todos. In: **Integrar cooperativas**. Rio de Janeiro: Unitrabalho - CUT, 1999.

_____. (org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: Transformações no Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.º 58, ano XIX, p. 9-23, nov. 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GRIZE, Jean-Blaise. Lógica natura e representações sociais. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

IBASE & ANTEAG. **Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul**. Relatório de pesquisa, 2001.

HARDT, Michael – NEGRI, Antonio, **Império**, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2001.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: UFSCar, 2001.

IANNI, Octavio. **Karl Marx**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. "A Questão Social". In **São Paulo e Perspectiva**, vol. 5, nº 1. São Paulo: SEADE. 1991.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**. São Paulo: Record, 2002.

KRAYCHETE, Francisco (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

KREIN, José D. **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

LECHAT, Noëlle. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Palestra proferida no II Seminário de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares, UNICAMP, 2002.

LECHAT, Noëlle & SCHIOCHET, Valmor. Economia da dívida. In CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

LISBOA, Armando. **Desafios da economia popular solidária.** [http:// www.ufsc.com.br](http://www.ufsc.com.br)
Acesso em: dezembro de 2000

_____. Solidariedade. In CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Subjetividade, Imaginários e Utopias.** Texto apresentado em seminário preparativo à Semana Social da CNBB. Curitiba, 1994.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. (co-org). **Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao Passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

_____. **O Brasil Desempregado.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MARTINI, Jussara Gue. As representações Sociais: teorias e práticas. **Revista ciências sociais Unisinos.** São Leopoldo, nº 158, vl. 37, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Portugal: Ltda. Lisboa, 1963.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1974.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 3, v. 6.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária**. Miméo. 2001.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo A de (org.), TEIXEIRA, Francisco J. S. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1998.

PONTE Jr. Oscar de Sá (ORG). **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens**. São Paulo: ABET, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Editorial Lumen-Hvmanitas, 1997.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 189-200, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEADE. **Pesquisa emprego e desemprego**. http://www.seade.gov.br/cgi.bin/pedmv98/ped_01.ksh Acesso em: julho de 2002.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. M. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

Vivendo e Pensando o Diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária.

Aline Mendonça dos Santos

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Economia Solidária: possibilidades e desafios. **Proposta**, 88/89. Março/Agosto de 2001.

SINGER, P. & MACHADO, J. (2000). **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul; SOUZA, André (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2da. Edição. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia; JESUS, Paulo de. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

TRAJANO, Ana Rita.& CARVALHO, Ricardo Augusto. Identidade e trabalho autogestionário. In CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

VÍCTORIA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria de Nazareth A. **Pesquisa qualitativa em saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

WAUTIEZ, Françoise. & SOARES, Cláudia Lúcia. & LISBOA, Armando. Indicadores da economia solidária. In CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 9: UFRGS. IFCH, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro de seleção dos empreendimentos da pesquisa

Nome da Experiência	Local	Atividade Econômica Principal	Antigo	Recente	Misto	Gênero predominante	Movimento social	Circunstâncias	Homogêneo	Heterogêneo
Associação Pôr-do-Sol	Eldorado do Sul	Lavoura de arroz e horta ecológica								
Massas ASCAL- Associação Comunitária dos Agricultores da Linha Oitava	Guaporé	Produção de massas								
CRISFA- Comunidade e Cristo Rei e Sagrada Família	Santo Antônio da Patrulha	Olaria								
Massas Caseiras Delícia	Passo Fundo	Padaria								
COOPTAR - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Cascata	Pontão	Frigorífico								
COANOL- Cooperativa Agrícola Novo Sarandi	Pontão	Comercialização de Produtos Agrícolas								

Associação Pega Bem	Faxinal do Soturno	Confecção de roupas íntimas								
COOPSER V- Cooperativa de Prestação de Serviços	Santa Maria	Serviços de construção civil, marcenaria e limpeza								
COESPERANÇA- Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança	Santa Maria	Comércio								
COOTRAVIPA - Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre	Porto Alegre	Prestação de serviços								
Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Loteamento Cavalhada	Porto Alegre	Separação de resíduos p/comercialização								
ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecologistas	Pelotas	Feira de produtos agroecológicos								
COOPERN OVI - Cooperativa de Calçados Nova Vida	Ivoti	Prestação de serviço no ramo calçadista								
UNIVENS-	Porto	Multimistur								

Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos	Alegre	a/ costura/serigrafia								
Cooperativa Calçadista de Capitão	Capitão	Produção de calçados								
CERTEL - Cooperativa Regional de Eletrificação de Teutônia Ltda	Teutônia	Eletrificação								
COOLAN - Cooperativa Regional Agropecuária Languiru Ltda	Teutônia	Leite e ovos								
Círculo de Máquinas	Teutônia	Prestação de Serviços com máquinas								
ADERE- Associação de Desenvolvimento Regional	Estrela	Prestação de Serviços com máquinas								
APSAT - Associação de Armazenagem da Linha São Jacó	Teutônia	Armazenagem								
COOMEC	Cachoeirinha	Produção de aquecedores de água								
Associação de Reciclagem Ecológica Ruben Berta	Porto Alegre	Seleção e venda de resíduos sólidos recicláveis								

Grupo coletivo progresso tapense	Tapes	Lavoura de arroz								
CONALTE R	Passo Fundo	Restaurant e e mercado alternativo								
Doce Sabor	Passo Fundo	Doces e tortas decorativas								
COMARA	Ronda Alta	Beneficiamento de produtos agrícolas								
COPERLAISA	Ronda Alta	Confecção								
APRORAM	Cerro Branco	Produção de ração/ suinocultura/ embutidos								
AMME	Santa Maria	Malharia e confecção								
GESMA	Santa Maria	Padaria								
COOPAN	Nova Santa Rita	Lavoura de arroz								
Grupo dos Siqueiras	Nova Santa Rita	Lavoura de arroz								
COOPAVA	Piratini	Produção agropecuária								
UNAIC	Canguçu	Comercialização de insumos e produtos agrícolas								
COOLABORE	Campo Bom	Limpeza urbana								
ALUMIFER	Erechim	Metalurgia								
COOTRASMA	Santa Maria	Prestação de serviços								
COOPERBRAS	Sapiranga									
COOPAC	Parobé									
COOTREIA	Rolante									

COONALTE ER	Passo Fundo	Restaurant e e mercado alternativo								
----------------	----------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXO 2

ENTREVISTA (formal):

Nome:	
Idade:	Sexo: () M () F
Estado civil:	
Quantas pessoas na família:	
Função no empreendimento:	
Tempo que está no empreendimento:	
Que atividade exercia antes de vivenciar a prática de ES?	
O que motivou a inserção no EES?	

ANEXO 3**Tabulação da Pesquisa Representações Sociais nos Empreendimentos Econômicos Solidários na região metropolitana de Porto Alegre.****1º FASE: COLABORE****1. idade****Idade do trabalhador**

idade	No. cit.	Freq.
menos de 28	10	34,5%
de 28 a 36	8	27,6%
de 36 a 44	6	20,7%
de 44 a 52	3	10,3%
de 52 a 60	1	3,4%
60 e acima	1	3,4%
TOTAL OBS.	29	100%

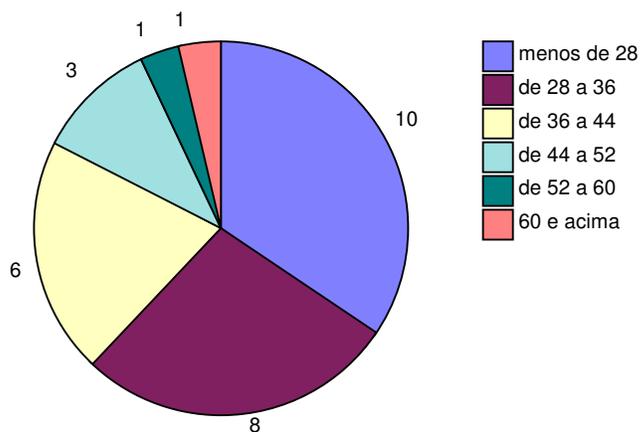
Mínimo= 20, Máximo= 68

Soma= 1001

Média= 34,52 Desvio-padrão= 10,47

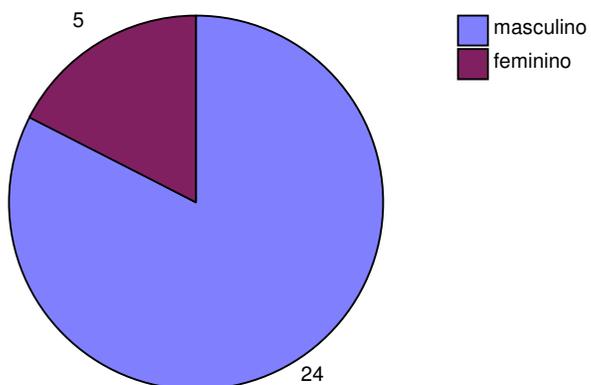
A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

Distribuição em setores de 'idade'

**2.sexo****Sexo do trabalhador**

sexo	No. cit.	Freq.
masculino	24	82,8%
feminino	5	17,2%
TOTAL OBS.	29	100%

Distribuição em setores de 'sexo'

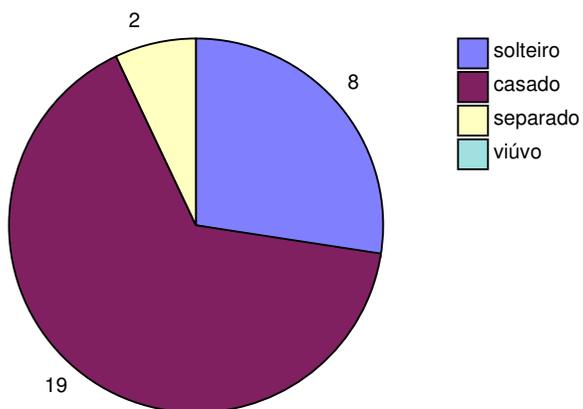


3.estado civil

Estado civil?

estado civil	No. cit.	Freq.
solteiro	8	27,6%
casado	19	65,5%
separado	2	6,9%
viúvo	0	0,0%
TOTAL OBS.	29	100%

Distribuição em setores de 'estado civil'



4.nº de pessoas

Quantas pessoas na família?

nº de pessoas	No. cit.	Freq.
menos de 4,17	19	65,5%
de 4,17 a 6,33	5	17,2%
de 6,33 a 8,50	1	3,4%
de 8,50 a 10,67	2	6,9%
de 10,67 a 12,83	1	3,4%
12,83 e acima	1	3,4%
TOTAL OBS.	29	100%

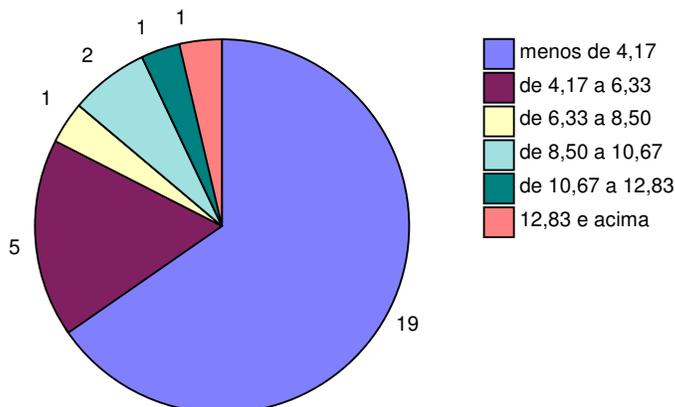
Mínimo= 2,00, Máximo= 15,00

Soma= 136,00

Média= 4,69 Desvio-padrão= 3,07

A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

Distribuição em setores de 'nº de pessoas'



5.função

Qual sua função no empreendimento?

- 1 : Rodízio; Conselho fiscal
- 2 : Rodízio
- 3 : Rodízio. Conselho fiscal.
- 4 : Rodízio. Conselho fiscal
- 5 : Rodízio
- 6 : Rodízio. Grupo de saúde.
- 7 : Rodízio (recicladora).
- 8 : Secretário, tesoureiro
- 9 : Rodízio, suplente (vogal)
- 10 : Rodízio, 2º tesoureiro
- 11 : Rodízio
- 12 : Rodízio
- 13 : Rodízio
- 14 : Rodízio
- 15 : Rodízio
- 16 : Rodízio

17 : Rodízio
 18 : Rodízio
 19 : Rodízio
 20 : Rodízio. Vice-presidente
 21 : Rodízio, conselho fiscal
 22 : Rodízio
 23 : Rodízio, conselho fiscal
 24 : Rodízio
 25 : Rodízio
 26 : Rodízio
 27 : Rodízio
 28 : Rodízio. Presidente.
 29 : Rodízio

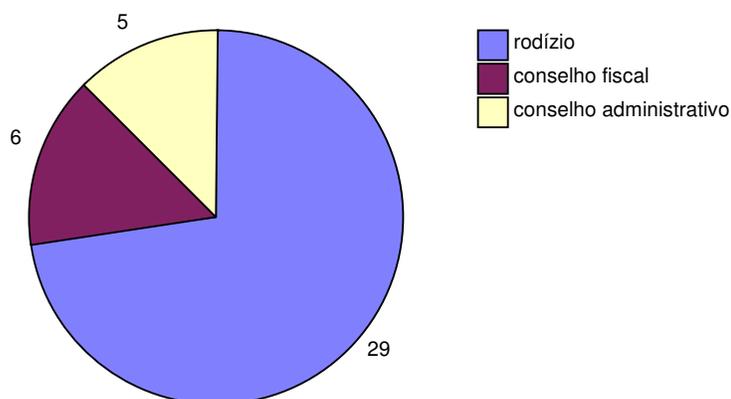
5.1.função_C

Pós-codificação da questão texto 'função'

função_C	No. cit.	Freq.
rodízio	29	100%
conselho fiscal	6	20,7%
conselho administrativo	5	17,2%
TOTAL OBS.	29	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Distribuição em setores de 'função_C'



6.tempo

Qual o tempo em que está no empreendimento?

1 : 4 anos e 3 meses
 2 : 10 meses
 3 : 2 anos e 2 meses

4 : 7 anos
 5 : 4 anos
 6 : 6 anos
 7 : 6 anos
 8 : 3 anos e 6 meses
 9 : 5 anos
 10 : 4 anos
 11 : 6 anos
 12 : 3 anos
 13 : 6 anos
 14 : 4 anos
 15 : 2 anos
 16 : 4 anos
 17 : 6 anos
 18 : 4 anos
 19 : 3 anos e 4 meses
 20 : 8 anos
 21 : 2 anos
 22 : 4 anos
 23 : 1 ano
 24 : 2 anos e 6 meses
 25 : 6 anos
 26 : 7 anos
 27 : 4 anos
 28 : 8 anos
 29 : 4 anos

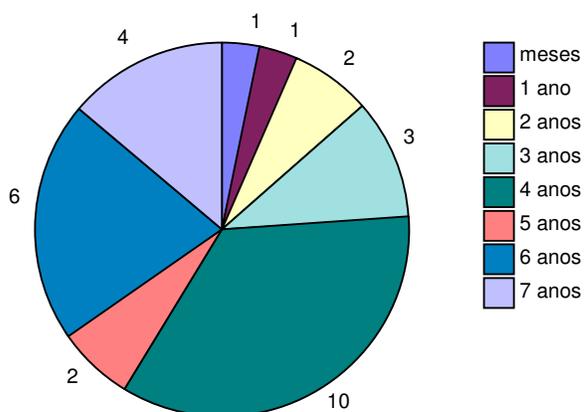
6.1.tempo_C

Pós-codificação da questão texto 'tempo'

tempo_C	No. cit.	Freq.
meses	1	3,4%
1 ano	1	3,4%
2 anos	2	6,9%
3 anos	3	10,3%
4 anos	10	34,5%
5 anos	2	6,9%
6 anos	6	20,7%
7 anos	4	13,8%
TOTAL OBS.	29	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (8 no máximo).

Distribuição em setores de 'tempo_C'



7.atividade

Que atividade exercia antes de vivenciar uma prática de ES?

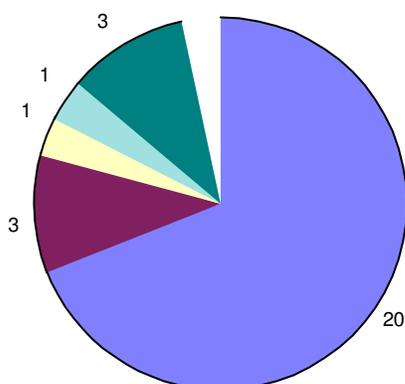
- 1 : Trabalhava numa fábrica de calçado
- 2 : Trabalhador da construção civil, particular.
- 3 : Metalúrgica Plínio Flek (10 anos). Trabalhador do setor de injetado
- 4 : Trabalhador (cortador) das empresas de calçados
- 5 : Trabalhador(serviços gerais) nas empresas de calçados
- 6 : Capina na rua
- 7 : Trabalhadora (costura) nas fábricas de calçados.
- 8 : Trabalhador (serviços gerais) das empresas de calçados
- 9 : Industriário, montador nas fábricas de calçados
- 10 : Pedreiro
- 11 : Trabalhadora (passar cola) nas empresas de calçados
- 12 : Trabalho (montador) nas fábricas de calçados
- 13 : Trabalhava em curtume
- 14 : Trabalhador (auxiliar) em fábricas de calçados
- 15 : "Eu era comerciante e depois cortador nas empresas de calçados".
- 16 : Trabalhador nas empresas de calçados
- 17 : Trabalhadora das fábricas de calçados
- 18 : Trabalhador das empresas de calçados
- 19 : Trabalhador das empresas de calçados (só dois meses)
- 20 : Trabalhador na área de calçados, foi demitido porque participou de uma oposição sindical e foi tr...
- 21 : Trabalhador (cortador) das empresas de calçados.
- 22 : Companhia de asfalto em Caxias do Sul
- 23 : Trabalhava em metalúrgica
- 24 : Trabalhador (costureiro) nas empresas de calçados
- 25 : Trabalhadora (revisora) das empresas de calçados
- 26 : Trabalhadora nas fábricas de calçados e depois dona de casa
- 27 : Trabalhador nas empresas de calçados
- 28 : Trabalhava em metalúrgica
- 29 : Vigilante em Canoas

7.1.atividade _C**Pós-codificação da questão texto 'atividade '**

atividade _C	No. cit.	Freq.
fábrica de calçados	20	69,0%
construção civil	3	10,3%
curtume	1	3,4%
cia de asfalto	1	3,4%
metalúrgica	3	10,3%
dona de casa	0	0,0%
vigilante	1	3,4%
TOTAL OBS.	29	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (7 no máximo).

Distribuição em setores de 'atividade _C'

**8.motivação****O que motivou a inserção no empreendimento econômico solidário?**

1 : "Eu vim através de um colega que me indicou, mas mais pela curiosidade de conhecer o trabalho. É ...

2 : "É que eu tenho irmão trabalhando aqui, e o negócio do meio ambiente, manter a cidade limpa. A ge...

3 : "Primeiro porque estava desempregado e precisava trabalhar. Tinha um irmão que trabalhava aqui, e...

4 : "A empresa que eu trabalhava quebrou e tinha este grupo que estava se organizando e aí resolvi ve...

5 : "Aqui a gente trabalha mais livre, não tem chefe, não tem nada. Trabalha bem a vontade, escuta mús...

6 : "Já trabalhava com o Paulo (antigo presidente), aí ele assumiu a colabore e me convidou para vir ...

7 : "É mais a vontade, mais liberado, não tem patrão pra mandar".

8 : "A remuneração é melhor e aqui a gente trabalha um pouco mais livre".

- 9 : "O meu irmão é um dos fundadores aqui, me indicou. Eu estava desempregado. Aqui é mais livre, não..."
- 10 : "Tinha pouco serviço na rua e aí eu vim trabalhar aqui".
- 11 : "Estava desempregada".
- 12 : "Eu já tinha conhecido, o meu irmão já estava aí. Daí eu fiquei um tempo estudando a proposta e ac..."
- 13 : "Eu tava trabalhando lá aí eu fiquei desempregado, daí como eu tinha uma conhecida que trabalhava..."
- 14 : "Eu vim aqui e fiz um teste um dia e achei legal. A gente trabalha livre, não tem ninguém mandando..."
- 15 : "Eu já tinha um irmão que trabalhava aqui. A remuneração é melhor. No início eu estranhei, a gente..."
- 16 : "Um pouco foi a necessidade de trabalhar, eu tava precisando. O interessante é que no começo eu n..."
- 17 : "Porque eu moro perto daqui e a fábrica que eu trabalhava fechou".
- 18 : "Tava desempregado, morava perto e aqui na cooperativa não fica ninguém em cima. É melhor".
- 19 : "O salário era bem melhor, meu pai arrumou aqui e eu vim para cá".
- 20 : "Buscar uma forma diferente da gente se organizar, a gente só tinha a experiência de trabalhar de ..."
- 21 : "O salário, foi uma opção".
- 22 : "Tinha parente que trabalhava aqui. Aqui é legal de trabalhar, é cooperativa numa fábrica todo mu..."
- 23 : "Fiquei desempregado. Tá bom, no começo é mais difícil, depois adaptou".
- 24 : "Foi a experiência do meu vizinho que trabalha aqui a bem mais tempo e pela cooperativa, eu tenho..."
- 25 : "É uma coisa diferente, nunca tinha ouvido falar e também fugir um pouco desse negócio de fábrica..."
- 26 : "Nas fábricas tava ruim de conseguir serviço. Eu gosto de trabalhar aqui porque é uma cooperativa..."
- 27 : "Desemprego. Aqui é melhor porque a gente participa mais e ganha mais".
- 28 : "Procurar um novo espaço de trabalho, uma alternativa de renda diferente da empresa privada, uma ..."
- 29 : "Emprego para a juventude não tinha. A juventude hoje em dia tem que incentivar e lá não tinha em..."

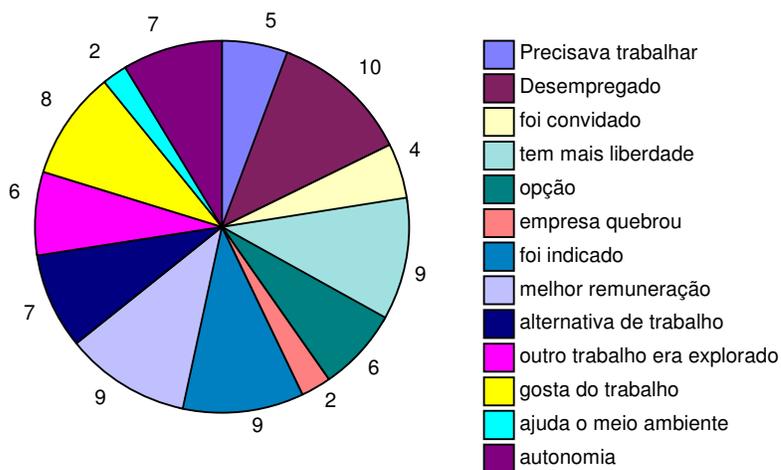
8.1.motivação_C

Pós-codificação da questão texto 'motivação'

motivação_C	No. cit.	Freq.
Precisava trabalhar	5	17,2%
Desempregado	10	34,5%
foi convidado	4	13,8%
tem mais liberdade	9	31,0%
opção	6	20,7%
empresa quebrou	2	6,9%
foi indicado	9	31,0%
melhor remuneração	9	31,0%
alternativa de trabalho	7	24,1%
outro trabalho era explorado	6	20,7%
gosta do trabalho	8	27,6%
ajuda o meio ambiente	2	6,9%
autonomia	7	24,1%
TOTAL OBS.	29	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (10 no máximo).

Distribuição em setores de 'motivação_C'



ANEXO 4**Tabulação da Pesquisa Representações Sociais nos Empreendimentos Econômicos Solidários na região metropolitana de Porto Alegre.****1º FASE: UNIVENS****1.idade****Idade do Trabalhador?**

idade	No. cit.	Freq.
menos de 28,17	2	11,8%
de 28,17 a 36,33	2	11,8%
de 36,33 a 44,50	5	29,4%
de 44,50 a 52,67	4	23,5%
de 52,67 a 60,83	2	11,8%
60,83 e acima	2	11,8%
TOTAL OBS.	17	100%

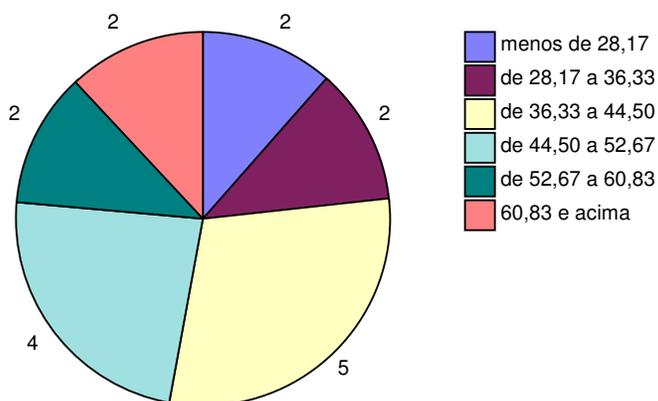
Mínimo= 20,00, Máximo= 69,00

Soma= 750,00

Média= 44,12 Desvio-padrão= 13,42

A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

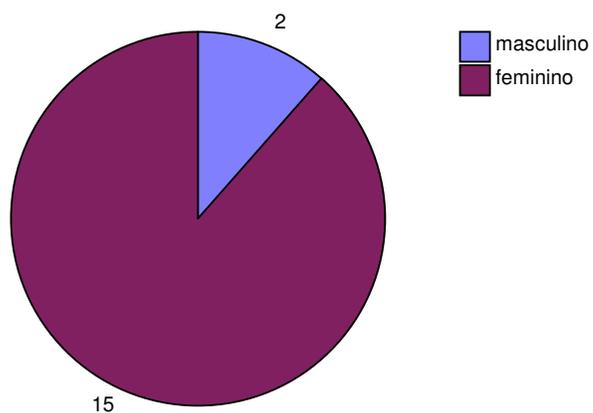
Distribuição em setores de 'idade'

**2.sexo**

Sexo do trabalhador?

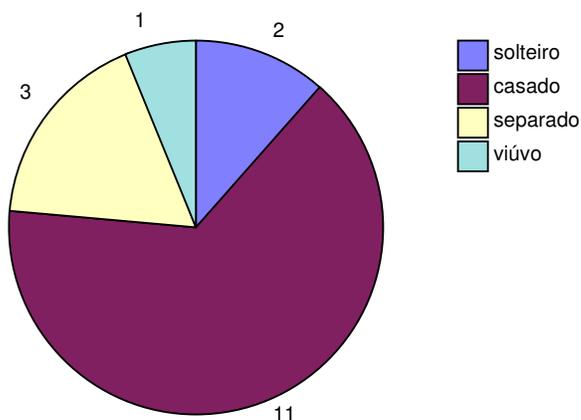
sexo	No. cit.	Freq.
masculino	2	11,8%
feminino	15	88,2%
TOTAL OBS.	17	100%

Distribuição em setores de 'sexo'

**3.estado civil**
Estado civil?

estado civil	No. cit.	Freq.
solteiro	2	11,8%
casado	11	64,7%
separado	3	17,6%
viúvo	1	5,9%
TOTAL OBS.	17	100%

Distribuição em setores de 'estado civil'



4.nº de pessoas Quantas pessoas na família?

nº de pessoas	No. cit.	Freq.
menos de 2,33	1	5,9%
de 2,33 a 2,67	0	0,0%
de 2,67 a 3,00	0	0,0%
de 3,00 a 3,33	4	23,5%
de 3,33 a 3,67	0	0,0%
3,67 e acima	12	70,6%
TOTAL OBS.	17	100%

Mínimo= 2,00, Máximo= 4,00

Soma= 62,00

Média= 3,65 Desvio-padrão= 0,61

A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

Distribuição em setores de 'nº de pessoas'



5.função

Qual sua função no empreendimento?

- 1 : Costureira, 2º tesoureira
- 2 : Costureira/ cortadeira
- 3 : Costureira, presidente
- 4 : Costureira/ corte.
- 5 : Costureira, 2º secretária
- 6 : Costureira, vice presidente.
- 7 : Costureira
- 8 : Costureira, 1º secretária.
- 9 : Costureira, 1º tesoureira
- 10 : "Cozinheira, (o que eu sou agora Nelsa?) conselho fiscal (eu nem sei o que sou?)".
- 11 : Costureira, conselhos fiscal
- 12 : Cozinheira
- 13 : Cozinheira
- 14 : Serigrafia
- 15 : Serigrafia
- 16 : Serigrafia, Conselho fiscal
- 17 : Serigrafia

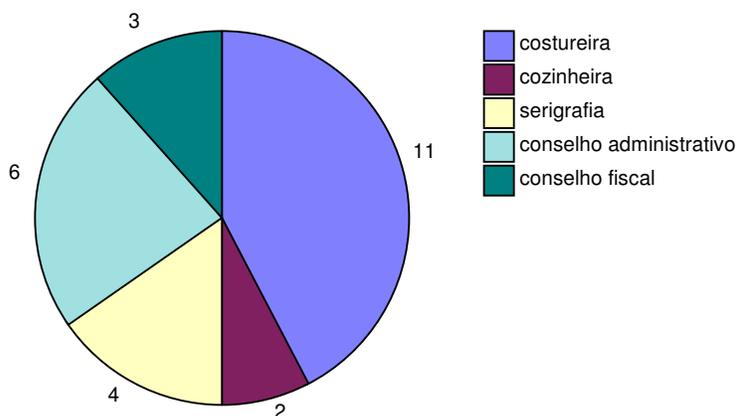
5.1.função_C

Pós-codificação da questão texto 'função'

função_C	No. cit.	Freq.
costureira	11	64,7%
cozinheira	2	11,8%
serigrafia	4	23,5%
conselho administrativo	6	35,3%
conselho fiscal	3	17,6%
TOTAL OBS.	17	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (2 no máximo).

Distribuição em setores de 'função_C'



6.tempo

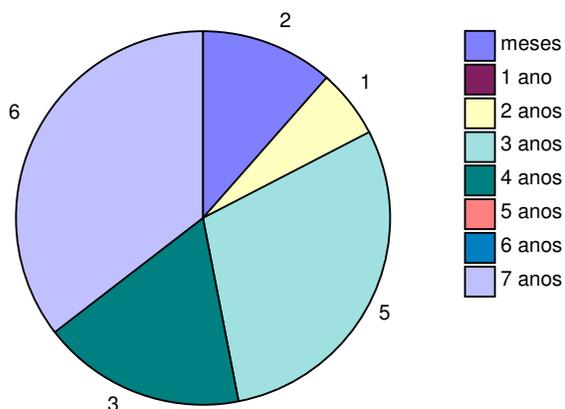
Qual o tempo em que está no empreendimento?

- 1 : 7 anos
- 2 : 7 anos
- 3 : 7 anos
- 4 : 1 ano e 8 meses
- 5 : 7 anos
- 6 : 7 anos
- 7 : 6 meses
- 8 : 2 anos e 6 meses
- 9 : 3 anos e 6 meses
- 10 : 3 anos
- 11 : 2 anos e 5 meses
- 12 : 7 anos
- 13 : 3 anos
- 14 : 15 dias
- 15 : 2 anos e 6 meses
- 16 : 3 anos e 6 meses
- 17 : 4 anos

6.1.tempo_C**Pós-codificação da questão texto 'tempo'**

tempo_C	No. cit.	Freq.
meses	2	11,8%
1 ano	0	0,0%
2 anos	1	5,9%
3 anos	5	29,4%
4 anos	3	17,6%
5 anos	0	0,0%
6 anos	0	0,0%
7 anos	6	35,3%
TOTAL OBS.	17	100%

Distribuição em setores de 'tempo_C'

**7.atividade****Que atividade exercia antes de vivenciar a prática de ES?**

- 1 : Dona de casa
- 2 : Dona de casa
- 3 : Costureira autônoma
- 4 : Costureira da empresa Facção.
- 5 : Dona de casa
- 6 : Trabalhava como cozinheira numa lancheria.
- 7 : Costureira autônoma
- 8 : Costureira autônoma
- 9 : Estagiária do Banco do Brasil (estudava)
- 10 : Trabalhava como recepcionista num consultório dentário.
- 11 : Comerciar. Trabalhou em lojas e no supermercado BIG
- 12 : Dona de casa
- 13 : Trabalhava com serviços gerais de um hotel
- 14 : Desempregada
- 15 : Comércio

16 : Trabalhava com chapeção e pintura (autônomo)

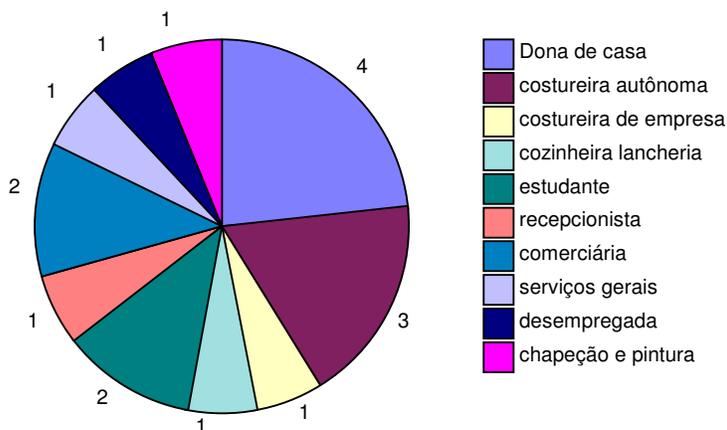
17 : Estudava

7.1.atividade_C

Pós-codificação da questão texto 'atividade'

atividade_C	No. cit.	Freq.
Dona de casa	4	23,5%
costureira autônoma	3	17,6%
costureira de empresa	1	5,9%
cozinheira lancheria	1	5,9%
estudante	2	11,8%
recepcionista	1	5,9%
comerciária	2	11,8%
serviços gerais	1	5,9%
desempregada	1	5,9%
chapeção e pintura	1	5,9%
TOTAL OBS.	17	100%

Distribuição em setores de 'atividade_C'



8.motivação

O que motivou a inserção no EES?

1 : Não queria trabalhar de empregada. Na cooperativa não tem patrão, trabalham para si próprias.

2 : Falta de dinheiro e a necessidade de ajudar em casa

3 : Não trabalhar sozinha e sim com outras costureiras. Produzir junto e tocar um empreendimentos que...

4 : A empresa que trabalhava fechou, ficou desempregada; a irmã trabalhava na Univens e a indicou com...

5 : Adora costurar e além disso trabalha em casa. Cuida da casa e ainda ganha um dinheiro, ajuda no o...

6 : "Acreditar no projeto. Parei de trabalhar na lancheria e decidi que o projeto era bom.

Acredito q...

7 : "É uma coisa mais certa, sempre tem serviço, nunca para".

8 : "Necessidade de ter uma renda mais garantida".

9 : "Primeiro porque estava desempregada, tinha ganhado neném e não tinha mais como voltar para o meu...

10 : "Minha mãe que já trabalhava aqui e me trouxe para cá".

11 : "A minha amiga trabalhava aqui e ela sabia que eu costurava muito bem, aí ela me convidou, me cha...

12 : "Eu ficava sozinha, as filhas trabalhavam, o marido trabalhava, o neto que mora comigo trabalha,...

13 : "Minha nora que me trouxe para cá e eu estou aqui".

14 : Necessidade financeira.

15 : "Tava desempregada aí eu vim fazer um extra aqui na Univens e me convidaram para ficar, eu gostei...

16 : "O rapaz que era meu futuro genro me convidou para dar uma mão, tinha muito serviço na época, aí ...

17 : Estava desempregado

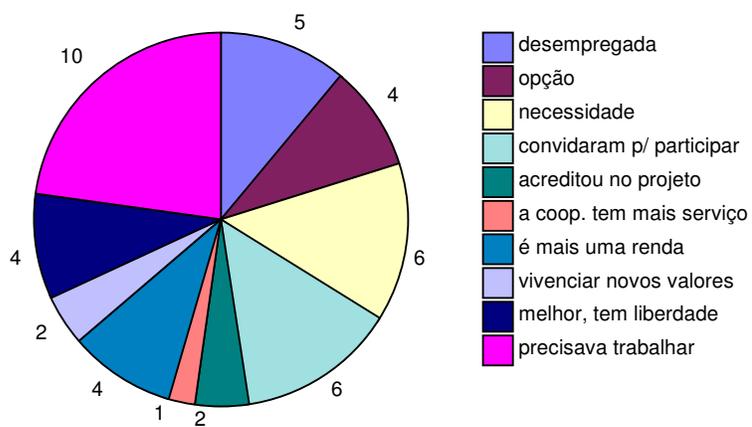
8.1.motivação_C

Pós-codificação da questão texto 'motivação'

motivação_C	No. cit.	Freq.
desempregada	5	29,4%
opção	4	23,5%
necessidade	6	35,3%
convidaram p/ participar	6	35,3%
acreditou no projeto	2	11,8%
a coop. tem mais serviço	1	5,9%
é mais uma renda	4	23,5%
vivenciar novos valores	2	11,8%
melhor, tem liberdade	4	23,5%
precisava trabalhar	10	58,8%
TOTAL OBS.	17	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (10 no máximo).

Distribuição em setores de 'motivação_C'



ANEXO 5**Tabulação da Pesquisa Representações Sociais nos Empreendimentos Econômicos Solidários na região metropolitana de Porto Alegre.****1º FASE: COOPEREI****1.idade****Idade do trabalhador?**

idade	No. cit.	Freq.
menos de 44	5	20,8%
de 44 a 50	9	37,5%
de 50 a 57	4	16,7%
de 57 a 63	3	12,5%
de 63 a 70	2	8,3%
70 e acima	1	4,2%
TOTAL OBS.	24	100%

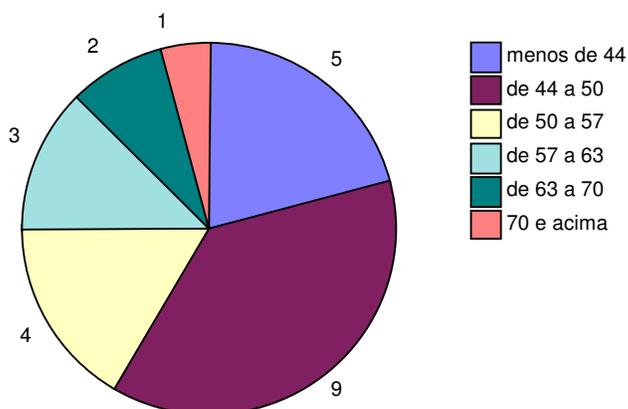
Mínimo= 37, Máximo= 76

Soma= 1208

Média= 50,33 Desvio-padrão= 9,45

A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

Distribuição em setores de 'idade'

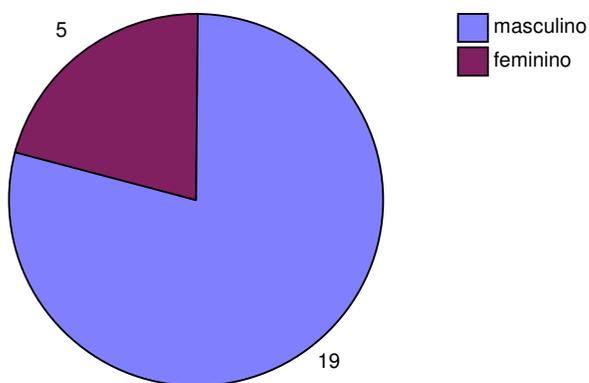
**2.sexo**

Sexo do trabalhador?

sexo	No. cit.	Freq.
masculino	19	79,2%
feminino	5	20,8%
TOTAL OBS.	24	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (2 no máximo).

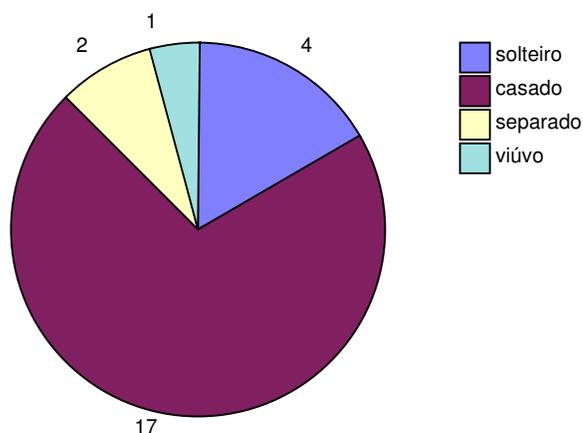
Distribuição em setores de 'sexo'

**3.estado civil**
Estado Civil?

Estado civil	No. cit.	Freq.
solteiro	4	16,7%
casado	17	70,8%
separado	2	8,3%
viúvo	1	4,2%
TOTAL OBS.	24	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (2 no máximo).

Distribuição em setores de 'Estado civil'



4.º de pessoas Quantas pessoas na família?

nº de pessoas	No. cit.	Freq.
menos de 3	4	16,7%
de 3 a 4	6	25,0%
de 4 a 6	10	41,7%
de 6 a 7	3	12,5%
de 7 a 9	0	0,0%
9 e acima	1	4,2%
TOTAL OBS.	24	100%

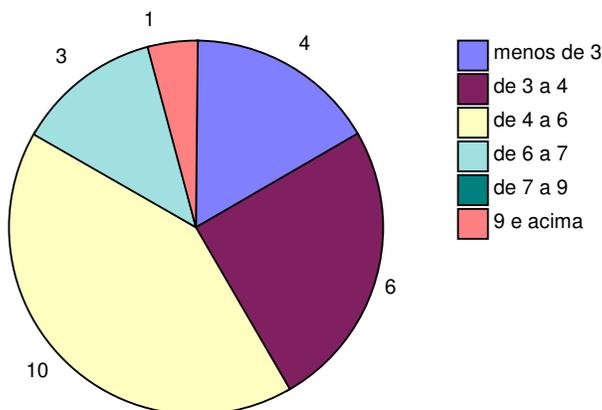
Mínimo= 1, Máximo= 10

Soma= 96

Média= 4,00 Desvio-padrão= 1,84

A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em 6 categorias de igual amplitude.

Distribuição em setores de 'nº de pessoas'



5.função

Qual sua função no empreendimento?

- 1 : Operador de máquina. Vice-presidente
- 2 : geral/ fundição. Conselho fiscal
- 3 : coordenador da produção
- 4 : soldador
- 5 : montagem
- 6 : geral/ cooperado
- 7 : prensa. Conselho fiscal
- 8 : prensa
- 9 : limpar peça, fazer peça
- 10 : geral
- 11 : fundição
- 12 : pichador
- 13 : pichador
- 14 : coletora
- 15 : lixador
- 16 : geral
- 17 : manutenção
- 18 : acabamento/ despacho. Conselho fiscal
- 19 : prensa
- 20 : presidente
- 21 : geral/ auxiliando em tudo um pouco. Conselho fiscal
- 22 : faturamento
- 23 : cozinheira
- 24 : geral/ montagem

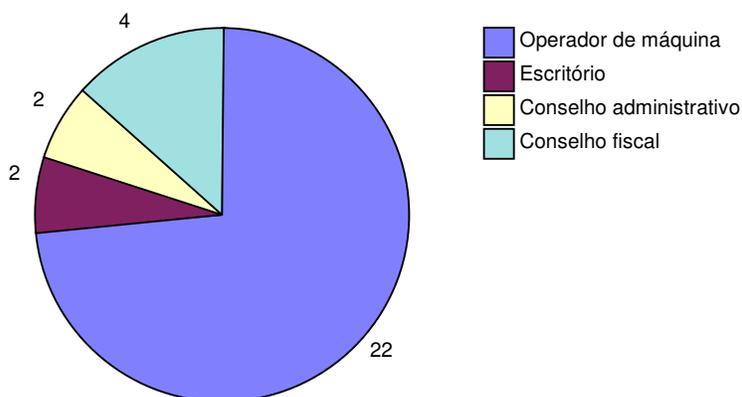
5.1.função_C

Pós-codificação da questão texto 'função'

função_C	No. cit.	Freq.
Operador de máquina	22	91,7%
Escritório	2	8,3%
Conselho administrativo	2	8,3%
Conselho fiscal	4	16,7%
TOTAL OBS.	24	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (4 no máximo).

Distribuição em setores de 'função_C'



6.tempo

Tempo em que está no empreendimento?

- 1 : 2 anos
- 2 : 1 ano e meio
- 3 : 2 anos
- 4 : 2 anos
- 5 : 2 anos
- 6 : 2 anos
- 7 : 1 anos e meio
- 8 : 2 anos
- 9 : 1 ano e meio
- 10 : 2 anos
- 11 : 1 ano e meio
- 12 : 3 meses
- 13 : 1 ano
- 14 : 2 anos
- 15 : 2 anos
- 16 : 2 anos
- 17 : 1 ano e 10 meses
- 18 : 2 anos

19 : 2 anos
 20 : 2 anos
 21 : 2 anos
 22 : 2 anos
 23 : 1 ano
 24 : 2 anos

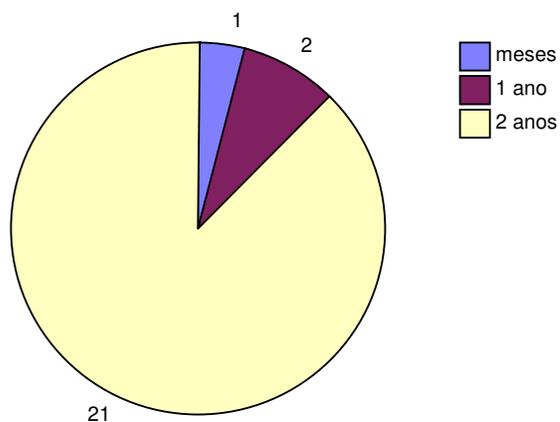
6.1.tempo_C

Pós-codificação da questão texto 'tempo'

tempo_C	No. cit.	Freq.
meses	1	4,2%
1 ano	2	8,3%
2 anos	21	87,5%
TOTAL OBS.	24	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Distribuição em setores de 'tempo_C'



7.atividade

Que atividade exercia antes de vivenciar a prática de ES?

1 : Alumínio Geral
 2 : Fundação da Alumínio Geral
 3 : encarregado de seção da AE
 4 : encarregado de setor AE
 5 : trabalhava na corrente da AE
 6 : trabalhei 43 anos na AE
 7 : trabalhava na AE

- 8 : prensa na AE
- 9 : fazia tampa na AE
- 10 : geral na AE
- 11 : fundição da AE
- 12 : trabalhava na AE
- 13 : pichador na AE
- 14 : coletora na AE
- 15 : lixador na AE
- 16 : metalúrgico AE
- 17 : manutenção na AE
- 18 : acabamento da AE
- 19 : encarregado de setor AE
- 20 : trabalhava no semi automático da AE
- 21 : expedição na AE
- 22 : faturamento na AE
- 23 : trabalhava em casa de família
- 24 : expedição da AE

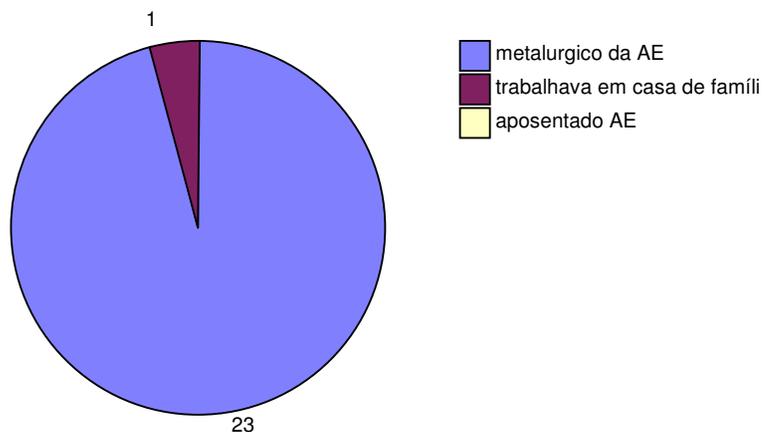
7.1.atividade_C

Pós-codificação da questão texto 'atividade'

atividade_C	No. cit.	Freq.
metalurgico da AE	23	95,8%
trabalhava em casa de famíli	1	4,2%
aposentado AE	0	0,0%
TOTAL OBS.	24	100%

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Distribuição em setores de 'atividade_C'



8.motivação

O que motivou a inserção no empreendimento econômico solidário?

- 1 : "Pra não ficar parado nós criamos a cooperativa é um meio de trabalho".
- 2 : "Já era acostumado a trabalhar aí (alumínio econômico), a idade já é avançada. Tem que gostar né,...
- 3 : "Tentativa, o pessoal achou por bem a gente tentar, era raramente, muitos nem sabiam e até hoje n...
- 4 : "Trabalhava 28 anos na outra empresa. Agora o trabalho na cooperativa é mais tranqüilo".
- 5 : "Não tinha outra opção, por enquanto tá indo, o serviço é o mesmo mas a relação de trabalho melho...
- 6 : "É o seguinte: eu sou aposentado, mas tinha uma turma de 20 que não era aposentado, aí a gente co...
- 7 : "O desemprego e o pouco estudo. A relação de trabalho melhorou".
- 8 : "Fechou, e nós ficamos com tudo atrasado: salário, aí o patrão fechou e nós montamos a cooperativ...
- 9 : "Já sou aposentada, no início eu não queria entrar aí disseram que precisavam muito de mim e entã...
- 10 : "A gente perdeu tudo que tinha e resolvemos formar a cooperativa. Melhorou muito, a gente partilh...
- 11 : "A gente resolveu trabalhar junto e tamo indo, a relação de trabalho é bem melhor".
- 12 : "Eu sai daqui e fui trabalhar muito longe, aí resolvi voltar. A relação de trabalho é a mesma coi...
- 13 : "Eu tava parado, aí me convidaram e eu vim . Tá meio difícil, mas tá indo. Pra mim piorou porque ...
- 14 : "Não tinha outro recurso".
- 15 : "Fechou tudo, estamos tentando fazer a cooperativa para ver se dá certo. No inicio tava ruim, ningu...
- 16 : "Quebrou a empresa, tá mais ou menos".
- 17 : "Eu tava desempregado e eu não era aposentado, agora eu sou, mas vim para dar uma mão igual".
- 18 : "Gosto do trabalho e resolvi encarar a cooperativa, encaramos as dificuldades e estamos tocando. ...
- 19 : "Quando a firma faliu eu até, por sinal, tava aposentado, mas eu trabalhei a vida toda nesta firma...
- 20 : "Foi a única maneira da gente continuar trabalhando, a alternativa que a gente teve foi abrir a c...
- 21 : "Tava acostumada, trabalhei 28 anos lá e eu preciso trabalhar. A relação de trabalho tá melhor, l...
- 22 : "Desemprego e a idade, aí continuei junto com o pessoal. O ambiente de trabalho melhorou".
- 23 : "Achei que aqui seria melhor e é".
- 24 : "Falta de emprego. Na Alumínio já tava ruim e a cooperativa é um meio de continuar trabalhando. Tá...

8.1.motivação_C

Pós-codificação da questão texto 'motivação'

motivação_C	No. cit.	Freq.
aposentado	4	16,7%
empresa faliu	16	66,7%
convidado p/ participar	3	12,5%
desempregado	15	62,5%
acostumado c/ o trabalho	5	20,8%
acreditou no projeto	1	4,2%
alternativa de trabalho	16	66,7%
não tem estudo	1	4,2%
gosta do serviço	4	16,7%
ajudar os colegas	3	12,5%
TOTAL OBS.	24	

O número de citações é superior ao número de observações devido às respostas múltiplas (10 no máximo).

Distribuição em setores de 'motivação_C'

